

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

JESSICA APARECIDA DE AVILA FOLLMANN

AS CONTRADIÇÕES DO PROCESSO DE REPRODUÇÃO SOCIOTERRITORIAL
DA JUVENTUDE CAMPONESA NOS ESPAÇOS DE LUTA PELA REFORMA
AGRÁRIA NOS MUNICÍPIOS DE LARANJEIRAS DO SUL E RIO BONITO DO
IGUAÇU/PR

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2019

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

JESSICA APARECIDA DE AVILA FOLLMANN

**AS CONTRADIÇÕES DO PROCESSO DE REPRODUÇÃO SOCIOTERRITORIAL
DA JUVENTUDE CAMPONESA NOS ESPAÇOS DE LUTA PELA REFORMA
AGRÁRIA NOS MUNICÍPIOS DE LARANJEIRAS DO SUL E RIO BONITO DO
IGUAÇU/PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *Campus* de M.C. Rondon como condição obrigatória para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Djoni Roos

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2019

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Follmann, Jessica Aparecida de Avila
As contradições do processo de reprodução
socioterritorial da juventude camponesa nos espaços de luta
pela reforma agrária nos municípios de Laranjeiras do Sul e
Rio Bonito do Iguaçu/PR / Jessica Aparecida de Avila
Follmann; orientador(a), Djoni Roos, 2019.
152 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste
do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, Centro de
Ciências Humanas, Educação e Letras, Programa de Pós-
Graduação em Geografia, 2019.

1. Juventude Camponesa. 2. Reforma Agrária. 3.
Campesinato . 4. MST. I. Roos, Djoni . II. Título.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em Geografia

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE JESSICA APARECIDA DE AVILA FOLLMANN, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 29 dia(s) do mês de abril de 2019 às 9h00min, no(a) Unioeste - Campus de Marechal Cândido Rondon, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação do(a) candidato(a) Jessica Aparecida de Avila Follmann, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em Geografia - nível de Mestrado, na área de concentração em Espaço de Fronteira: Território e Ambiente. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Luiz Carlos de Freitas, Edson dos Santos Dias, Djoni Roos. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Djoni Roos, orientador(a) do(a) candidato(a). Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) candidato(a) foi admitido(a) à Defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, intitulada: "As Contradições do Processo de Reprodução Socioterritorial da Juventude Camponesa nos Espaços de Luta pela Reforma Agrária nos Municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguazu/PR". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Luiz Carlos de Freitas, Edson dos Santos Dias. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão Examinadora e o(a) candidato(a).


Orientador(a) - Djoni Roos

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon
(UNIOESTE)


Luiz Carlos de Freitas

Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus de Laranjeiras do Sul (UFFS)



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46
Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>
Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000
Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em Geografia

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE JESSICA APARECIDA DE AVILA FOLLMANN, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Edson dos Santos Dias

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon
(UNIOESTE)

Jessica Aparecida de Avila Follmann
Candidato(a)

Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Geografia

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a todos os jovens camponeses que contribuíram para que este trabalho se tornasse realidade. Jovens que abriram suas residências, suas vidas e deixaram extravasar, para uma completa estranha, suas angústias, seus medos e suas vivências. Jovens que encontraram caminhos distintos para a resistência e que carregam consigo a marca da negação do direito de acesso à terra. Obrigada!

Agradeço, imensamente, ao meu companheiro de todos os dias, Thiago André, que soube entender cada dificuldade, cada tropeço e que enfrentou junto a mim, talvez, o ano mais difícil em nossas vidas. Cheio de incertezas, frustrações, desânimos, angústias e receios. Que seus sonhos, meu querido, jamais sejam apagados pelos momentos e palavras duras que ouviste; jamais se esqueça que não está sozinho nesta caminhada.

Agradeço, de maneira especial, aos professores e companheiros Rosineide Fabrício e Luiz de Freitas, pelos conselhos de grande valia, pelos cafés e pelas experiências vivenciadas. Que a luta camponesa continue e produza bons frutos!

Agradeço também, aos meus queridos amigos Helder Brandorfe e Elda Caroline Gomes da Silva, pela amizade incrível que me proporcionaram e por jamais me deixarem esquecer dos bons momentos desta vida. Obrigada por tudo!

Da mesma maneira, agradeço à minha querida amiga Aline Kammer e ao meu amigo mais espontâneo e cativante Vanderson Rafael Muller Dapper. Meus amigos, obrigada pelos cafés, pelos risos, pelas “figurinhas trocadas” e pela amizade de vocês.

Agradeço aos meus familiares, que me apoiaram durante minha trajetória acadêmica, apesar de não compreenderem muito bem as etapas pelas quais passei e não aceitarem os caminhos que percorri para chegar até o presente momento de minha existência. Continuo seguindo!

Agradeço meu orientador, professor Dr. Djoni Roos pelo apoio, pelas reuniões de orientação, pelos questionamentos e pelo conhecimento que me fez construir ao longo destes dois anos de mestrado. Muito obrigada, professor!

Agradeço aos companheiros e companheiras do Laboratório e Grupo de Pesquisa das lutas no campo e na cidade (GEOLUTAS), pelas experiências que vivenciamos no laboratório. Pelo conhecimento que fomos construindo no cotidiano, dividindo as angústias, questionamentos e alegrias.

Agradeço aos camponeses sem-terra que, mesmo diante de todas as adversidades possíveis nunca deixaram de lutar pelo direito à terra. Camponeses que possibilitaram a

permanência no campo à inúmeras famílias, inclusive a de meus pais. Obrigada, companheiros!

Agradeço, também, ao grupo Bolsistas Capes, alocado junto à rede social *Facebook*, pelos conselhos trocados, pelas dúvidas tiradas e pelas horas de procrastinação que recarregaram minhas energias para chegar ao final desta caminhada. Nem só de Times New Roman, 12, justificado, espaçamento 1,5, vive um@ pesquisador@ neste país.

Não posso deixar de agradecer, também, a meus pequenos: Perseu, Átila e Pequeno. Bolinhas de pelo que vêm me acompanhando nestes anos de academia. Em especial, agradeço a pequena Mima, vulgo Jaguatirica, minha dose de antidepressivos diária, que possui a capacidade de arrancar sorrisos nos dias mais difíceis. A dona ama muito vocês!

Agradeço a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Marechal Cândido Rondon/PR, por estes seis anos de caminhada. Desde a graduação até o mestrado, proporcionando a mim não apenas o conhecimento acadêmico e científico, como também a construção de uma Jéssica melhor, mais humana e empática do que aquela garota de 18 anos que iniciou sua graduação em 2013.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, nível de Mestrado, pela acolhida durante estes dois anos. Muito obrigada!

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa que permitiu o desenvolvimento do presente trabalho. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

*“Estradas sempre em frente vão
Sob nuvens e estrelas a passar,
Mas os pés que percorrem os caminhos
Um dia para casa vão voltar.”
(J.R.R. Tolkien- O Hobbit)*

RESUMO

O presente trabalho possui como eixo central, compreender as possibilidades e contradições encontradas pela juventude camponesa frente a sua reprodução socioterritorial. Juventude esta, presente nas áreas de reforma agrária, os assentamentos Ireno Alves dos Santos, Marcos Freire e Dez de Maio, localizados no município de Rio Bonito do Iguçu, e no assentamento 8 de Junho, no município de Laranjeiras do Sul, além de presente nos acampamentos Herdeiros da Terra de 1º de Maio, em Rio Bonito do Iguçu, e Recanto da Natureza, em Laranjeiras do Sul. Partiu-se do debate acerca da realidade vivenciada pelos jovens camponeses nas áreas de reforma agrária, das contradições inerentes ao próprio campesinato e das relações hierárquicas que permeiam o cotidiano destes jovens. Buscou-se compreender, por quais razões o jovem não permanece no campo e por quais motivações o mesmo permanece e/ou retorna ao espaço rural. As relações engendradas no interior do núcleo familiar camponês constroem possibilidades para estes jovens, sejam estas para a sua permanência ou não, no campo. Buscou-se compreender a realidade vivenciada pela juventude camponesa presente nestes espaços diante de adversidades distintas e vivenciadas, correntemente, no interior do próprio núcleo familiar camponês.

Palavras-chave: Juventude camponesa; reforma agrária; campesinato; relações hierárquicas; MST.

**LAS CONTRADICCIONES DEL PROCEDIMIENTO DE REPRODUCCIÓN
SOCIOTERRITORIAL DE LA JUVENTUD CAMPONESA EN LOS ESPACIOS DE
LUCHA POR LA REFORMA AGRARIA EN LOS MUNICIPIOS DE LARANJERAS
DEL SUR Y RIO BONITO DEL IGUAÇU / PR**

RESUMEN

El presente trabajo tiene como eje central, comprender las posibilidades y contradicciones encontradas por la juventud campesina frente a su reproducción socioterritorial. La juventud esta, presente en las áreas de reforma agraria, los asentamientos Ireno Alves dos Santos, Marcos Freire y Diez de Mayo, ubicados en el municipio de Rio Bonito do Iguaçú y el asentamiento 8 de Junio, en el municipio de Laranjeiras del Sur. Esta presente también en los campamentos Herederos de la Tierra de 1 ° de Mayo, en Río Bonito do Iguaçú, y en el Recanto de la Naturaleza en Laranjeiras del Sur. Se partió del debate acerca de la realidad vivenciada por los jóvenes campesinos en las áreas de reforma agraria, de las contradicciones inherentes al propio campesinado y de las relaciones jerárquicas que permean el cotidiano de estos jóvenes. Se buscó comprender por qué razones el joven no permanece en el campo y por qué motivaciones el mismo permanece y o retorna al espacio rural. Las relaciones engendradas en el interior del núcleo familiar campesino construyen posibilidades para estos jóvenes, sean éstas para su permanencia o no en el campo. Se buscó comprender la realidad vivenciada por la juventud campesina presente en estos espacios, incluso ante adversidades distintas y que muchas veces están presentes en el interior del propio núcleo familiar campesino.

Palabras-clave: Juventud campesina; reforma agraria; campesinado; relaciones jerárquicas; MST.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Metas do II PNRA.....	41
Figura 2 – Localização da mesorregião Centro-Sul paranaense e dos municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu.....	56
Figura 3 – Portal de entrada do Assentamento 8 de Junho.....	68
Figura 4 – Instalações da COPERJUNHO	70
Figura 5 – Abrangência do latifúndio Giacomet-Marodin (até 1996).....	73
Figura 6 – Assembleia no acampamento “Buraco”	75
Figura 7 – Origem das famílias camponesas do acampamento “Buraco”	76
Figura 8 – Ocupação do latifúndio Giacomet-Marodin.....	77
Figura 9 – Entrada do Assentamento Ireneo Alves dos Santos.....	78
Figura 10 – Entrada para os assentamentos Marcos Freire e Dez de Maio.....	80
Figura 11 – Portal do Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio	83
Figura 12 – Organização do Acampamento Base no ano de 2014.....	84
Figura 13 – Horta agroecológica no Acampamento Recanto da Natureza.....	88
Figura 14 – Logomarca da Agroindústria Recanto da Natureza	89
Figura 15 – Escola Itinerante Herdeiros do Saber	121

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de assentamentos criados no Brasil (2011-2016).....	42
Gráfico 2 – Número de famílias assentadas no Brasil no período de 2011-2016	43
Gráfico 3 – Conflitos no campo brasileiro (2011-2017)	44
Gráfico 4 – Ocupações de terra ocorridas no Brasil (2011-2016).....	45
Gráfico 5 – Poder de decisão nas unidades camponesas dos assentamentos	104
Gráfico 6 – Participação dos jovens nas decisões tomadas no lote familiar	105
Gráfico 7 – Pretensão juvenil para com o campo.....	109

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Espacialização das ocupações de terras no Paraná (1988-2013).....	60
Mapa 2 – Espacialização dos assentamentos rurais conquistados no Paraná (1981-2014).....	61

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Pontos característicos da produção camponesa	28
Quadro 2 – Dados da reforma agrária durante o I PNRA 1985-1989	39
Quadro 3 – Características dos proprietários de estabelecimentos rurais de Laranjeiras do Sul - 2017	64
Quadro 4 – Características dos proprietários de estabelecimentos rurais de Rio Bonito do Iguaçu - 2017	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População paranaense de acordo com o local de residência e mesorregiões	57
Tabela 2 – Porcentagem da população paranaense residente na zona rural - mesorregiões	57
Tabela 3 – Assentamentos rurais no Centro-Sul Paranaense (1984-2016) e número de famílias assentadas	62
Tabela 4 – Atividades sob responsabilidade dos jovens nas unidades camponesas dos assentamentos	112

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CANGO** – Colônia Agrícola General Osório
- CEAGRO** - Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia
- CIMI** – Conselho Indigenista Missionário
- CITLA** – Clevelândia Industrial e Territorial Ltda.
- CONTAG** – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- COPAIA** – Cooperativa Agroecológica Ireno Alves dos Santos
- COPERJUNHO** – Cooperativa Agroindustrial Oito de Junho
- CPT** – Comissão Pastoral da Terra
- DATALUTA** – Banco de Dados da Luta pela Terra
- DEM** - Democratas
- DOPS** – Delegacias Especializadas de Ordem Política e Social
- FHC** – Fernando Henrique Cardoso
- IAP** – Instituto Ambiental do Paraná
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- IPARDES** – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
- MASTEN** – Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Norte do Paraná
- MASTEL** - Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Litoral do Paraná
- MASTES** - Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Sudoeste do Paraná
- MASTRECO** - Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Centro-Oeste do Paraná
- MASTRO** - Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Oeste do Paraná
- MDA** – Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- NE** – Nordeste
- PA** – Projeto de Assentamento
- PAA** – Programa de Aquisição de Alimentos
- PCB** – Partido Comunista Brasileiro
- PNAE** – Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PNJ** – Políticas Nacionais de Juventude
- PNRA** – Plano Nacional de Reforma Agrária
- PR** – Paraná
- PRONACAMPO** – Programa Nacional de Educação do Campo

PRONAF-Jovem – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Jovem

RS – Rio Grande do Sul

S – Sul

Se – Sudeste

SC – Santa Catarina

SNJ – Secretaria Nacional de Juventude

UDR – União Democrática Ruralista

UFFS- Universidade Federal Fronteira Sul

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO I CONTEXTO HISTÓRICO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL.....	24
1.1 DEBATES ACERCA DO CAMPESINATO NO BRASIL.....	24
1.2 A LUTA PELA TERRA E OS CONFLITOS NO CAMPO BRASILEIRO	31
1.3 DIFERENTES ENTENDIMENTOS SOBRE REFORMA AGRÁRIA.....	45
CAPÍTULO II CONFLITOS AGRÁRIOS NO CAMPO PARANAENSE: LUTAS, RESISTÊNCIAS E CONQUISTAS NA MESORREGIÃO CENTRO-SUL DO ESTADO	50
2.1 HISTÓRICO DA LUTA PELA TERRA NO ESTADO DO PARANÁ.....	50
2.2 A MESORREGIÃO CENTRO-SUL PARANAENSE	55
2.3 LARANJEIRAS DO SUL E RIO BONITO DO IGUAÇU: BREVE HISTÓRICO DE CONQUISTAS CAMPONESAS	63
2.3.1 O Assentamento 8 de Junho em Laranjeiras do Sul	66
2.3.2 Os assentamentos Ireno Alves dos Santos, Marcos Freire e Dez de Maio, em Rio Bonito do Iguaçu-PR	71
2.3.3 O Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio: herança de luta e reivindicação por reforma agrária	82
2.3.4 O Acampamento Recanto da Natureza: reforma agrária e a luta por um projeto de agricultura agroecológica	86
CAPÍTULO III A JUVENTUDE CAMPONESA NOS TERRITÓRIOS DE LUTA POR REFORMA AGRÁRIA NOS MUNICÍPIOS DE LARANJEIRAS DO SUL E RIO BONITO DO IGUAÇU/PR.....	91
3.1 DIFERENTES TEMPORALIDADES DA JUVENTUDE E SUAS DEFINIÇÕES	91
3.2 JUVENTUDE CAMPONESA: DIVERSIDADE E HETEROGENEIDADE EM CAMPO	96
3.3 CAMPO E FAMÍLIA: SUBORDINAÇÃO E CAMINHOS DISTINTOS PERANTE A JUVENTUDE CAMPONESA	98
3.4 A SUBORDINAÇÃO JUVENIL PRESENTE NO INTERIOR DAS FAMÍLIAS CAMPONESAS NOS TERRITÓRIOS DA REFORMA AGRÁRIA EM ESTUDO	102
3.4.1 As questões de gênero no cotidiano da juventude camponesa em pesquisa	111
3.5 JUVENTUDE E RESISTÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES DO MST PARA A JUVENTUDE CAMPONESA EM ESTUDO.....	117
3.5.1 As conquistas camponesas e suas contribuições para com os caminhos tomados pela juventude: cooperativas e universidade	124

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
REFERÊNCIAS.....	135
ANEXOS	143
Anexo “A” - Carta da 38ª Romaria da Terra -MST/RS	144
APÊNDICES	146
Apêndice “A” - Questionário desenvolvido com jovens presentes nos assentamentos	147
Apêndice “B” - Roteiro de entrevista semiestruturado	151

1 INTRODUÇÃO

*“Vocês que fazem parte dessa massa
Que passa nos projetos do futuro
É duro tanto ter que caminhar
E dar muito mais do que receber”
(Admirável gado novo – Zé Ramalho)*

O espaço agrário brasileiro é resultado de sua conformação histórica baseadas nas concessões de grandes extensões de terras, as sesmarias. Ao longo do desenvolvimento histórico-social nacional, parte destas terras transformaram-se nos latifúndios presentes, ainda hoje, no país. Nesse emaranhado de apropriação desigual da terra, o campesinato brasileiro surgiu às margens dos latifúndios de tipo escravocrata e capitalista, necessitando, portanto, reinventar novas formas para sua sobrevivência no campo.

A juventude camponesa está, com efeito, diretamente ligada a este cenário. Envoltas em relações típicas ao campesinato, como o trabalho familiar e sua socialização desde tenra idade, a juventude campesina está, pois, relacionada às desigualdades presentes no campo brasileiro. Desigualdades estas que afetam diretamente as possibilidades que são apresentadas aos jovens camponeses.

Estes jovens, portanto, estão envoltos em relações desiguais e contraditórias. Como jovens camponeses que são, vivenciam as contradições do campesinato como classe social, que para além de suas lutas e resistências também é constante e contraditoriamente recriada pelo sistema capitalista de produção, que utiliza de relações não capitalistas para maior acumulação de capital. Estes jovens estão, também, envoltos em contradições interligadas ao próprio núcleo familiar camponês, onde o jovem é reconhecido, de um lado, como o futuro para o campesinato e, por outro, enfrenta o estigma de pouco confiável ou, ainda, de incapaz de gerir as atividades do lote camponês (CASTRO et al., 2009).

Assim, o objetivo principal da pesquisa é compreender a reprodução socioterritorial da juventude camponesa presente nas áreas de luta pela terra. Busca-se analisar as contradições inerentes ao próprio ambiente em que os jovens camponeses estão inseridos. Diz-se reprodução socioterritorial da juventude camponesa devido ao fato de estes jovens estarem diretamente ligados à luta pela terra e pela permanência nesta; sua própria reprodução, portanto, está diretamente correlacionada com a terra. Para fins analíticos, foram escolhidos quatro assentamentos rurais e dois acampamentos de camponeses sem-terra, de dois municípios da mesorregião Centro-Sul paranaense. Os assentamentos são: 8 de Junho, no

município de Laranjeiras do Sul, Ireno Alves dos Santos, Marcos Freire e Dez de Maio, localizados no município de Rio Bonito do Iguaçu. Por sua vez, os acampamentos são: acampamento Recanto da Natureza, em Laranjeiras do Sul, e o acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, localizado no município de Rio Bonito do Iguaçu.

O recorte espacial foi delimitado por dois motivos. O primeiro, em razão da representatividade dos referidos espaços no histórico de lutas camponesas na mesorregião Centro-Sul paranaense. A organização camponesa nessa área possibilitou, com efeito, a conquista dos supracitados assentamentos no decorrer da década de 1990, bem como a organização do acampamento Recanto da Natureza na mesma década. Ainda em relação à representatividade da luta camponesa, destaca-se o histórico dos assentamentos e acampamento em Rio Bonito do Iguaçu, cuja luta contra o latifúndio Araupel S/A possibilitou o acesso à terra à, aproximadamente, 1575 famílias camponesas, além de manter na luta pela terra cerca de 1250 famílias de camponeses sem-terra.

O segundo motivo é dado pela origem da autora. Filha de camponeses beneficiários da reforma agrária, cresceu no interior do assentamento Ireno Alves dos Santos. Apesar de nem sempre ter compreendido as relações contraditórias que permeavam aquele espaço ou tampouco as relações desiguais dentro do próprio núcleo familiar camponês, com o tempo passou a questionar os caminhos apresentados aos jovens camponeses. A migração que observava tanto entre os jovens de outras famílias quanto de seus próprios familiares a levou a outros caminhos. Isso somado às relações hierárquicas que presenciou ao longo de sua vida, a impulsionaram pela saída do assentamento em busca de formação acadêmica.

Apesar da ligação explícita entre a autora e as áreas em estudo, os questionamentos que motivaram a pesquisa não se resumem à sua vivência. As perguntas levantadas partiram da necessidade de se compreender a realidade vivenciada pelos jovens camponeses presentes em áreas de reforma agrária. Entre os questionamentos, destacam-se os seguintes: os jovens camponeses têm permanecido no campo? Se sim, como permanecem ou mesmo porquê o fazem? Se não, quais motivações principais levam estes jovens a saírem do espaço rural? Como se dão as relações no interior do núcleo familiar camponês? Quais são as possibilidades de futuro apresentadas aos jovens camponeses? Qual a participação dos jovens nos trabalhos desenvolvidos nos lotes familiares? Qual a participação dos jovens nas cooperativas?

Diante disso, esta pesquisa buscou compreender a realidade em que se encontra a juventude camponesa. Mais especificamente, a reprodução socioterritorial desta juventude. Para tanto, utiliza-se de amplo referencial bibliográfico referente às questões do campesinato

brasileiro e, conseqüentemente, da juventude camponesa. Este referencial bibliográfico trata da consumação do espaço agrário paranaense e das constantes resistências camponesas. Consultou-se, também, os relatórios do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), tanto os relativos ao Paraná quanto os de âmbito nacional. Apesar deste sólido aporte teórico e de dados empíricos, foram realizados ainda trabalhos de campo, compreendidos através da construção e desenvolvimento de entrevistas e questionários *in loco*.

Optou-se pela realização de entrevistas e questionários devido às características diferenciadas de cada método. Enquanto a entrevista proporciona a conversação direta entre entrevistador e entrevistado, facilitando o diagnóstico e a obtenção de informações e dados, o questionário possibilita o alcance de maior número de dados, uma vez que há maior liberdade às respostas dadas (MARCONI, LAKATOS, 2003).

Foram realizadas 32 entrevistas e aplicados 158 questionários. A seleção da população interpelada orientou-se pela técnica de amostragem aleatória ou pela identificação dos sujeitos mais envolvidos com questões da juventude nos locais estudados. As entrevistas realizaram-se com jovens entre 17 e 29 anos, presentes tanto nos assentamentos quanto nos acampamentos analisados. Também foram entrevistados sete camponeses (seis do sexo masculino e um do sexo feminino) diretamente ligados à luta pela reforma agrária, representantes de cooperativas, funcionários de órgãos governamentais¹ e membros da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS), campus de Laranjeiras do Sul/PR. Todos os entrevistados tiveram suas identidades mantidas sob sigilo, mantendo-se apenas data e local da realização da entrevista. Para fins de organização, as entrevistas realizadas com os jovens camponeses foram identificadas com pseudônimos como “Jovem 1”, “Jovem 2” e assim sucessivamente; as entrevistas realizadas com camponeses e representantes de cooperativas receberam a denominação de “Camponês 1”, “Camponês 2” e assim por diante; por fim, as entrevistas com representantes de órgãos governamentais e membros da UFFS foram identificadas como “Interlocutor 1”, “Interlocutor 2” e continuamente. As entrevistas foram semiestruturadas, de modo a conceder à autora flexibilidade para explorar e aprofundar questões diante de variadas situações em contexto de entrevista. Diante disso, as conversas informais realizadas entre as visitas de campo possibilitaram a obtenção de dados e o levantamento de novas questões sobre o tema da pesquisa.

¹ Como a Sala da Cidadania do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), presente no município de Rio Bonito do Iguaçu.

Os questionários foram realizados com jovens camponeses de 15 a 18 anos presentes nos assentamentos; buscou-se abranger o maior número possível de sujeitos. Para a aplicação dos inquéritos, foi utilizada a estrutura escolar dos próprios assentamentos. Isto é, entrou-se em contato com as escolas e colégios do campo e, após obtida permissão, aplicou-se os questionários junto aos jovens vinculados a estas instituições. Obteve-se, dessa forma, maior abrangência na amostra e menor tempo de deslocamento para a aplicação dos questionários.

Esta dissertação é, portanto, resultado de todo o levantamento bibliográfico, leituras e fichamentos, dos dados obtidos em campo e da correlação destes com o referencial teórico. A dissertação está dividida em três capítulos, cujo objetivo é debater a realidade da juventude camponesa nas áreas que compuseram a presente pesquisa.

O primeiro capítulo possui como eixo central os debates acerca da compreensão da questão agrária brasileira. Dá-se atenção à configuração do campo no país, partindo desde a colonização e regime de sesmarias. Neste capítulo, discute-se também algumas questões sobre a compreensão de campesinato como classe social, que também é constante e contraditoriamente recriada pelo sistema capitalista de produção. Elencam-se, da mesma forma, debates sobre a compreensão de reforma agrária e da representatividade dos movimentos sociais camponeses no campo brasileiro.

O segundo capítulo é dirigido à compreensão do campo paranaense e à realidade da mesorregião Centro-Sul do estado. Busca-se apreender as variadas resistências camponesas no estado, assim como a contribuição destas para a consolidação de movimentos sociais camponeses, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em outras palavras, o capítulo é destinado à compreensão das distintas lutas e conquistas camponesas ocorridas na mesorregião Centro-Sul paranaense, com ênfase no histórico de resistência camponesa dos municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu.

O terceiro capítulo objetiva compreender a realidade da juventude camponesa. Abordando os entendimentos de juventude e juventude camponesa, o capítulo visa debater as realidades e contradições presentes no cotidiano destes jovens. Neste capítulo, também são expostos os dados obtidos através dos trabalhos de campo, a fim de discutir e analisar a realidade e possibilidades para a reprodução socioterritorial da juventude camponesa analisada.

Neste sentido, buscou-se compreender geograficamente a realidade vivenciada por estes jovens camponeses, correlacionando a questão agrária nacional, estadual e regional ao histórico de ocupação e reivindicações camponesas dos municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu. Compreender o local em que estes jovens estão inseridos possibilita

não apenas o entendimento do campo no futuro, mas também como as relações do tempo presente podem se transformar. É diante disso que a utilização de conhecimentos geográficos para a análise e entendimento do território é fundamental. Pois se trata não apenas de um entendimento temporal, mas sobretudo de um debate e análise das distintas relações que se entrelaçam nos assentamentos e acampamentos estudados, ou seja, relações estabelecidas entre sujeitos e entre sujeitos e territórios.

CAPÍTULO I CONTEXTO HISTÓRICO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

*“Mas, apesar de tudo isso
O latifúndio é feito um inço
Que precisa acabar
Romper as cercas da ignorância
Que produz a intolerância
Terra é de quem plantar
A Terra, Terra
Terra, Terra”
(Canção da Terra – Pedro Munhoz)*

O presente capítulo visa debater elementos essenciais à compreensão da questão agrária e da luta pela terra no Brasil. Para tanto, faz-se necessário o entendimento do conceito de campesinato presente no país, visto ser figura central em muitos conflitos agrários da história brasileira. Da mesma maneira, compreender o conceito de reforma agrária e a importância da mesma para o país é imprescindível.

Diante disso, o capítulo é dividido em três subitens. O primeiro é dedicado à compreensão do surgimento do campesinato brasileiro e à caracterização destes sujeitos camponeses. O segundo, atua como um levantamento histórico até o tempo presente do contexto agrário do país, cujos conflitos possuem raízes profundas, desde a colonização portuguesa e usurpação dos territórios indígenas. O terceiro tópico, por sua vez, dedica-se à fundamentação teórica e entendimento do conceito de reforma agrária, com especial atenção ao seu uso pelos movimentos sociais camponeses. Busca-se, assim, correlacionar diferentes entendimentos sobre reforma agrária presentes na realidade atual brasileira.

1.1 DEBATES ACERCA DO CAMPESINATO NO BRASIL

Definir o conceito de campesinato é essencial para a compreensão da juventude camponesa presente no campo brasileiro; no caso específico deste trabalho, da juventude presente nos espaços de luta por reforma agrária, ou seja, assentamentos rurais e acampamentos de sem-terra. Todavia, ao delimitar padrões fechados e inalteráveis se pode distanciar da representação real de um determinado objeto. Segundo Shanin (2008), os

modelos teórico-conceituais apresentam complexidade menor do que a realidade em si - o que, por outro lado, não diminui importância dos conceitos. É através da realidade complexa em que está envolto o campesinato que se buscará compreender, neste trabalho, os sujeitos camponeses na realidade brasileira.

O surgimento do campesinato brasileiro está intimamente ligado ao período colonial do país. No Brasil “[...] O campesinato é criado no seio de uma sociedade situada na periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista [...]” (MARQUES, 2008, p. 60). Isso foi devido, principalmente, pela ocorrência das chamadas sesmarias. Estas se constituíam em posses de terras sob domínios de senhores com sangue considerado puro, e que o deviam comprovar a utilização da parcela de terra reivindicada. Nesse processo, se permitia ou não a legalização da mesma (MARTINS, 1981). Pois, “No período colonial, quem não tivesse sangue limpo, quem fosse bastardo, mestiço de branco com índia, estava excluído da herança” (MARTINS, 1981, p. 31-32) e, da mesma forma, não se constituiria num senhor sesmeiro.

Segundo Marques e Marques (2015, p. 10), “As três partes componentes originais do campesinato brasileiro são o índio, o trabalhador africano e os europeus não agraciados pela propriedade – a estes se juntava o sitiante (pequeno agricultor dono de um pedaço de terra).” Da mesma maneira, foi através da figura do mestiço, desprovido do direito de herança, e dos filhos posteriores ao primogênito, igualmente desprovidos desse direito pela Lei do Morgadio, que a base para o campesinato brasileiro surgira. Sobre a Lei do Morgadio,

Era uma espécie de lei/costume que estabelecia que o filho mais velho era o único herdeiro legal dos bens do fazendeiro. O objetivo dessa lei era impedir a divisão da propriedade, mas ela excluía os demais filhos que tinham que sair em busca de novas propriedades (que ocupavam como posseiros) ou então viver de favores (como agregados) na propriedade de um primogênito (MARQUES; MARQUES, 2015, p. 10-11).

É atrelada à Lei do Morgadio que a figura do agregado se consolida, aos poucos, no campo brasileiro. Envolto em relações de lealdade, troca de favores e, até mesmo, de compadrio (MARTINS, 1981)

Pelo fato de viver e trabalhar autonomamente nas terras de um fazendeiro, um agregado podia retribuir-lhe defendendo o seu direito de se assenhorear de mais terras, de litigar com fazendeiros vizinhos, etc. Com isso, o agregado defendia também o seu direito de estar na terra do fazendeiro. Mas não podia defender o direito de estar na terra, sem fazer dessa terra propriedade do seu fazendeiro. A sua luta era luta do outro (MARTINS, 1981, p. 35-36).

O agregado era uma forma de garantir, para o senhor sesmeiro, a continuidade de sua posse. Do mesmo modo, o agregado era responsável pela produção de gêneros alimentícios no interior da sesmaria. Cultivados durante a formação dos cafeeiros ou no interior das fazendas açucareiras muitas vezes, os gêneros produzidos eram adquiridos pelo próprio senhor sesmeiro (MARTINS, 1981). Pois, “A produção dos agregados das fazendas poupava o fazendeiro de dispêndios com a aquisição comercial de gêneros [alimentícios]” (MARTINS, 1981, p. 40).

Contudo, o campesinato brasileiro, durante o regime de sesmaria, não se resumia apenas ao agregado, assim como atualmente não se resume a “este ou àquele sujeito”. Conjuntamente ao agregado, estavam presentes os camponeses posseiros, que ocupavam terras devolutas, e os camponeses “sitiantes”, aqueles que já usufruíam de parcela de terra titulada (MOURA, 1986). Nesse sentido, Marques (2008) destaca como o campesinato não possui apenas uma “forma social”, mas expressa, antes, a diversidade encontrada no próprio campo. Tendo em vista que

O campesinato se refere a uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar e formas distintas de acesso à terra como o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário etc. A centralidade do papel da família na organização da produção [...] juntamente com o trabalho na terra, constituem os elementos comuns a todas essas formas sociais (MARQUES, 2008, p. 60).

O campesinato surge no Brasil às margens de uma sociedade escravagista e latifundiária. Todavia, este mesmo campesinato abrange uma conjuntura de formas sociais, seja o posseiro, seja o agregado, o foreiro, entre outros. A existência do campesinato não deve ser entendida como algo deslocado do capitalismo e, sim, como parte integrante desse modo de produção.

Os estudos sobre o campesinato não são recentes; pelo contrário, são inúmeros os trabalhos dedicados a compreender estes sujeitos (MOURA, 1986). Porém, tais estudos partem de visões distintas. Há, por exemplo, aqueles que compreendem o campesinato sobre a ótica de concepções que apontam à extinção destes sujeitos, restando no campo apenas trabalhadores assalariados e proprietários capitalistas. De acordo com Oliveira (2007), para os pesquisadores adeptos dessa concepção,

[...] O camponês, ao produzir cada vez mais para o mercado, tornar-se-ia vítima ou fruto desse processo, pois ficaria sujeito às crises decorrentes das elevadas taxas de juros [...] e aos baixos preços que os produtos agrícolas alcançam no momento das colheitas fartas. [...] No ponto de chegada desse processo de integração do camponês ao mercado capitalista ter-se-ia a

configuração de duas classes sociais distintas: os camponeses ricos, que seriam os pequenos capitalistas rurais, e os camponeses pobres, que se tornariam trabalhadores assalariados, proletarizar-se-iam, portanto. (OLIVEIRA, 2007, p. 9).

Contrariamente, há pesquisadores (PAULINO, 2006; OLIVEIRA, 2007) que entendem o campesinato enquanto classe social (MARQUES, 2008). Consequentemente, compreendem o camponês como o sujeito de uma classe, situada “dentro” do capitalismo e não afastada deste. Essa corrente teórica compreende “O campesinato como uma classe social e não apenas como um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida” (MARQUES, 2008, p. 58).

Todavia, ambas as correntes teóricas não são as únicas a pensar o campesinato. Há, ainda, aquelas que entendem o camponês a partir de visões antropológicas. Neste caso, destaca-se, principalmente, a relação do camponês com a terra e com a produção familiar, como também a subordinação imposta aos camponeses, ao longo do tempo e em distintas sociedades.

Diante dessas afirmações, “o campesinato deve, pois, ser entendido como classe social que ele é. Deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra” (OLIVEIRA, 2007, p. 11). O campesinato deve, portanto, ser entendido como classe social, mas, não uma classe alheia ao sistema capitalista. Uma classe social que faz parte do próprio sistema capitalista, que cria e recria, contraditoriamente, relações não capitalistas de produção (OLIVEIRA, 2007). O campesinato é, nesse sentido, “[...] A expressão contraditória de um modo de produção cuja mola propulsora não é a mercadoria, mas a acumulação. Assim, a existência do campesinato não deve ser vista como algo descolado do capitalismo, mas **como parte integrante desse modo de produção**” (PAULINO, 2006, p. 35, grifo nosso).

O processo contraditório do desenvolvimento do capitalismo se dá através “Da sujeição da renda da terra ao capital, pois assim ele (o capital) pode subordinar a produção de tipo camponês, pode especular com a terra, comprando-a e vendendo-a, e pode, por isso, sujeitar o trabalho que se dá na terra” (OLIVEIRA, 2007, p. 11). Destaca-se, assim, o processo por meio do qual o sistema capitalista de produção utiliza-se de relações não capitalistas para acumular capital, isto é, através da sujeição do trabalho camponês ou por meio da terra como propriedade (renda capitalizada) (OLIVEIRA, 2007).

Entretanto, se deve levar em consideração que, mesmo sendo uma classe social criada e recriada pelo capitalismo,

O campesinato possui uma organização da produção baseada no trabalho familiar e no uso como valor. O reconhecimento de sua especificidade não implica a negação da diversidade de formas de subordinação às quais pode se apresentar submetido, nem da multiplicidade de estratégias por ele adotadas diante de diferentes situações e que podem conduzir ora ao “descampesinamento”, ora à sua reprodução enquanto camponês (MARQUES, 2008, p. 59).

Portanto, o campesinato possui formas diferenciadas de reproduzir-se, cuja variância se dá em acordo à sociedade e região em que esteja integrado. Através dessa diversidade, encontram-se diferentes formas de subordinação, visto que “O campesinato é sempre um polo oprimido de qualquer sociedade. Em qualquer tempo e lugar a posição do camponês é marcada pela subordinação aos donos da terra e do poder” (MOURA, 1986, p. 10). Ao mesmo tempo, suas relações de produção, principalmente de base familiar, além de sua organização política, retratada nas mais diversas lutas camponesas ocorridas no país, modelam o camponês em um sujeito capaz de recriar-se diante das mais diferentes e adversas situações.

Face ao avanço constante do sistema capitalista de produção sobre o campo, gerando expulsão e expropriação do campesinato, os camponeses utilizam-se de maneiras distintas para manter-se na terra. Na diversidade de formas de produção, buscam a possibilidade de resistirem na terra, garantindo sua reprodução. Sobre isso, Santos (1978) destaca nove elementos (elencados no quadro 1), que evidenciam as particularidades das formas de produção camponesas. Cada elemento apresentado possui sua especificidade na reprodução camponesa, bem como salienta as múltiplas estratégias de (r)existência camponesa frente a subordinação ou a expropriação da terra.

Quadro 1 - Pontos característicos da produção camponesa

1- Força de trabalho familiar	É base para a (re)produção camponesa, tornando-se a família uma força coletiva.
2- A ajuda mútua	Utilizada em determinados momentos, expressa a união e compreensão entre os camponeses, de suas dificuldades.
3- O trabalho acessório	Torna-se mecanismo para busca de renda monetária quando faz-se necessário, propiciando a manutenção como camponês.
4- O trabalho assalariado	Surge na unidade camponesa, quando se faz necessária maior mão-de-obra, em alguns ciclos de colheita ou plantio.
5- A socialização camponesa	Trata-se da inicialização da criança como membro do trabalho familiar, que poderá, futuramente, garantir a reprodução camponesa.
6- A propriedade da Terra	É a base para a reprodução familiar camponesa, seu meio de produção indispensável.
7- Propriedade dos meios de produção	São proprietários de seus meios de produção. Sejam estes mercadorias adquiridas ou mesmo desenvolvidas na própria unidade camponesa

8- A jornada de trabalho	O camponês faz sua própria jornada de trabalho, utilizando-se mais ou menos horas diárias, dependendo da época do ano.
9- A reprodução simples de sua produção	Produz apenas para sua reprodução enquanto camponês e não para a acumulação semelhante à capitalista.

Fonte: Santos, 1978.

Embora se destaque o forte caráter familiar presente na unidade camponesa, diante do exposto no quadro se atinge compreender as inúmeras maneiras encontradas pelo campesinato para sua (re)produção. Utilizando-se de relações não-capitalistas de produção, como o trabalho familiar, ou sujeitando-se ao trabalho acessório, o camponês busca novos caminhos para a continuidade de sua reprodução. A terra, para os camponeses, representa seu maior bem, responsável pela sua sobrevivência e reprodução. Não por seu valor monetário, mas por ser base para sua reprodução, fonte de trabalho e de vida. Todavia, a terra nem sempre está sobre posse do camponês brasileiro. Seja como camponês parcelar (aquele que possui a propriedade da terra), como posseiro (que ocupa terras que ainda não foram tomadas privadamente) (MOURA, 1986), ou mesmo, meeiros, arrendatários, a terra é para o camponês terra de trabalho e não de negócio.

São por estes motivos: o trabalho familiar, o significado da terra e a constante busca por caminhos para sua reprodução, que a socialização camponesa, ou seja, a inserção da criança como membro da unidade, possui um caráter significativo para a continuidade do campesinato. É através da socialização desta criança que a mesma passará a ter contato com as formas de produção camponesas e com as relações sociais da comunidade em que está inserida.

Outro caráter de destaque nas relações camponesas de produção é a parceria. Essa prática destaca a união entre camponeses, ao mesmo tempo em que enseja o reconhecimento de que, muitas vezes, a individualidade e as dificuldades financeiras tornam-se obstáculos para a reprodução do campesinato. Dessa forma,

a parceria - é outro elemento da produção camponesa decorrente da ausência de condições financeiras do camponês para assalariar trabalhadores em sua propriedade; assim ele, ao contratar um parceiro, divide com ele custos e ganhos; [...] da mesma maneira, a parceria pode ser a estratégia que os pequenos camponeses utilizam para ampliar a sua área de cultivo e conseqüentemente aumentar suas rendas (OLIVEIRA, 2007, p. 41, grifos do autor).

Contudo, as características da produção camponesa ou mesmo suas relações sociais não caracterizam o camponês como um sujeito não-integrado ou à margem do sistema

capitalista de produção. contraditoriamente, o camponês também é recriado pelo capital. O “[...] Capital desenvolve de forma articulada e contraditória a produção camponesa. Isto quer dizer que [...] o camponês não é um sujeito social de fora do capitalismo, mas um sujeito social de dentro dele” (OLIVEIRA, 2001, p. 185). Pois, “O camponês desempenha um contraditório papel que, de um lado, expressa a sua resistência em desaparecer e, de outro é resultado do próprio capitalismo que não o extingue” (MOURA, 1986, p. 19).

É a partir dessas relações contraditórias que, ora o camponês se reproduz, ora é expulso/expropriado pelo avanço da agricultura capitalista. No entanto, o campesinato brasileiro frequentemente retorna à terra, mesmo que essa “recampenisação” implique em migrações (OLIVEIRA, 2007) ou que o camponês precise, ainda, da que para retornar a terra necessite usufruir de meios como a posse. Mesmo “O predomínio de sistemas de posse precária da terra nas formas de existência desenvolvidas [...] tem resultado numa condição de instabilidade estrutural, que faz da constante busca por novas terras uma importante estratégia de reprodução social [para o campesinato]” (MARQUES, 2008, p.60). A migração é, evidentemente, uma estratégia de reprodução campesina.

A prática de migrar reflete a busca por “terras livres” pelos camponeses. A posse, portanto, foi, e ainda é, uma realidade para os camponeses diante do espaço agrário brasileiro e do avanço da agricultura capitalista. Embora a posse, desde o período colonial esteja presente no campo brasileiro, deve-se reconhecer que

As formas de ocupação autônoma da terra pelos camponeses não se limitaram à periferia das grandes lavouras, mas surgiram também à maior distância destas, constituindo-se em sítios. [...] Não se trata de uma ocupação estática e acabada da terra, mas de um campesinato cuja condição independente podia atravessar incólume longos períodos, mas que ficava ameaçada sempre que fazendeiros avançavam sobre terras livres, regidas por códigos costumeiros de ocupação, e começavam a fincar limites, erguendo cercas e submetendo o camponês ao pagamento de rendas (MOURA, 1986, p. 67).

Portanto, a posse camponesa e as “cercas” das fazendas sempre estiveram próximas, porém em uma relação extremamente desigual. Como destaca Guimarães (1981, p. 114) “Se ao latifúndio estavam abertos todos os caminhos e todas as possibilidades de formação e expansão, à pequena propriedade quase não restava, [...] senão uma única via de acesso: a posse”.

Entende-se o campesinato como classe social recriada constantemente e contraditoriamente no conjunto de relações capitalistas de produção. Como classe social, estaria o campesinato brasileiro envolto em uma trama de desigualdades impostas. Em razão

de sua criação e recriação constantes, os sujeitos camponeses, como já destacado, são variados. Ainda assim, possuem como unidade o trabalho familiar, a partir do qual formulam estratégias e ressignificações à própria continuidade enquanto camponeses. No presente trabalho, abordam-se questões relativas aos camponeses sem-terra que, como classe social, reivindicam e lutam pelo direito de acesso e permanência na terra. Para tanto, buscam maneiras diversificadas e, muitas vezes, contraditórias para sua reprodução.

1.2 A LUTA PELA TERRA E OS CONFLITOS NO CAMPO BRASILEIRO

O histórico de conflitos no campo brasileiro possui um vasto número de revoltas contra as desigualdades presentes neste espaço. Segundo Marques e Marques (2015, p. 9), “Os conflitos pela terra no Brasil têm como ponto de partida o início do processo de colonização portuguesa deste território”. A chegada dos portugueses no atual território brasileiro marcou o início do extermínio dos povos nativos que aqui habitavam. Para os portugueses, a terra recém-“conquistada” era oportunidade de apropriação e acumulação de riquezas através da exploração; para os indígenas, a terra era “O fundamento de sua reprodução individual e do agrupamento do qual faziam parte. Era um bem coletivo, fonte de reprodução de vida” (MARQUES; MARQUES, 2015, p. 9). Para os povos indígenas, portanto, a terra era sinônimo de fonte de vida. Também foram os primeiros a sofrerem com a “colonização” portuguesa. Como destaca Oliveira (1994, p. 15),

Os povos indígenas foram os primeiros a conhecerem a sanha de terra dos colonizadores que aqui chegaram. Este genocídio histórico a que vêm sendo submetidos, há quase quinhentos anos, os povos indígenas brasileiros não pode ficar fora das muitas histórias de massacres no campo. O território capitalista brasileiro foi produto da conquista e destruição do território indígena. Espaço e tempo do universo cultural índio foram sendo moldados ao espaço e tempo do capital.

A primeira forma de ocupação das terras “recém descobertas” pelos portugueses foi em regime de concessão: as capitânicas-hereditárias. A corte portuguesa já havia adotado essa medida noutras localidades, como nos territórios do continente africano “conquistados”. A divisão da terra baseava-se nos limites geográficos do terreno e se estendia para o interior do país. Assim, “O que fez então foi demarcar o solo, atribui-lhes e declarar-lhes os respectivos direitos e deveres e os *direitos, foros, tributos e cousas* que tinham os colonos de pagar ao rei e aos donatários [...]” (FLEIUSS, 1922 *apud* GUIMARÃES, 1981, p. 46, grifos do autor).

Nesse contexto, inicia-se a perseguição e genocídio de nações indígenas que nessas terras habitavam. Com efeito, a conquista da então colônia logrou êxito amparada no desmantelamento de nações indígenas então presentes no país.

O território agrário capitalista brasileiro possuía como base, em sua formação, o trabalho escravizado indígena e, posteriormente, negro. Sendo assim, “O modelo colonial no Brasil se constituiu por meio de três componentes fundamentais na organização social, quais sejam: a grande propriedade fundiária, a monocultura de exportação e o trabalho escravo” (MIRALHA, 2006, p. 152). Ou ainda, como destaca Freyre (2003), por mais que a atividade econômica se alternasse entre os ciclos do ouro, cana-de-açúcar ou plantações de café, o instrumento de colonização sempre foi a mão-de-obra escravizada.

Foram os indígenas, portanto, os primeiros a resistirem e lutarem contra o avanço do território capitalista brasileiro. Para Oliveira, a “Luta das nações indígenas e a sociedade capitalista europeia [...], não cessou nunca na história do Brasil. Os indígenas, acudados, lutaram, fugiram e morreram” (OLIVEIRA, 1994, p. 15).

Da mesma maneira, os negros escravizados encontraram caminhos para resistirem à escravidão que lhes era imposta. “Simultaneamente à luta dos indígenas contra o tempo e o trabalho dos brancos capitalistas, nasceu a luta dos escravos negros contra espaços e trabalhos para os senhores fazendeiros rentistas” (OLIVEIRA, 1994, p. 16). Esta luta foi marcada, sobretudo, pela criação dos quilombos, espaços de liberdade no seio do território capitalista escravocrata (OLIVEIRA, 1994).

Ação importante para se entender o surgimento dos quilombos, no interior do Brasil escravocrata, foram as fugas. “A soma de fugas individuais e coletivas frequentemente resultava em quilombos onde os fugitivos tentavam inventar a liberdade” (SILVA; REIS, 1989, p. 9). Entre os quilombos, o mais conhecido foi Palmares. O maior reduto da luta negra no Brasil, chegando a registrar 20 mil habitantes vivendo em comunidade e resistindo ao trabalho escravo e a lógica rentista dos fazendeiros (OLIVEIRA, 1994). Outro caminho encontrado pelos negros escravizados, foram as rebeliões contra o regime escravocrata. Dentre elas, a ocorrida no ano de 1835, na Bahia, conhecida como a Revolta do Malês (SILVA; REIS, 1989).

As primeiras revoltas camponesas ocorridas no período da Primeira República (final do séc. XIX e início do séc. XX) foram marcadas, primeiramente, pelo caráter messiânico, mas, cujo fundo era centrado nos conflitos fundiários (MARQUES; MARQUES, 2015). Muitas outras revoltas surgiram com o passar do tempo e promulgação de leis, como a Lei de Terras de 1850. “A Lei de Terras, de 1850, já teve um caráter ambigualmente conservador, [...]

no fundo, os grandes proprietários de terra foram paulatinamente constituindo e reforçando o seu poder” (MARTINS, 1999, p. 76).

O que era propriedade do Estado (Rei) no regime de sesmarias, passa a ser propriedade privada com a Lei de Terras. Enquanto no regime de sesmarias o Rei poderia redistribuir posses abandonadas às pessoas, com a Lei de Terras se instituem bloqueios ao acesso à terra, o que garantia a oferta de força de trabalho para as grandes fazendas (MARTINS, 1999). Portanto,

A Lei de Terras proibia a abertura de novas posses, estabelecendo que ficavam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não fosse o de compra. Essa proibição era dirigida contra os camponeses da época, aqueles que se deslocavam para áreas ainda não concedidas em sesmarias aos fazendeiros e ali abriam suas posses. [...] A Lei de Terras transformava as **terras** devolutas em **monopólio do Estado e Estado controlado por** uma forte classe de **grandes fazendeiros** (MARTINS, 1981, p. 41-42, grifo nosso).

Grande parte dos conflitos agrários do país ocorreram e ocorrem pela contestação da concentração fundiária, ainda mais acentuada a partir da Lei de Terras de 1850. Pois essa lei representou a transformação da terra em propriedade privada e, assim, lhe instituiu um caráter rentista, através da renda da terra, da mesma maneira, a lei só intensificou as desigualdades presentes no campo brasileiro.

Portanto, “as primeiras grandes lutas camponesas no Brasil coincidiram com o fim do Império e o começo da República” (MARTINS, 1981, p. 41). Dentre as primeiras revoltas camponesas da época no país, destacam-se a de Canudos, na Bahia e a do Contestado, no sul do Brasil. Para Martins (1981)

Nas movimentações predominantemente camponesas, mas não exclusivamente, do sertão de Canudos, na Bahia (1893-1897), e do sertão do Contestado, no Paraná e em Santa Catarina (1912-1916), foram apresentadas e violentamente combatidas, por forças militares compostas por milhares de soldados do Exército e das polícias estaduais, como se fossem tentativas de restauração monárquica (MARTINS, 1981, p. 41).

Apesar de realidades distintas, tanto os camponeses de Canudos como os do Contestado sofreram represálias das forças republicanas brasileiras. Acusados de monarquistas, tiveram sua luta derrotada perante o Estado. Lutavam contra as desigualdades que lhes eram impostas e nada tinham relacionado à monarquia, recentemente deposta no país. Segundo Martins (1981, p. 41), “Concretamente, as mudanças que atingiam diretamente os camponeses diziam respeito à posse da terra e essas mudanças de imediato também tinham muito pouco a ver com a mudança do regime político”. Todavia, as forças militares sabiam

que não eram monarquistas que estavam combatendo, mas, sim, uma insurreição camponesa (MARTINS, 1981).

Apesar da importância das revoltas de Canudos e do Contestado, ambas não possuíam como eixo norteador as reivindicações por reforma agrária, mesmo tendo os conflitos por terra como estopim. As primeiras reivindicações camponesas por reforma agrária surgiram no Brasil somente entre as décadas de 1940 e 1960. Visto que “depois de décadas de imobilismo, quebrado eventualmente pelos movimentos messiânicos e por anárquicas manifestações de banditismo rural [...], os trabalhadores rurais de várias regiões, durante os anos de cinquenta, começaram a manifestar-se de modo propriamente político” (MARTINS, 1999, p. 60). Para Oliveira,

O final da década de 40, os anos 50 e o início da década de 60 foram marcados por [...] processo de organização, reivindicação e luta no campo brasileiro. No Nordeste esse processo ficou conhecido como a criação das “Ligas Camponesas”, cuja luta pela terra e contra a exploração do trabalho marcou significativamente sua ação. (OLIVEIRA, 2007, p. 104).

As Ligas Camponesas foram o primeiro movimento camponês que contestava a concentração fundiária e suas consequências, como por exemplo, a pobreza no campo, os altos preços dos arrendamentos, os despejos, entre outros (OLIVEIRA, 1994; MARQUES, MARQUES, 2015). Apoiados na chamada Lei do Inquilinato e possuindo auxílio do deputado e advogado Francisco Julião, as Ligas Camponesas caracterizaram-se como importante movimento camponês de sua época e protagonizaram a luta pela reforma agrária no Brasil, que ganhou dimensões nacionais (OLIVEIRA, 2007). No viés de luta pela reforma agrária, as Ligas endossavam reivindicações tidas como radicais: compreendiam que a reforma agrária deveria ser ampla e radicalizada, extinguindo assim, o monopólio da terra (FERNANDES, 2001).

Apesar da proximidade das Ligas com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), alguns encaminhamentos foram divergentes, o que em parte foi responsável pelo rompimento entre as Ligas e o PCB. Haja visto que, enquanto o PCB defendia a sindicalização e uma possível aliança camponesa operária (FERNANDES, 2001), as Ligas preconizavam um caminho diferenciado. “Para as Ligas, o objetivo era a realização da reforma agrária, através da ação direta e imediata, sem qualquer tipo de aliança, seja com a burguesia ou com o latifúndio. Num patamar mais avançado se propunha uma revolução camponesa e a construção do socialismo” (MARQUES; MARQUES, 2015, p. 25). O posicionamento das Ligas não era

contrário à formação de sindicatos, mas receava a política de ação a ser preconizada por estas organizações (MARQUES; MARQUES, 2015).

Diante da importância do movimento das Ligas Camponesas, deve-se reconhecer que o mesmo “Tem, portanto, que ser entendido, não como movimento local, mas como manifestação nacional de um estado de tensão e injustiças sociais a que estavam submetidos os camponeses e trabalhadores assalariados do campo” (OLIVEIRA, 2007, p. 108).

Através do conjunto de lutas e reivindicações que ressurgiam no campo brasileiro com a atuação das Ligas Camponesas e de membros do Partido Comunista, é que alguns avanços foram conquistados. A criação de uma legislação própria para os trabalhadores rurais, o Estatuto do Trabalhador Rural de 1963 e o início das discussões sobre o Estatuto da Terra, são exemplos de alguns desses avanços (GARCIA, 2003).

Ambos, o Estatuto do Trabalhador Rural e o início das discussões sobre o Estatuto da Terra, foram frutos de pressão popular durante o mandato presidencial de João Goulart (Jango). Por meio de decreto presidencial, ele esboçou a realização daquilo que seria o começo da reforma agrária brasileira, visto que sua proposta de emenda constitucional fora rejeitada pelo Congresso Nacional anteriormente. Jango visava, assim, destinar para a reforma agrária uma área de 10 km a partir dos eixos de rodovias, ferrovias e açudes públicos, construídos com verbas da União (OLIVEIRA, 2007). Era uma resposta imediata à posição negligente do Congresso Nacional e do poder Legislativo diante da questão agrária brasileira e da realidade dos conflitos fundiários que só cresciam no país.

Todavia, “em 1 de abril de 1964, João Goulart foi deposto e o Brasil entrou em um período [...] de chumbo de sua história, que durou 21 anos de ditadura militar. Ditadura militar que, antes de tudo, ficou contra a reforma agrária” (OLIVEIRA, 2007, p. 120). Os avanços conquistados até então perderam, aos poucos, sua legitimidade perante o governo militar. O próprio Estatuto da terra, apesar de assinado durante o período militar, não passou de uma “lei de papel”, que não fora colocada em prática (OLIVEIRA, 2007).

Para Martins (1999),

Não deixa de ser irônico que os grandes proprietários de terra, organizados sobretudo numa das mais tradicionais entidades de defesa de seus interesses, a Sociedade Rural Brasileira, de São Paulo, tenham dado decisivo apoio à preparação do golpe [de 1964]. Foram eles os responsáveis pela organização da chamada “Marcha da Família com Deus e pela Liberdade”, ocorrida inicialmente na cidade de São Paulo poucos dias antes da deposição de Goulart e decisiva para a consumação do golpe. Imediatamente após a tomada do poder, os militares encaminharam ao Congresso Nacional, já depurado dos parlamentares mais comprometidos com as reformas sociais, justamente um projeto de reforma agrária. Um projeto que acabou sendo

aprovado por um parlamento em que as oligarquias e os grandes proprietários de terra estavam anormalmente sobre-representados em consequência das cassações de mandatos e de direitos políticos dos parlamentares mais progressistas e empenhados nas reformas sociais propostas por Goulart. (MARTINS, 1999, p. 69).

A defesa da reforma agrária, durante o período ditatorial no Brasil, fora tratada como ato de subversão. Lideranças das Ligas Camponesas foram perseguidas, presas e “desaparecidas”. Todavia, “Se os militares esperavam frear a luta dos trabalhadores pelo acesso à terra, foram eles próprios que, através de uma série de grandes projetos governamentais, acabaram estimulando os movimentos migratórios em direção à Amazônia, na busca da liberdade e da terra” (OLIVEIRA, 1994, p. 32). É justamente na origem destes projetos governamentais de migração à Amazônia que reside parte dos conflitos no campo da região, muitos deles acirrados por estes incentivos. Isso porque “O governo militar com sua política territorial voltada para os incentivos fiscais aos empresários, de um lado, e de outro fomentando, também na Amazônia, a colonização como alternativa à Reforma Agrária nas regiões de ocupação antiga (NE, SE e S), criou o cenário para a violência” (OLIVEIRA, 2001, p. 191).

A região amazônica tornou-se o centro dos conflitos no campo do país. E isso ora pelo avanço desenfreado das novas fronteiras agrícolas, ora através de projetos gigantescos incentivados pelo governo militar ou ainda pelos constantes casos de grilagens de terras. Casos que colocavam, de um lado, jagunços de grandes fazendas e, de outro, os posseiros e povos tradicionais daquela região. Entre os povos tradicionais se encontravam ribeirinhos, seringueiros, mas, principalmente, indígenas e posseiros que tinham, naquelas terras amazônicas, sua existência e valor de vida.

Nesse período, alguns setores da Igreja ligados à Teologia da Libertação, passaram a desempenhar papel fundamental na Amazônia. Criaram-se a Comissão Pastoral da Terra (CPT), no ano de 1975, em defesa dos posseiros, e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em defesa das nações indígenas amazônicas, em 1972 (OLIVEIRA, 1994). Todavia, foi também nessa época que apoiadores das questões camponesas e indígenas passaram a ser assassinados no campo.

O período ditatorial ficou marcado não somente pelo cerceamento à liberdade, como também pelo rastro de violência deixado no campo brasileiro. Inicialmente contra as Ligas Camponesas, suas lideranças e apoiadores; posteriormente, em todo território nacional, tendo a região amazônica como centro de conflitos e violência no campo do país.

Com o fim da Ditadura Militar e o início da chamada “Nova República”, as esperanças entorno da realização da reforma agrária reapareceram. As articulações feitas, principalmente com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) (OLIVEIRA, 2007), para a elaboração do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e a aproximação da Assembleia Constituinte despontavam como oportunidades para a realização da reforma agrária. Entretanto, nem o I PNRA nem a Constituinte abrangeram, de fato, as reivindicações e necessidade de realização da reforma agrária no país. Tal fato não fora espantoso,

Ora, no Brasil, a propriedade fundiária é uma das bases essenciais do sistema econômico e, sobretudo, do sistema político. Nenhum pacto político foi feito neste País, desde a Independência, em 1822, até a recente Constituição, de 1988, que não fosse ampla concessão aos interesses dos grandes proprietários de terra. (MARTINS, 1999, p. 96).

Interligado a isso, soma-se a característica peculiar do desenvolvimento capitalista do país. Enquanto que em países centrais, como os europeus, o próprio capital é “núcleo” de desenvolvimento capitalista, no Brasil a terra é responsável por este desenvolvimento (MARTINS, 1999). Portanto, a renda da terra é tanto especulação quanto objeto de acumulação capitalista.

A questão da terra, ou melhor da propriedade da terra, é expressamente significativa e violenta no Brasil - haja visto a criação de grupos com intenção unicamente de barrar os possíveis avanços da reforma agrária no país. Durante o período da Assembleia Constituinte, a chamada União Democrática Ruralista (UDR) foi criada para frear as possibilidades de avanço em direção à reforma agrária, bem como para combater o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e suas reivindicações.

O MST surge oficialmente em janeiro de 1984, quando lideranças camponesas dos estados da região Sul, São Paulo e Mato Grosso do Sul promoveram um encontro em Cascavel (Oeste paranaense), cuja proposta era unificar as lutas camponesas nestes estados. É nesse momento que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) começa a ganhar “corpo” e uma agenda própria, unificando as lutas camponesas e reivindicando a Reforma Agrária. Utilizando-se das práticas de ocupações de terra e manifestações (marchas, passeatas, ocupações de prédios públicos, como os do INCRA, por exemplo), o MST consolidou-se e territorializou-se por todo território nacional. Suas pautas centrais centraram-se na realização da reforma agrária, no fim do latifúndio no país e em mudanças na estrutura fundiária nacional.

Em contraponto, para Marques e Marques (2015, p. 45), a UDR era “destinada a combater a reforma agrária e reprimir os trabalhadores rurais, e estimulava inclusive a formação de milícias armadas de fazendeiros”. A UDR possuía forte representatividade na Assembleia Constituinte, além de possuir na figura de Ronaldo Caiado (eleito governador de Goiás pelo DEM, mandato: 2019-2022) a natureza de fundador e liderança política. Oliveira (2007, p. 127) destaca que “a UDR foi fundada em agosto de 1985, em Goiânia, durante um leilão de gado para arrecadar dinheiro entre latifundiários, para lutarem contra a reforma agrária do I PNRA e contra o avanço do movimento dos camponeses sem-terra”.

A atuação da UDR para reprimir reivindicações de camponeses, povos tradicionais, posseiros, extrativistas, entre outros, chegava ao extremo de violência. Membros dessa entidade foram responsáveis por grande número de assassinatos no campo brasileiro. Entre os crimes cometidos pela UDR, consta o assassinato de Chico Mendes², seringueiro, sindicalista e defensor da criação de reservas extrativistas. Segundo o Diário online Causa Operária³, a

União Democrática Ruralista (UDR), entidade de caráter fascista criada na década de 1980 e que foi responsável por grande número de assassinatos no campo. Uma das mortes de responsabilidade de UDR foi a de Chico Mendes, importante ativista político contra o latifúndio na região Amazônica, em 1988. O assassinato de Chico Mendes foi orquestrado por Darly Alves, representante no Acre da UDR, e executado por Darcy, filho do fazendeiro, junto a um pistoleiro. (CAUSA OPERÁRIA, 2016).

Contrapondo-se aos ideais ruralistas e oligárquicos da UDR, o MST seguia com sua agenda de reivindicações, ocupações e manifestações em prol da reforma agrária. Movimento cujos ideais partem da reivindicação de uma ampla e eficaz reforma agrária e fim da concentração fundiária no Brasil, além de desempenhar papel fundamental nas denúncias de grilagens de terra por todo país.

Nos anos seguintes à implantação do I PNRA, cujas metas eram assentar 1,4 milhões de famílias, em 43,09 milhões de hectares, os dados sobre a reforma agrária, destacados no quadro 2, preconizavam a não realização da mesma. Este cenário não se alterou, inclusive, após a Constituinte, uma vez que ações da UDR barraram quaisquer possíveis avanços de políticas de reforma agrária. Assim, após “Aprovada a Constituição, no terceiro parágrafo do art. 184 os ruralistas fizeram constar o seguinte texto: ‘Cabe à lei complementar estabelecer

² O documentário “Chico Mendes: eu quero viver” sob autoria de Adrian Cowel e Vicente Rios, destaca a luta de Chico Mendes contra a injustiça social e pela preservação dos seringais, através da criação de reservas extrativistas.

³ Diário Online Causa Operária. Disponível em: <<http://www.causaoperaria.org.br/blog/2016/05/05/udr-de-caiado-assassinou-chico-mendes/#.WsdqM4jwbIU>> Acesso em: 06 abr. 2018.

procedimento contraditório especial, de rito sumário, para processo judicial de desapropriação” (FERNANDES, 2010, p, 167). Tal texto previa a necessidade de nova lei para a regulamentação da desapropriação de terras, fato que ocorreu somente no ano de 1993. Mas, que ainda está vulnerável às ações ruralistas, que impedem, muitas vezes, as desapropriações (FERNANDES, 2010).

Quadro 2 - Dados da reforma agrária durante o I PNRA 1985-1989

	Meta	Total alcançado	% (meta)
Famílias assentadas	1,4 milhões	89.950 mil	6,4
Área desapropriada (hectares)	43,09 milhões	4,8 milhões	11,13

Fonte: OLIVEIRA, 2007. Organização: FOLLMANN, 2018.

Governo após governo, a questão agrária e a acumulação fundiária não recebiam a devida atenção, isto é, não se destinavam maiores recursos públicos à causa e tampouco se debatia politicamente o tema. Foi durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (gestão: 1995 - 2002) que a repressão contra os movimentos sociais camponeses, principalmente contra o MST, passou a ser exercida pelas forças policiais do Estado (OLIVEIRA, 2007). É nesse cenário de violência e repressão policial que ocorrem os massacres de Corumbiara (RO), em 1995, e Eldorado dos Carajás (PA), em 1996.

Para Oliveira (2007), enquanto os movimentos sociais, principalmente o MST, denunciavam os inúmeros casos de grilagens de terras e a improdutividade, a resposta do governo foi a violência e repressão policial, bem como a criminalização das lideranças. No que tange às tentativas de criminalização dos movimentos sociais, a mídia desempenhou papel fundamental. Essa ficou encarregada de “desmontar a imagem de apoio que a população tinha formado sobre o MST” (OLIVEIRA, 2007, p. 145).

A violência e criminalização dos movimentos sociais foram duas das estratégias adotadas pelo governo de FHC. No entanto, um outro caminho para desmobilizar as reivindicações sociais dos camponeses sem terra foi acionado no segundo mandato de FHC: “A **‘Reforma Agrária Virtual dos Correios’**. Ou seja, aquela que só ocorreu na televisão para iludir os camponeses sem terra” (OLIVEIRA, 2006, s.p., grifos do autor). Considera-se que, da mesma maneira que em outros momentos, a reforma agrária continuou a ser uma reivindicação camponesa, mas não uma prioridade governamental.

Com a ascensão do Governo Lula (gestão: 2003 – 2010) e a constante pressão de movimentos sociais e setores da sociedade (COSME, 2016), um novo Plano Nacional de

Reforma Agrária foi elaborado, o II PNRA. Porém, foi através do processo de elaboração e aprovação do II PNRA que a intensão governamental sobre a reforma agrária ficou explícita. No processo de elaboração do II PNRA, foram apresentados dois planos. Um destes, elaborado pela equipe de Plínio de Arruda Sampaio, cujos levantamentos apontavam para o assentamento de aproximadamente um milhão de famílias camponesas. Esse plano foi considerado progressista e rejeitado pelo governo. Pois,

Devido às fortes pressões dos movimentos e organizações sociais do campo, apoiadores da Candidatura Lula, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) convidou e formou uma equipe de especialistas, coordenada por Plínio de Arruda Sampaio, para a elaboração do II PNRA. Ao final dos trabalhos, foi apresentado um Plano que tinha como proposta assentar um milhão de famílias em quatro anos. Plano esse que de pronto foi recusado pelo governo Lula. Essa decisão já demonstrava, portanto, a intenção do governo de não contrariar a bancada ruralista, que defendia os interesses do agronegócio e que historicamente compõe a base do governo no Congresso Nacional (COSME, 2016, p. 320).

O segundo plano apresentado teve como autor Miguel Rosseto. Seu plano trazia “Metas bem aquém se comparadas com o Plano Plínio, reduzindo para 400 mil o número de novas famílias a serem assentadas, entre 2003-2006” (COSME, 2016, p. 320). As ações para a possível realização da reforma agrária do país eram cada vez mais ineficientes, tendo em vista o “tratamento” do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em relação aos dados do II PNRA. Estes dados nem sempre os mesmos foram fidedignos à realidade e apresentavam distorções sobre a realização da reforma agrária (OLIVEIRA, 2007).

A manipulação dos dados ocorreu quando as metas do II PNRA (figura 1) foram somadas como dados referentes à primeira meta (novos assentamentos). Os dados de regulamentação e outros entravam na conta de novas famílias assentadas. Segundo Oliveira (2007), INCRA e MDA faltaram com a verdade quando não cumpriram com as metas de novos assentamentos do II PNRA, barrando assim, a possível reforma agrária prevista no referido plano.

Figura 1 – Metas do II PNRA

META 1
400.000 novas famílias assentadas
META 2
500.000 famílias com posses regularizadas
META 3
150.000 famílias beneficiadas pelo Crédito Fundiário
META 4
Recuperar a capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos atuais assentamentos
META 5
Criar 2.075.000 novos postos permanentes de trabalho no setor reformado
META 6
Implementar cadastramento georreferenciado do território nacional e regularização de 2,2 milhões de imóveis rurais
META 7
Reconhecer, demarcar e titular áreas de comunidades quilombolas
META 8
Garantir o reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas
META 9
Promover a igualdade de gênero na Reforma Agrária
META 10
Garantir assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias das áreas reformadas
META 11
Universalizar o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas

Fonte: Oliveira, 2007.

Portanto, os assentamentos conquistados até o momento foram e são frutos da pressão popular dos camponeses sem terra, em torno dos movimentos sociais. Com a eleição de Dilma Rousseff em 2011, o quadro da reforma agrária no país não obteve avanços. Apesar de possuir uma política de programa sociais, que beneficiaram parte da população brasileira, durante os mandatos da ex-presidente não é possível apontar avanços significativos no que tange à reforma agrária.

A política adotada durante os governos de Dilma Rousseff (2011-2016) caracterizou-se pelo incentivo à produção de *commodities* e, conseqüentemente, ao agronegócio (COSME,

2016). A reforma agrária passou longe das preocupações dos mandatos de Dilma, o que fica claro pela ausência de uma política de reforma agrária. Pois,

O governo Dilma não tinha [...], uma política efetiva de reforma agrária, pois, nem ao menos se preocupou em elaborar o III Plano Nacional de Reforma Agrária. Sem dar importância às milhares de famílias que estão debaixo da lona preta nos acampamentos especializados em todo o território nacional (COSME, 2016, p. 333).

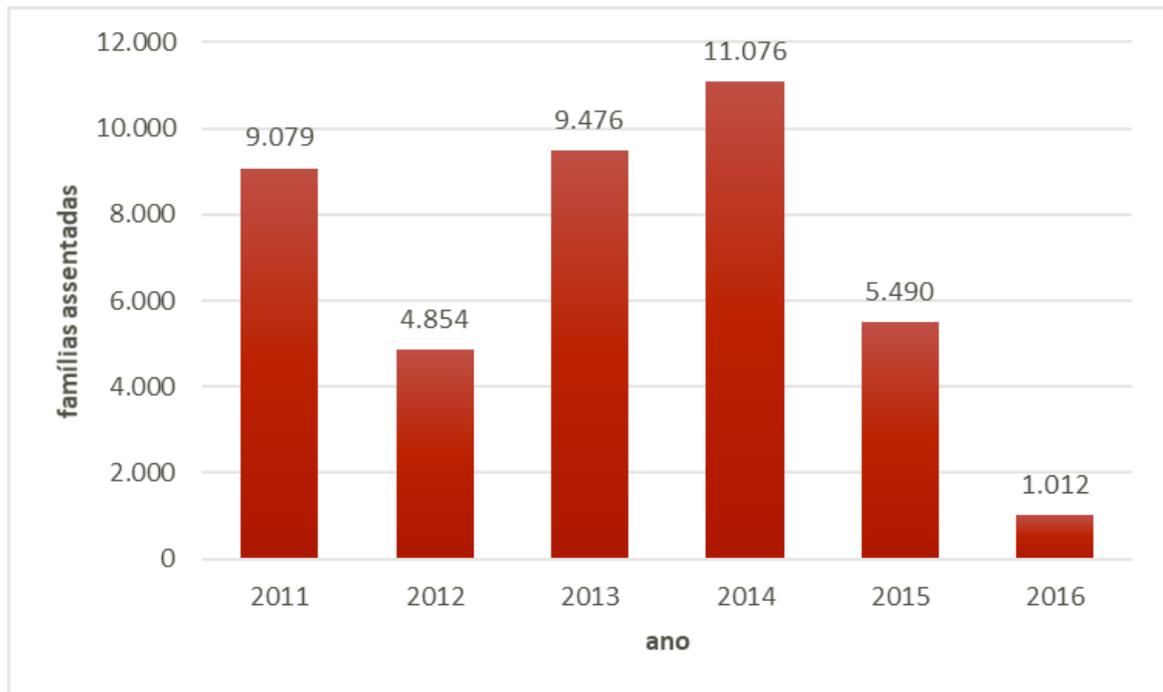
Outro elemento marcante e já presente durante os mandatos de Lula (2003-2010), fora a continuidade de manipulação dos dados referentes à reforma agrária. Os dados divulgados oficialmente pelo “INCRA (2016) afirma[m] que foram 107.354 mil novas famílias assentadas no período [2011-2014] (COSME, 2016, p. 334). Todavia, os dados do Banco de Dados da Luta Pela Terra (DATALUTA), entre os anos de 2011 e 2016, evidenciam uma disparidade com relação aos dados oficiais. Os gráficos 1 e 2 a seguir destacam o número de novos assentamentos criados e famílias assentadas no mesmo período:

Gráfico 1 – Número de assentamentos criados no Brasil (2011-2016)



Fonte: Dataluta, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017. Organização: Follmann, 2018.

Gráfico 2 – Número de famílias assentadas no Brasil no período de 2011-2016

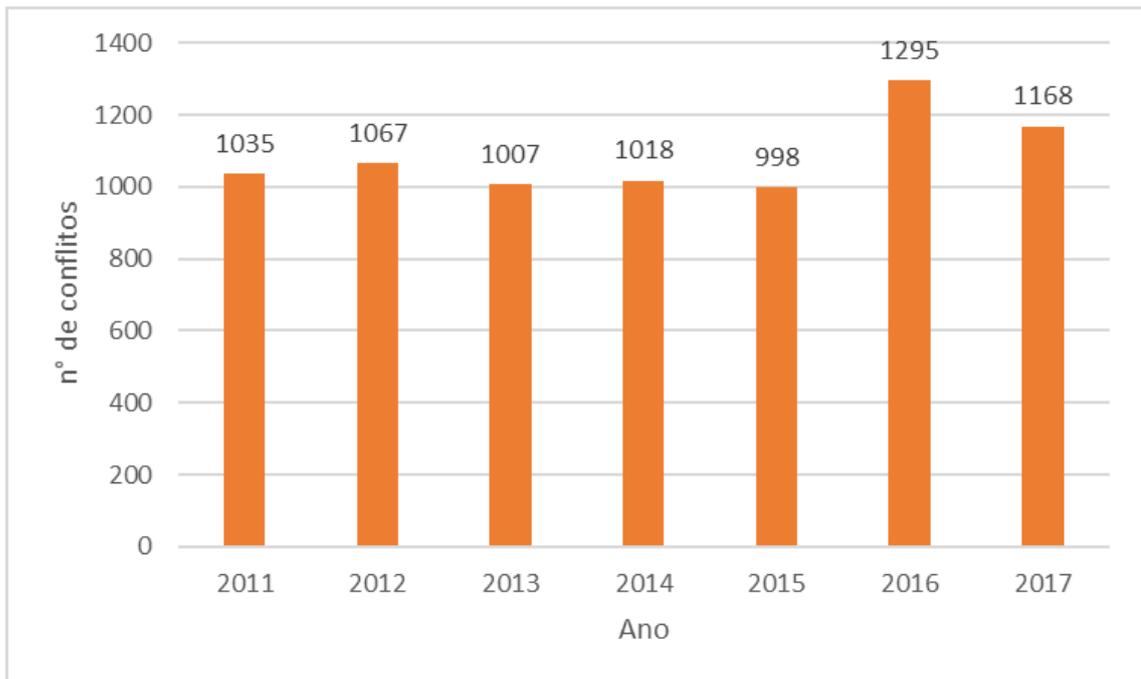


Fonte: Dataluta, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017. Organização: Follmann, 2018.

Analisando os dados divulgados pelo DATALUTA em seus relatórios anuais, nota-se a disparidade entre estes e os dados divulgados pelo INCRA. Segundo os dados do DATALUTA, entre 2011 e 2014 foram assentadas cerca de 34.485 famílias em novos assentamentos. Se somados os dados dos anos de 2015 e 2016, o resultado fica em torno de 40.987 famílias assentadas. Dados muito aquém daqueles apontados pelo INCRA, de 100.000 famílias assentadas. Tal situação evidencia a permanência, como já mencionado, da manipulação dos dados da reforma agrária.

Em contrapartida aos números ínfimos da reforma agrária, os conflitos no campo continuaram a existir. Os gráficos 3 e 4 destacam tanto o número de conflitos no campo quanto as ocupações de terra ocorridas no país entre 2011 e 2016, respectivamente. Esse conjunto de dados lança luz aos assassinatos de lideranças políticas camponesas no campo. De acordo com dados da CPT, entre os anos de 2011 e 2015 foram assassinados no campo 185 lideranças (COSME, 2016). O gráfico 3 destaca os dados de conflitos no campo no Brasil entre os anos de 2011 e 2017.

Gráfico 3 - Conflitos no campo brasileiro (2011-2017)

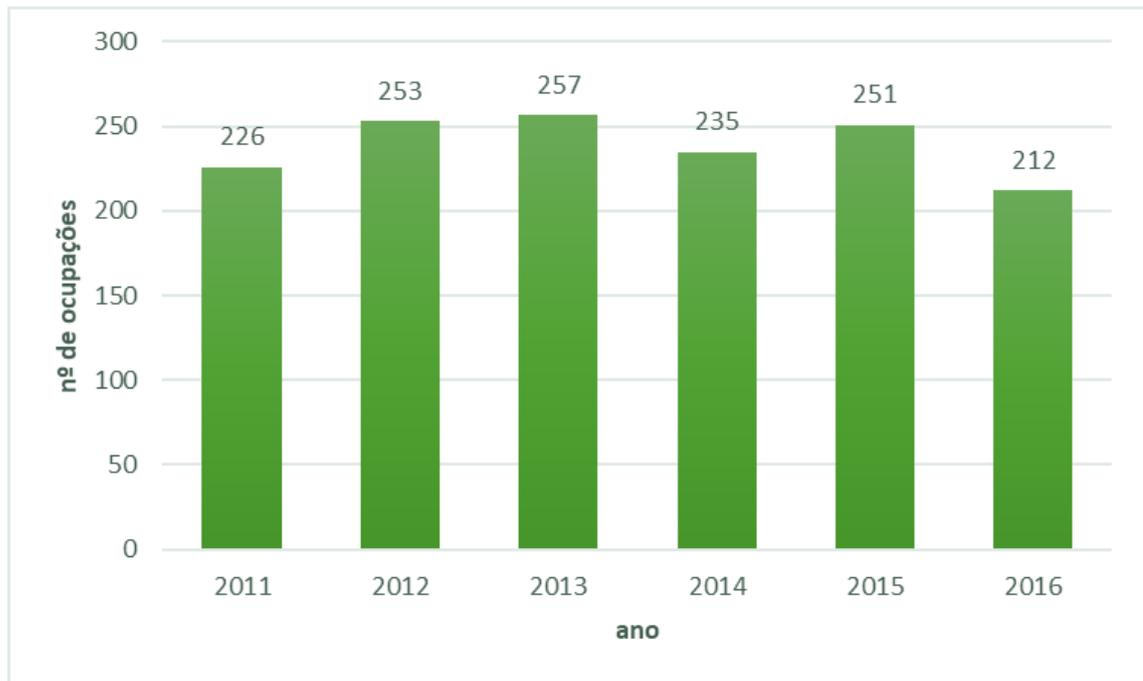


Fonte: CPT (2011-2017). Organização: Follmann, 2018.

Durante o governo de Michel Temer (2016-2018), o qual ascendeu por golpe⁴ de Estado através do processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, as políticas de reforma agrária sofreram significativo abandono. Um dos primeiros atos do governo Temer fora a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Do mesmo modo, os recursos para obtenção de terra sofreram corte orçamentário de 72%, e em 2017 foram destinados R\$ 257.023.985 para a obtenção de terras, número que diminuiu em 2018 chegando a apenas R\$ 3.497.638 (SORIANO, 2018, s. p.). Os recursos repassados à educação no campo também sofreram cortes bruscos, chegando ao patamar de 78,4%, ou seja, dos R\$14.800.000 investidos em 2017, para os R\$ 3.203.872 em 2018 (SORIANO, 2018, s. p.). Igualmente, durante o ano de 2017 não foram criados assentamentos, o que evidencia a não realização da reforma agrária. Outra característica deste governo é o constante avanço sobre terras indígenas e quilombolas, assim como a deslegitimação das lutas destes povos.

⁴ Considera-se golpe o afastamento da ex-presidente Dilma Rousseff devido aos fatos que foram presenciados, antes, durante e após seu processo de *impeachment*. Os escândalos políticos que sucederam tal processo, as aprovações de determinadas pautas e concessões à determinados setores da oligarquia política brasileira, no limiar do governo Temer, são demonstrações claras de que a intenção não era afastar uma governante por seus atos ilícitos, mas, sim, tomar o poder para atender a determinadas demandas que não respondem e nem são desejadas por grande parte da população brasileira.

Gráfico 4 – Ocupações de terras ocorridas no Brasil (2011-2016)



Fonte: Dataluta, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017. Organização: Follmann, 2018.

Os assassinatos no campo não cessaram com a política nada popular de Michel Temer. Segundo dados da CPT⁵, no ano de 2017 foram assassinados no campo brasileiro 70 camponeses em conflitos por terra.

O que se pode ter claro, até o presente momento, é que os conflitos no campo continuam, assim como inúmeras famílias camponesas continuam nas fileiras dos movimentos sociais camponeses, especialmente vinculadas ao MST, reivindicando o direito de acesso e permanência na terra. Assim como indígenas e quilombolas, continuam resistindo para a conquista e, agora mais do que nunca, a preservação de seus territórios. Diante da magnitude e importância que a luta pela terra e, mais ainda, por reforma agrária possui no país, o próximo tópico visa debater o conceito de reforma agrária.

1.3 DIFERENTES ENTENDIMENTOS SOBRE REFORMA AGRÁRIA

⁵ CPT. Assassinatos no campo batem novo recorde e atingem maior número desde 2003, 2018. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4319-assassinatos-no-campo-batem-novo-recorde-e-atingem-maior-numero-desde-2003>> Acesso em: 20 jul. 2018.

A compreensão de reforma agrária exige um olhar profundo e crítico sobre o que realmente se entende pelo termo. No Brasil, como já analisado em momentos anteriores, as lutas pela terra estiveram presentes em todo seu contexto histórico. Lutas que consolidaram os camponeses, pobres da terra, como destaca Martins (2004), enquanto sujeitos que também são parte desse país e cujas reivindicações são legítimas.

Vale destacar que, em outros países, a reforma agrária atuou como aliada para o desenvolvimento do sistema capitalista. No Brasil, o capitalismo desenvolveu-se atrelado às grandes propriedades de terra. Ou seja, aqui a terra exerce papel fundamental na acumulação de renda, o que justifica o desinteresse das elites na realização de uma ampla reforma agrária no país. Nas palavras de Oliveira,

[...] A terra, na sociedade brasileira, é uma mercadoria toda especial. Muito mais do que reserva de valor, é reserva patrimonial. A retenção da terra não é feita com fins de colocá-la para produzir, motivo pelo qual a maioria das terras deste país mantém-se improdutiva. Mais do que isso, esta terra improdutiva é retida com a finalidade de constituir instrumento a partir do qual se vai ter acesso por parte evidentemente, das elites às políticas do Estado (OLIVEIRA, 2001, p. 199).

Além de renda, a posse da terra no Brasil dá as condições necessárias para o acesso ao poder. Tal justifica os inúmeros casos de famílias tradicionalmente latifundiárias com representantes diretos em altos cargos da política nacional.

Diante disso, as lutas camponesas no Brasil podem ser classificadas em duas frentes: as lutas dos camponeses que desejam e reivindicam seu acesso à terra e as lutas daqueles camponeses para a permanência na terra (OLIVEIRA, 2001). Lutam para permanecerem na terra, pois o constante avanço capitalista sobre o campo expropria e expulsa o campesinato. Nesse sentido, é justamente por isso que as reivindicações por reforma agrária tomam corpo no país a partir dos movimentos camponeses.

Todavia, questiona-se o que se entende por reforma agrária? Como esta pode ser caracterizada? Corresponderia somente à criação de novos assentamentos rurais? Segundo Martins (2004, p. 102), deve-se considerar Reforma Agrária “Todo ato tendente a desconcentrar a propriedade da terra quando esta representa ou cria um impasse histórico ao desenvolvimento social baseado nos interesses pactados da sociedade”. Sendo assim, o ato de criação de assentamentos ou mesmo a regularização de posses camponesas são ações que promovem a reforma agrária. Para Martins (2004),

[...] Qualquer que seja o número de famílias assentadas ou cuja posse de terra foi regularizada, que ultrapasse o número dos acampamentos representa um ganho histórico na luta pela reforma agrária, pois representa a inclusão de pessoas no âmbito do direito e do contrato social, inclusão de excluídos (MARTINS, 2004, p. 105).

Apesar de se reconhecer a importância da regularização de posses ou beneficiamento de famílias já assentadas, porém não legalizadas perante o Estado, não se retira da desapropriação e da criação de novos assentamentos o caráter essencial quando se trata de Reforma Agrária. “Consideramos a desapropriação como o meio mais avançado de desconcentração de terra e poder em favor dos [camponeses]” (COCA, 2013, p. 191). Diz-se como maneira mais avançada, pois apresenta uma mudança sobre o território, já que, onde dominavam relações capitalistas passam imperar relações camponesas (COCA, 2013).

A diversidade de camponeses existentes no país também reflete-se na diversidade de lutas no campo brasileiro. Não se pode compreender a reforma agrária somente através da criação de novos assentamentos. Já que, “na medida em que as terras são legalizadas, é dada a certeza de que os camponeses é que tomarão as decisões sobre as práticas de vida e produção que serão realizadas [nos territórios conquistados]” (COCA, 2013, p. 192). Visto que,

Quando um assentamento é implantado, possibilitando o acesso à terra a quem ainda não está nela ou garantindo a permanência de quem está mais ainda não possui especificações legais para tal, ocorre a conquista de territórios por parte do campesinato. O camponês ao se territorializar, consequentemente desterritorializa o capital (COCA, 2013, p. 190).

Para os movimentos sociais, principalmente para o MST, a reforma agrária não se reduz apenas à redistribuição de terras ou à conquista da terra através dos assentamentos. Refere-se, em verdade, a um conjunto de políticas sociais voltadas para a consolidação dos assentamentos rurais. À essa reivindicação, para além da pura e simples redistribuição de terras, os movimentos sociais denominam de Reforma Agrária Popular⁶. Os movimentos sociais, através da proposta da Reforma Agrária Popular, elencam reivindicações como: acesso à cultura, energia, tecnologias, assistência técnica, educação do campo, saúde, moradia rural, infraestrutura para o fortalecimento das comunidades, entre outros. Tais reivindicações evidenciam, com efeito, uma compreensão da reforma agrária não apenas em seu caráter econômico ou compensatório e, sim, como uma política de cunho sociopolítico vinculada à questões econômicas. Haja visto que,

⁶ Isto é explicitado, por exemplo, na carta da 38ª Romaria da Terra, ocorrida no Rio Grande do Sul, em 2015.

A reforma agrária popular vai além da distribuição de terras. Reflete a mudança de hábitos, de costumes e da relação com a terra, a natureza e o próprio homem. Ela engloba a construção de um projeto agrário que beneficia o campo e a cidade, e que é promotor de saúde, cooperação, igualdade, dignidade e justiça social (MST, 2015, s.p).

A reforma agrária popular, portanto, possui como base a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, de modo a beneficiar tanto o ambiente campestre quanto o urbano. Nesse sentido, a luta pelo acesso à terra torna-se um de seus principais objetivos, pois

A terra e todos os bens da natureza, em nosso território nacional, devem estar sob controle social e destinados ao benefício de todo povo brasileiro e das gerações futuras. Para isso devemos lutar para:

- a) Democratizar o acesso à terra, às águas, à biodiversidade (florestas, fauna e flora), minérios e fontes de energia.
- b) Impedir a concentração da propriedade privada;
- c) Estabelecer o tamanho máximo de propriedade da terra;
- d) Eliminar o latifúndio;
- e) Garantir a função social do uso, posse e propriedade da terra (MST, 2013, p. 35).

A proposta da Reforma Agrária Popular não se caracteriza apenas como mais um possível modelo de agricultura para o país. Mas, sim, é contrária ao modelo convencional estabelecido no Brasil, que utiliza como base princípios capitalistas e do agronegócio. Sendo assim, “esse programa sintetiza uma estratégia de resistência ao modelo de agricultura capitalista do agronegócio e propõem um processo de acúmulo de forças, tendo como objetivo a construção de um novo modelo de agricultura, voltado para as necessidades de todo povo brasileiro” (MST, 2013, p. 39).

Logo, a Reforma Agrária Popular, defendida principalmente pelo MST, vai além da redistribuição de terras. Perpassa a garantia de direitos e democratização dos bens naturais, como a terra por exemplo (MST, 2013). Está centrada, pois, num conjunto de lutas e reivindicações benéficas não apenas aos camponeses, como à sociedade como um todo.

Frutos das reivindicações camponesas entorno do MST, os assentamentos conquistados são uma clara representação da reforma agrária no país. No estado do Paraná, foram cerca de 329 assentamentos conquistados de 1981 até 2016, a beneficiar cerca de 20.360 famílias camponesas (DATALUTA, 2017). Os assentamentos conquistados no Paraná, são exemplos das reivindicações camponesas entorno da reforma agrária no país. Todavia, não corresponde a reforma agrária completamente. Compreende-se por reforma agrária, muito mais que a criação de assentamentos rurais. Esta, perpassa também pela possibilidade destes camponeses que conquistaram a terra através dos assentamentos, reproduzirem-se como tal.

Transcorre pela conquista de viabilidade social, econômica, pela conquista de escolas do campo, cooperativas, saúde, lazer, mobilidade, etc.

É diante da compreensão da luta pela terra no Brasil, bem como das constantes reivindicações camponesas sobre reforma agrária que se entende a importância da juventude para o campesinato. Juventude esta que, ao ser socializada junto à família camponesa, internaliza desde a infância a lógica familiar de trabalho camponês. Assim, a partir da compreensão dos inúmeros obstáculos impostos ao campesinato no Brasil, analisa-se os desdobramentos destes sobre a juventude camponesa e sua reprodução socioterritorial. Entende-se que esta reprodução está diretamente ligada à lógica do campesinato, o que também contribui para os desdobramentos e caminhos tomados pelos jovens camponeses. O entendimento da questão agrária do país e das reivindicações camponesas permite, pois, analisar a realidade enfrentada pela juventude camponesa, vinculada às reivindicações camponesas de acesso e permanência na terra. É necessário, portanto, esclarecer que a questão agrária brasileira não está desvinculada dos dilemas da juventude camponesa. Se o acesso à terra é negado aos camponeses e às famílias camponesas, também é negado aos jovens camponeses, tanto como membros destas famílias quanto como camponeses que são. Compreender a questão agrária brasileira é, da mesma maneira, compreender o cotidiano desigual no qual estão inseridos os jovens camponeses e a vinculação dos mesmos à movimentos sociais camponeses, como o MST.

As áreas que compreendem o recorte espacial do presente trabalho (no município de Rio Bonito do Iguçu: assentamentos Ireno Alves dos Santos, Marcos Freire e Dez de Maio, e acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio; no município de Laranjeiras do Sul: assentamento 8 de Junho e acampamento Recanto da Natureza) são compreendidas como áreas de reforma agrária. Se, por um lado, os assentamentos representam a efetivação de ações para desconcentração fundiária e os acampamentos representam a luta constante dos camponeses, por outro, marcam suas denúncias contra o latifúndio, bem como suas esperanças de adentrarem e permanecerem na terra. Os referidos assentamentos e acampamentos são, respectivamente, conquistas de territórios camponeses e a lutas para essa conquista; compõe, ainda, o histórico de lutas e reivindicações camponesas no Paraná, como será destacado no capítulo a seguir.

CAPÍTULO II CONFLITOS AGRÁRIOS NO CAMPO PARANAENSE: LUTAS, RESISTÊNCIAS E CONQUISTAS NA MESORREGIÃO CENTRO-SUL DO ESTADO

*“Com sacrifício debaixo da lona preta
inimigo fez careta, mas o povo atravessou
rompendo cercas que cercam a filosofia
de ter paz e harmonia para quem planta o amor.
Arroz deu cacho e o feijão floriô,
milho na palha, coração cheio de amor.”
(Floriô – Chico César)*

Este capítulo tem como eixo os conflitos camponeses ocorridos no estado do Paraná ao longo de sua conformação. Enfatiza-se, sobretudo, o histórico de ocupação da mesorregião Centro-Sul paranaense e os efeitos desta sobre os municípios que compõem o escopo de investigação do trabalho.

O capítulo está subdividido em três sessões. A primeira, é destinada à compreensão dos principais conflitos camponeses no Paraná. A segunda, tem como objetivo principal entender a ocupação da Mesorregião Centro-Sul paranaense, seu histórico de desigualdade no campo e os desdobramentos desta desigualdade nos dias de hoje. Por fim, a terceira e última sessão destaca os históricos de ocupação dos municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguçu.

2.1 HISTÓRICO DA LUTA PELA TERRA NO ESTADO DO PARANÁ

Assim como o território nacional, o estado do Paraná possui um histórico de conflitos no campo considerável. Devido à negação, aos pobres do campo, do direito à terra seja pelo regime de sesmaria, seja pela Lei de Terras ou, ainda, pelas mudanças na produção agrícola. No Paraná, a concessão de sesmarias e, posteriormente, a regularização de grandes extensões pela Lei de Terras possuiu, antes, um caráter político do que econômico (SERRA, 2010). Haja visto que,

No Paraná o efeito maior foi garantir o domínio territorial da grande propriedade na sua condição de área improdutiva. Praticamente, inexistia na

época alguma atividade que se destacasse no setor agrícola paranaense como resultado da exploração econômica da terra, e a motivação que vai justificar os pedidos de sesmarias (até a extinção do regime) e a apropriação irregular da terra na forma de grandes posses (até a vigência da Lei de Terras) esteve sempre relacionada ou aos recursos naturais existentes (ouro e exploração madeireira, por exemplo) ou à simples conquista da área como forma de demonstração de poder político. (SERRA, 2010, p. 78).

As origens de muitos conflitos responderam a dois grandes eixos: a manutenção de grandes áreas improdutivas e a constante ameaça às posses camponesas. Há também, as inúmeras casos de grilagens de terras, presentes na história do Paraná. Segundo Marques (2008, p. 12-13)

[...] ao término da ditadura Vargas (1945) e o empossamento de Moisés Lupion (1947) como governador do Paraná facilitaram os negócios de grileiros e empresas inescrupulosas, que tiveram maior liberdade de ação durante a expansão das frentes colonizadoras no Paraná. Os roubos, trapanças e má administração das colonizadoras quando do assentamento dos colonos provocaram conflitos destes com posseiros, fazendeiros, indígenas.

Assim, dois personagens que permitem melhor compreender o histórico de conflitos no campo paranaense são: o *posseiro*, isto é, o camponês desprovido da legalidade de sua posse, e o *grileiro*, aquele que possui um aparato de jagunços sobre seu comando, cujo intuito é apossar-se ilegal e violentamente de terras devolutas e/ou sob uso de camponeses posseiros.

Após o final da Guerra do Contestado, ocorrida na região limítrofe entre Paraná e Santa Catarina entre os anos de 1912 e 1916, as Revoltas de Porecatu e do Sudoeste, entre as décadas de 1940 e 1950, marcaram o campo paranaense. Apesar das especificidades regionais, ambas as revoltas contaram com posseiros e casos de grilagens em lados totalmente opostos. Para Priori (2018), a Revolta de Porecatu originou-se pela criação das Ligas Camponesas na região de Porecatu e Londrina/PR, em meados da década de 1940. Estas Ligas possuíam como objetivo principal a legalização da posse da terra (PRIORI, 2018). Os conflitos iniciaram-se pelo fato de que,

Os grandes grileiros na região, auxiliados pela polícia, por jagunços e pistoleiros expulsavam e tomavam as terras dos posseiros. Essas ações é que motivaram a organização de uma resistência camponesa, empreendida pelos posseiros. Posteriormente, essa mobilização se transformou em resistência armada, com o objetivo de defender as posses e benfeitorias existentes (PRIORI, 2018, p. 124-125).

Porém, os camponeses posseiros de Porecatu não saíram vitoriosos do conflito. Isso se deu pela atuação das Delegacias Especializadas de Ordem Política e Social (DOPS) na região, além do conflito direto com jagunços, que conheciam tanto o terreno quanto as formas

de resistência em guerrilha (PRIORI, 2018). Sendo assim, “Os conflitos armados tiveram início no final de 1948 e só foram desmobilizados em julho de 1951, com a presença das tropas da Polícia Militar do Estado e de agentes das Delegacias Especializadas de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo e do Paraná” (PRIORI, 2018, p. 125).

No caso do Sudoeste, durante a Revolta dos Colonos de 1957, a problemática do conflito possuiu como agentes: grileiros, camponeses posseiros e o Estado - esse agindo em concordância com a Clevelândia Industrial e Territorial LTDA (CITLA). Em um breve relato, Piva (2012) destaca o histórico do conflito ocorrido no Sudoeste do Paraná,

A Revolta dos Posseiros (ou Revolta dos Colonos) foi um levante organizado por colonos do sudoeste paranaense que teve seu auge em outubro de 1957, quando armados de espingardas, facões, foices, enxadas os agricultores tomaram as cidades de Francisco Beltrão e Pato Branco.

Há quem considere a revolta como o único levante agrário armado vitorioso na história do Brasil. A disputa se deu em um território de cerca de 450 mil hectares da região, cuja ocupação mais intensa se deu a partir de 1943 com a criação da Colônia Agrícola General Osório (Cango) por parte do Presidente Getúlio Vargas.

Com o incentivo da Cango, diversos colonos se mudaram para a região, passando a ocupá-la, mas sem receber nenhuma escritura de posse da terra, apenas um protocolo de posse da terra.

A partir de 1950 a empresa de colonização Citla (Clevelândia Industrial e Territorial LTDA) em acordo com o grileiro e então Governador Moyses Lupion, passa a vender títulos falsos de propriedade aos posseiros, afirmando que era a dona dos lotes. Em seu auxílio, a Citla contrata jagunços para forçar os colonos a pagarem pela terra ou se retirarem.

A situação se agrava quando as irregularidades cometidas pela empresa passam a ser descobertas pelos posseiros e são denunciadas pelas rádios Colmeia de Pato Branco e Francisco Beltrão.

No dia 9 de outubro de 1957 os colonos tomam a cidade de Pato Branco e os jagunços fogem para a vizinha Francisco Beltrão, onde ficavam as sedes da Cango e da Citla. No dia seguinte, 10 de outubro de 1957, 6 mil posseiros ocupam Beltrão, expulsando os jagunços e destruindo os escritórios das empresas e as documentações falsas que haviam sido obrigados a assinar (PIVA, 2012, s.p.).

A situação dos camponeses posseiros e colonos do Sudoeste seria resolvida apenas em 1962 (KOLING, 2018). Nesse ano, o então presidente da república João Goulart, regulamentou as posses das áreas, beneficiando entorno de 60 mil camponeses. Assim,

Resistências como a do Contestado, o Levante do Sudoeste do Paraná e Porecatu, são marcas deixadas pelo povo pobre do estado que em lutas sangrentas e desumanas contra exércitos de jagunços pagos pelo próprio poder público, batalharam, acima de tudo, contra a exploração realizada por grandes fazendeiros que monopolizaram a terra (HAMMEL; SILVA; ANDREETA, 2007, p. 33-34).

Todavia, estes não foram os únicos conflitos a abalarem o campo paranaense. Durante a Ditadura Militar, sobretudo entre as décadas 1970 e 1980, outra forma de conflito surge no estado: a construção de usinas hidrelétricas. Os alagamentos inevitáveis resultaram no camponês desapropriado pelo e para o interesse do Estado. Resultava em camponeses expropriados pelo Estado e em espera pela indenização, que muitas vezes era irrisória e tardia ou sequer se processava.

Os camponeses atingidos pela construção das Usinas Hidrelétricas de Itaipu Binacional e de Salto Santiago são exemplos de casos de desapropriação pelo Estado. No caso da Usina de Salto Santiago, ao término de sua construção, em 1979, as famílias atingidas pelas águas do reservatório não possuíam organização para solicitar a justa indenização (SERRA, 2010). Esse fato favoreceu, inclusive, a prática de pagamentos aquém do adequado às 170 famílias atingidas e dispersas entre os municípios de Laranjeiras do Sul, Chopinzinho, Mangueirinha e Coronel Vivida (SERRA, 2010). Sobre a construção da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago, Albuquerque e Andrade (2014, p. 04) destacam que,

[...] a construção da Usina Hidrelétrica Salto Santiago, entre 1975 e 1979, também foi marcada pelo descaso a população ribeirinha, desencadeando o alagamento de 19,3 mil hectares, a população local e os municípios da região nem foram consultados quanto à realização do empreendimento, culminando em 1.000 famílias atingidas e que não foram indenizadas de forma adequada. Vale destacar que a instalação das usinas hidrelétricas, e os inúmeros conflitos socioambientais oriundos destas construções, incitaram o surgimento de movimentos populares [...].

No caso de Itaipu, apesar das indenizações serem igualmente inferiores ao valor de mercado, os camponeses resistiram às desapropriações e contaram com o apoio das Igrejas Católica e Luterana, através da CPT, para a reivindicação de indenizações justas (SERRA, 2010). Nesse momento, criou-se também o Movimento Justiça e Terra, que salienta a organização camponesa diante do próprio Estado. Segundo Libardi (et al.), o Estado agia de forma estratégica,

Pressões eram feitas para que as propostas de indenização fossem aceitas, através da demora no pagamento, nas negociações e na pulverização dos atendimentos em pequenos e vários grupos, dificultando reações coletivas [...]. As vilas eram indenizadas antes das comunidades rurais [...] (LIBARDI et al., 1991, p. 87).

A estratégia utilizada pelos agentes do Estado buscava tanto evitar a formação de organizações coletivas quanto renegociações com os camponeses atingidos pela construção de

Itaipu Binacional. Contudo, os mecanismos e meios utilizados pelo Estado não surtiram o efeito desejado. Para Libardi (et al.),

Apesar de todas as medidas, ainda que impopulares, visando adotar uma prática desmobilizadora, o que se observou no desdobramento desse processo foi uma ampla mobilização [...]. Discute-se a necessidade de homogeneização do preço da terra, a questão ecológica, a incapacidade de os trabalhadores mais velhos de se instalarem em novas regiões com novas atividades e a incoerência das obras estatais [...].

O acirramento do diálogo governo/desapropriados configura uma expressiva e abrangente politização desse segmento [...]. A princípio, são pequenos núcleos municipais ou distritais de duzentos ou trezentos lavradores, com reivindicações específicas, que pouco a pouco vão se reunindo em torno de uma pauta comum (LIBARDI et al, 1991, p. 87-88).

As reivindicações e organização camponesas surtiram efeito sobre as políticas de indenização adotadas pelo Estado. Todavia, apesar das indenizações terem sido revistas, a construção da usina hidrelétrica de Itaipu Binacional deixou à margem da sociedade uma gama de sujeitos sociais não atendidos pelas indenizações, como os arrendatários e posseiros. É nesse contexto que os trabalhos realizados pela CPT novamente despontaram no Paraná. Segundo Serra (2010),

[...] Preocupada com a situação de miséria de posseiros, pequenos arrendatários, boias-frias e outros trabalhadores rurais, categorias de não proprietários em grande parte desalojadas da área de inundação dos reservatórios da usina, a CPT juntamente com sindicatos rurais inicia uma nova mobilização camponesa, agora objetivando uma conquista muito mais abrangente: a Reforma Agrária (SERRA, 2010, p. 87).

A articulação política ocorrida no estado, principalmente as mobilizações camponesas do Movimento Justiça e Terra, impulsionou reivindicações em todas as regiões. Foram criados movimentos sociais regionais que reclamavam, entre outros direitos, o acesso e permanência na terra. Os movimentos eram: Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Oeste do Paraná (MASTRO); Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES); Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Litoral do Paraná (MASTEL); Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Norte do Paraná (MASTEN) e o Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Centro-Oeste do Paraná (MASTRECO) (FABRINI; ROOS, 2014).

A luta pela terra e por reforma agrária no Paraná sempre foram expressivas. Como destacam Fabrini e Roos (2014, p. 101), “As lutas pela terra no Paraná não são um fenômeno recente e as várias regiões do estado estão marcadas por conflitos diversos”. Da mesma forma, as lutas e reivindicações por reforma agrária no estado são constantes e resultam,

muitas vezes, dos conflitos entre camponeses e grandes construções do Estado. Para Fabrini e Roos (2014, p. 104), os movimentos camponeses “[...] Que surgiam no início da década de 1980 eram estabelecidos regionalmente e possuíam pouca comunicação com as demais lutas camponesas”. A unificação destas lutas camponesas só ocorreu com o surgimento do MST em 1984, de modo a conectar lutas camponesas antes desconexas. Em outras palavras, “Mais tarde, porém, esses movimentos impulsionaram o surgimento do MST, que unificou essas diversas frentes de luta pelo ideal da reforma agrária” (FABRINI; ROOS, 2014, p. 104).

O MST, além de reivindicar Reforma Agrária, lança mão de meios de pressão social a fim da realização imediata de suas pautas. As inúmeras ocupações de terra improdutivas e latifúndios, passeatas, marchas pelas rodovias e manifestações foram (e ainda são) mecanismos utilizados pelos camponeses sem-terra. Os camponeses realizam, através da conquista dos assentamentos, uma reforma agrária “de baixo para cima”, isto é, por iniciativa e pressão social.

Devido a sua formação a partir de movimentos sociais regionais, o conhecimento e experiências herdadas possibilitaram novas formas de luta pela terra. Para Marques (2008, p. 25), “As famílias sem-terra que participavam dos movimentos regionais de trabalhadores rurais trouxeram consigo experiências que permitiram recriar estratégias de luta e revolucionar o poder político do MST, tornando-o o movimento social mais atuante na luta pela terra no Brasil”. Destas heranças dos movimentos regionais, pode-se destacar o caráter coletivo nas tomadas de decisões, a partir das experiências coletivas do MASTRO (MARQUES, 2008). As assembleias ocorridas (e que ainda se fazem presentes) nos acampamentos e assentamentos são, pois, exemplos da tomada de decisões coletivamente.

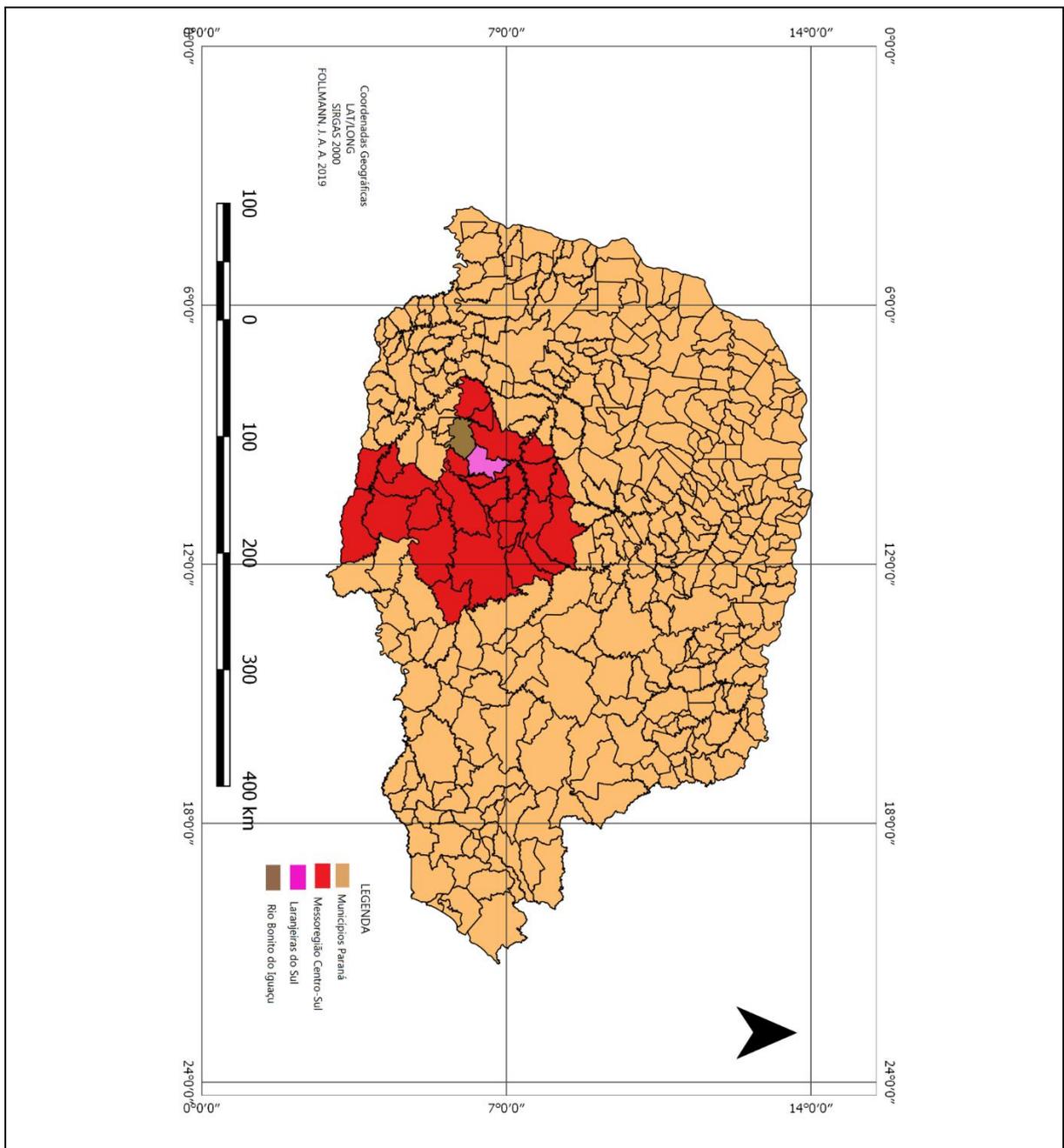
O objetivo principal dos camponeses sem-terra é sua (re)territorialização, através da conquista da terra. “As ocupações de terra estão no centro deste processo de territorialização da luta dos sem-terra porque é por meio delas que eles conquistam a terra de assentamento” (MARQUES, 2008, p. 28-29).

Essa territorialização campesina também ocorre no Centro-Sul paranaense, através da organização destes sujeitos em movimentos sociais. No próximo item, destaca-se o histórico de ocupação da mesorregião Centro-Sul paranaense, evidenciando as desigualdades presentes neste espaço, assim como a atuação do MST para a territorialização camponesa.

2.2 A MESORREGIÃO CENTRO-SUL PARANAENSE

É nesta seara de reivindicações e organizações camponesas que os municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu compõem o escopo desta investigação. Ambos os municípios estão localizados na mesorregião Centro-Sul paranaense, como destacado na figura 2, a qual possui histórico de ocupação diretamente correlacionado à grandes propriedades rurais, oriundas muitas vezes do regime de sesmarias (IPARDES, 2004).

Figura 2 - Localização da mesorregião Centro-Sul paranaense e dos municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu



Fonte: FOLLMANN, 2019. Software de Cartomática: Quantum Gis (QGis). Base de dados: IBGE, 2013.

A mesorregião Centro-Sul paranaense abrange 29 municípios (IPARDES, 2012). Também se caracteriza pela significativa população rural, quando comparadas às taxas das demais mesorregiões do estado, chegando à casa dos 179 mil habitantes. Estes dados seguem na tabela 1:

Tabela 1 – População paranaense de acordo com local de residência e mesorregiões – 2010

Mesorregião	População Residente - Paraná		
	Rural	Urbana	Total
Centro Ocidental	65 957	268 168	334 125
Centro Oriental	105 487	583 792	689 279
Centro-Sul	179 160	365 030	544 190
Metr. de Curitiba	294 385	3 199 357	3 493 742
Noroeste	112 598	565 721	678 319
Norte Central	170 609	1 866 574	2 037 183
Norte Pioneiro	109 266	436 958	546 224
Oeste	175 467	1 044 091	1 219 558
Sudeste	167 660	237 119	404 779
Sudoeste	151 245	345 882	497 127
TOTAL/ PR	1 531 834	8 912 692	10 444 526

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Adaptação: Follmann, 2019.

A referida mesorregião destaca-se por apresentar a segunda maior população rural, quando comparada às taxas das demais mesorregiões do estado. Semelhante fato ocorre às porcentagens de população rural residente em cada mesorregião, como fica evidente na tabela 2, na qual a mesorregião Centro-Sul paranaense apresenta porcentagem de cerca de 30% da população residente no espaço rural.

Tabela 2 – Porcentagem da população paranaense residente em zona rural – mesorregiões - 2010

Mesorregião	Total	Rural	Porcentagem (%)
Centro Ocidental	334 125	65 957	19,74
Centro Oriental	689 279	105 487	15,30
Centro-Sul	544 190	179 160	32,92
Metr. Curitiba	3 493 742	294 385	8,43

Noroeste	678 319	112 598	16,60
Norte Central	2 037 183	170 609	8,37
Norte Pioneiro	546 224	109 266	20
Oeste	1 219 558	175 467	14,39
Sudeste	404 779	167 660	41,42
Sudoeste	497 127	151 245	30,42
TOTAL/PR	10 444 526	1 531 834	14,67

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Adaptação: Follmann, 2019.

As projeções populacionais da mesorregião acima citadas revelam um espaço agrário constituído por processos desiguais de apropriação da terra. A ocupação do Centro-Sul paranaense se realizou por meio da destruição e dominação de nações e territórios indígenas. Ainda, a ocupação da referida região fora motivada por princípios econômicos, busca por minérios e outras questões políticas, além do fortalecimento e proteção das fronteiras contra possíveis ataques espanhóis (PONTAROLO, 2012).

Para Roos (2015), as primeiras expedições militares nos territórios indígenas do atual Centro-Sul paranaense remetem ao início dos anos de 1770. Eram expedições destinadas ao desbravamento da região e não obtiveram sucesso de imediato. Foram necessárias seis tentativas para que, ao final, os Campos de Guarapuava fossem ocupados pelos brancos e o contato com a nação indígena Kaingang⁷ fosse estabelecido.

Com intuito de estabelecer um povoamento promissor na região, D. João VI encarregou-se de conceder doações de grandes porções de terras coloniais, as sesmarias, a fazendeiros. Também realizou doações de pequenas porções de terras àqueles que não eram puros de sangue, a fim de incentivar a produção de gêneros alimentícios para a sociedade sesmeira que se instalava nos Campos de Guarapuava (PONTAROLO, 2012). Portanto, a dualidade latifúndio (sesmaria) e minifúndio (pequenas porções) esteve presente na realidade do Centro-Sul paranaense desde sua conformação.

Outra estratégia utilizada para a povoação da região fora a designação de soldados rasos, pessoas marginalizadas e aqueles que possuíam penas a serem quitadas com a Coroa, ou seja, criminosos condenados, à região (PONTAROLO, 2012). Dessa maneira,

Através da inclusão contínua de prisioneiros, se levavam a cabo, principalmente, os interesses de recriação de uma sociedade expansiva, hierárquica e baseada na manutenção de cadeias de dependência pessoal

⁷ Etnia indígena que habitava o Centro-Sul paranaense e que continua resistindo, presente na região.

entre os novos moradores. [...] essa sociedade também se mostrava marcada pela diferenciação, pela violência e pela inclusão em redes de dependência pessoal (PONTAROLO, 2012, p. 37).

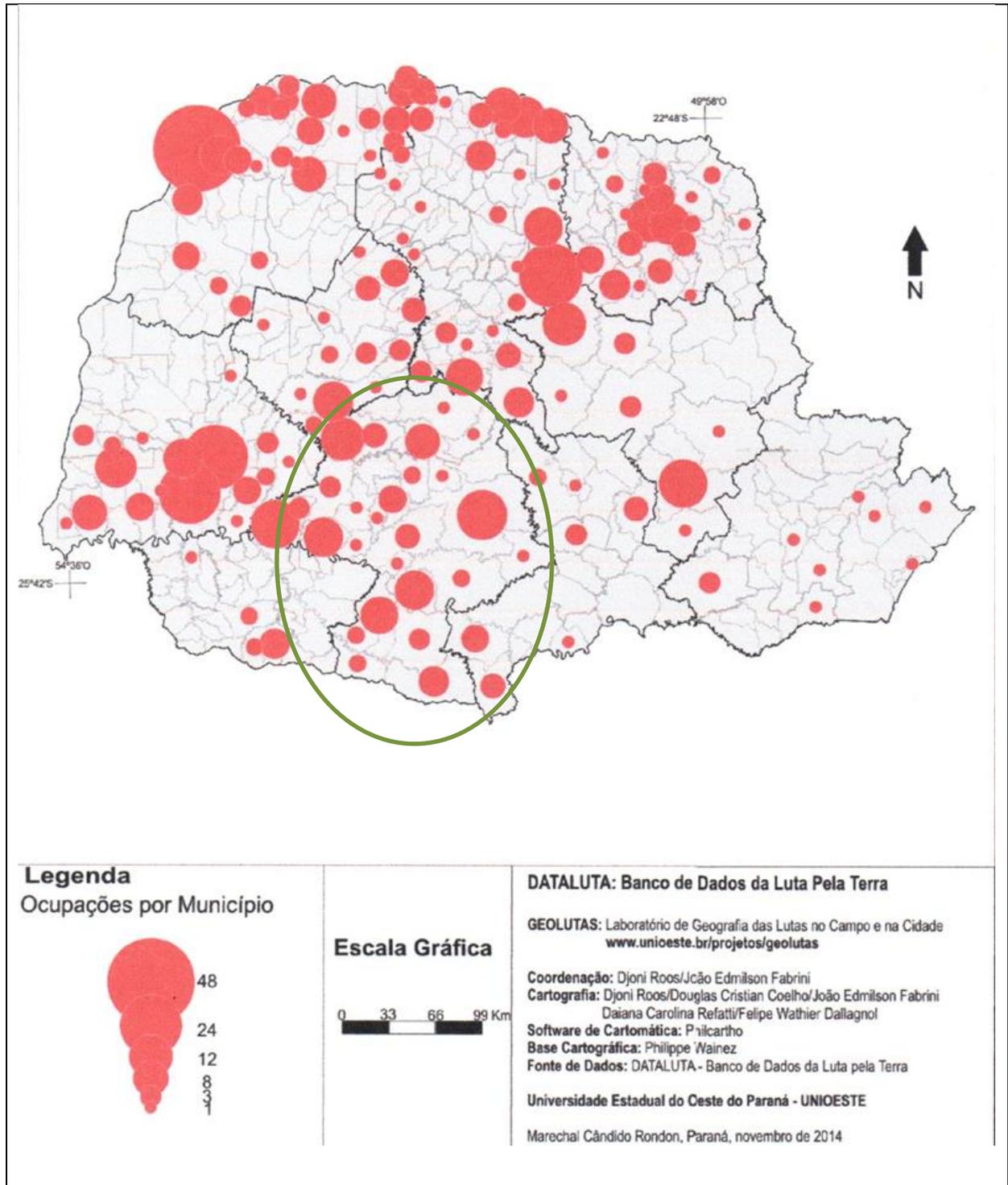
Os ciclos econômicos da mesorregião Centro-Sul paranaense espelham, também, a história de ocupação desta. Primeiramente, foram atividades econômicas a pecuária e o tropeirismo; posteriormente, a extração e exportação da erva-mate (*Ilex paraguariensis*) nativa, grande responsável pelo desenvolvimento econômico regional. Em razão disso, a extração de erva-mate despertou interesses políticos, muitos deles resultantes na expropriação de camponeses em detrimento da arrecadação de tributos, além da concessão de enormes áreas cobertas por erva-mate nativa à segmentos empresariais (ROOS, 2015). Após a I Guerra Mundial (1914-1918) foi o ciclo da madeira que se destacou. Este consistia na retirada da vegetação nativa de Araucária (*Araucária angustifolia*) e sua exportação (ROOS, 2015). Portanto,

A organização econômica da região esteve, desde sua origem, assentada na expropriação dos recursos naturais, exploração dos habitantes nativos e da mão de obra escrava, sempre vinculada a atividades de caráter extensivo e extrativo concentradas na exploração das vastas áreas de campos naturais e de florestas nativas (ROOS, 2015, p. 128).

A conformação da mesorregião Centro-Sul paranaense esteve diretamente ligada às desigualdades sociais, sobretudo em seu espaço agrário. Compreender seu passado histórico proporciona uma melhor interpretação das desigualdades presentes na região até os dias atuais. As grandes extensões de terras (sesmarias), a expropriação do campesinato durante os ciclos econômicos do passado, são espelhados nas grandes propriedades atuais e nas constantes reivindicações pela reforma agrária organizadas nos movimentos sociais camponeses. Toda construção histórica da mesorregião culminou, do ponto de vista contemporâneo, em altos índices de concentração de terra e desigualdade social no campo.

A apropriação desigual da terra no Centro-Sul paranaense culminou, também, no constante histórico de conflitos no campo e reivindicações camponesas. Embora os conflitos no campo sejam marcados, muitas vezes, pela constante violência contra os camponeses, são definidos pela resistência camponesa. Uma das formas de resistência e luta encontrada pelos camponeses, em conjunto aos movimentos sociais, é a prática da ocupação da terra. No mapa 1, ficam explícitas as ocupações de terras no Paraná (1988-2013) e sua espacialização:

Mapa 1 – Espacialização das ocupações de terras no Paraná (1988-2013)

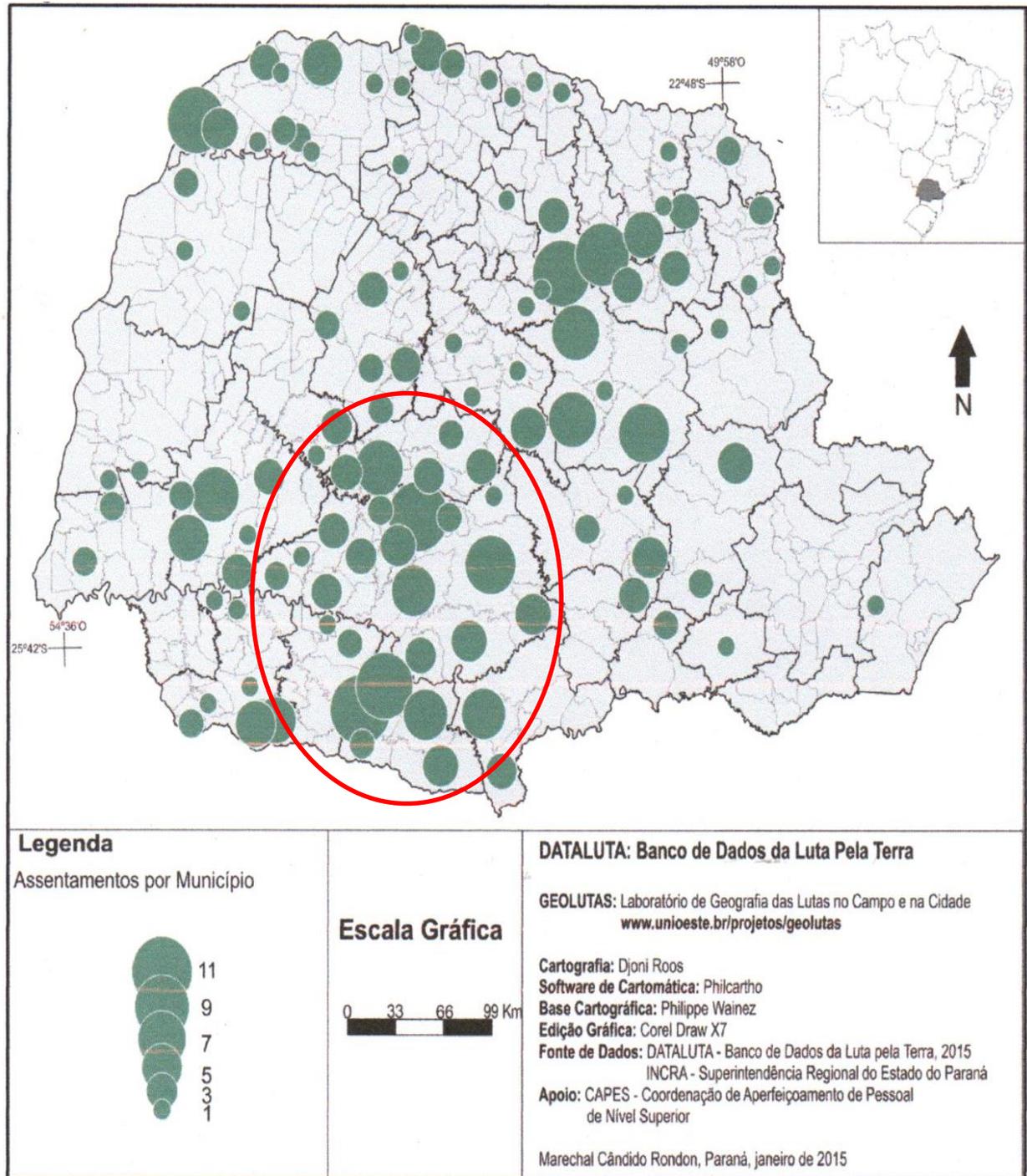


Fonte: DATALUTA/PARANÁ, 2014. Adaptação: FOLLMANN, 2018.

As ocupações de terras no Paraná distribuem-se por todo o território estadual. Entretanto, na mesorregião Centro-Sul, destacada pelo círculo de coloração verde no Mapa 01, há uma característica peculiar. Durante o período exposto pelo mapa, houve ocupações de terras em praticamente todos os municípios da mesorregião. Isso evidencia o caráter desigual,

já mencionado, do acesso à terra nesta porção do território paranaense. Da mesma maneira que as ocupações, as conquistas de assentamentos na mesorregião também são evidentes (ver Mapa 02).

Mapa 2 – Espacialização dos assentamentos rurais conquistados no Paraná (1981 – 2014)



Fonte: ROOS, 2015. Adaptação: FOLLMANN, 2018.

A conquista de assentamentos rurais, assim como as ocupações de terras no Paraná, espacializaram-se por todo o território. Na mesorregião Centro-Sul, ressaltada pelo círculo de

coloração vermelha (Mapa 02), destaca-se a espacialidade dos assentamentos criados no período de análise do mapa. Praticamente todos os municípios da mesorregião, possuem assentamentos em seus territórios. Outro fator relevante é o número de assentamentos criados em cada município. Foram inúmeras as ocupações engendradas pelos camponeses, e igualmente expressivo é o número de assentamentos conquistados por estes sujeitos. Segundo dados do INCRA (2017), são 74 assentamentos conquistados pelos camponeses na mesorregião. A tabela 3 destaca os assentamentos criados e seus respectivos municípios⁸.

Tabela 3 - Assentamentos rurais no Centro-Sul Paranaense (1984-2016) e número de famílias assentadas

Município	Nº de Assentamentos	Famílias assentadas
Boa Ventura do São Roque	3	88
Campina do Simão	2	34
Candói	6	246
Cantagalo	4	195
Coronel Domingos Soares	5	254
Espigão Alto do Iguaçu	1	23
Goioxim	10	237
Guarapuava	8	316
Honório Serpa	11	389
Inácio Martins	4	214
Laranjal	3	296
Laranjeiras do Sul	3	113
Mangueirinha	10	628
Marquinho	2	42
Nova Laranjeiras	3	217
Palmas	4	195
Palmital	7	238
Pinhão	4	201
Pitanga	2	104
Quedas do Iguaçu	3	1070
Reserva do Iguaçu	3	174
Rio Bonito do Iguaçu	3	1575
Santa Maria do Oeste	3	322
Turvo	1	16
TOTAL	105	7187

Fonte: INCRA, 2017. Organização: FOLLMANN, 2018.

⁸ Ressalta-se que os municípios beneficiados com a criação dos assentamentos não representam a totalidade de municípios da mesorregião Centro-Sul Paranaense. Alguns municípios não apresentam dados de assentamentos junto a Superintendência Regional (SR-9) do Incra, no Paraná.

Como se visualiza na tabela acima, a organização camponesa permitiu a conquista da terra. Fora mediante a organização camponesa que, cerca de 7.187 famílias do Centro-Sul paranaense (INCRA, 2017), tiveram acesso à terra. Acesso não somente à terra, mas à educação do campo, à cooperativas camponesas e à dignidade. A organização e conquistas camponesas também se destacam nos municípios analisados neste trabalho, isto é, Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu. É sobre eles que se reflete a seguir.

2.3 LARANJEIRAS DO SUL E RIO BONITO DO IGUAÇU: BREVE HISTÓRICO DE CONQUISTAS CAMPONESAS

Os municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu estão localizados na Mesorregião Centro-Sul paranaense e abrangem uma área de 1.353,49 km². Ambos os municípios possuem históricos de conformação correlacionados, pois, suas origens remontam à mesma extensão de terra, a Sesmaria dos Nogueiras.

Laranjeiras do Sul, cujo nome deriva do Kaingang “*nerinhê*”, laranja, está diretamente relacionada à figura de José Nogueira do Amaral. Com o início do povoamento dos Campos Gerais, a Coroa Portuguesa lhe concedeu porções de terras, posteriormente reunidas na Sesmaria dos Nogueiras. Essas terras destacaram-se à altura da criação do Território Federal do Iguaçu (1943), por ocasião da transferência da capital deste território de Foz do Iguaçu para a localidade de Iguaçu (atual Laranjeiras do Sul). Com o fim do Território Federal do Iguaçu em 1946, Iguaçu retornou a seu posto de distrito de Guarapuava. Pouco tempo depois, por Decreto de Lei nº 533 desmembrou-se de Guarapuava no dia 30 de novembro de 1946, denominando-se desde 1947 Laranjeiras do Sul (PREFEITURA DE LARANJEIRAS DO SUL, s. d.).

O município de Laranjeiras do Sul possui cerca de 32 mil habitantes. Do total, aproximadamente 5.746 habitantes residem na zona rural (IBGE, 2010). É evidente, a superioridade do número de habitantes na zona urbana. Do mesmo modo, tais dados implicítam algumas características do espaço rural do município. Por apresentar população relativamente baixa em áreas rurais, levantam-se hipóteses sobre a estrutura fundiária do município. Uma delas é o possível esvaziamento do campo em detrimento ao espaço urbano. Há disparidades no campo do município que chamam a atenção, como a idade e sexo dos produtores rurais (ver Quadro 03).

Quadro 3 - Características dos proprietários de estabelecimentos rurais de Laranjeiras do Sul – 2017

Sexo	N° de estabelecimentos
Masculino	1.172
Feminino	145
Não se aplica	28
TOTAL	1.345
Idade	N° de proprietários
- 30 anos	59
30 - 60 anos	826
+ 60 anos	432
TOTAL	1.317

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010; IBGE, Censo Agropecuário, 2017. Adaptação: Follmann, 2019.

É notável a disparidade entre sexo e idade dos produtores rurais do município de Laranjeiras do Sul. A disparidade entre os proprietários é notável, em apenas 59 casos os proprietários caracterizam-se como jovens⁹, ou seja, com idade inferior ou igual a 30 anos. De igual maneira, a desigualdade relacionada ao sexo dos proprietários dos estabelecimentos rurais é notória: somente em 10,78% dos casos (145 casos) são mulheres as proprietárias rurais. Essas disparidades podem revelar relações hierárquicas e patriarcais intrínsecas ao campo, e não apenas no município de Laranjeiras do Sul. A compreensão destas relações será aprofundada no capítulo 3 do presente trabalho.

O histórico de ocupação de Rio Bonito do Iguaçu não se diferencia da ocupação de Laranjeiras do Sul. Assim como Laranjeiras do Sul, a historicidade de Rio Bonito do Iguaçu remonta às doações de terras pela Coroa portuguesa a José Nogueira do Amaral, a fim de incentivar a ocupação dos Campos de Guarapuava. Entretanto, foi somente na década de 1940, com as ondas de migrantes de origem alemã e italiana, que estas terras foram ocupadas (SILVA, 2011). Outra influência à ocupação desta região foi, o extinto Território Federal do Iguaçu, cuja capital era Laranjeiras do Sul (SILVA, 2011). Somente no ano de 1953 é que o povoado de Rio Bonito tornou-se Distrito Administrativo de Laranjeiras do Sul e, em 19 de março de 1992, pela Lei Estadual nº 9.907, assinada pelo então governador do estado Roberto Requião, emancipou-se politicamente: desmembrou-se de Laranjeiras do Sul e adotou a nomenclatura de Rio Bonito do Iguaçu (HAMMEL; SILVA; ANDREETA, 2007).

⁹ Sobre a caracterização de juventude, ver capítulo 3, tópico 1 e 2.

O município de Rio Bonito do Iguaçu abrange 681, 406 Km² de extensão territorial e possui população de 13.661 habitantes (IBGE, 2010). Sua população encontra-se majoritariamente na zona rural. Sendo que 10.339 habitantes residem neste espaço e apenas 3.322 habitantes encontram-se na área urbana do município. Tal fato se deve ao número expressivo de estabelecimentos rurais, como se destaca no Quadro 4:

Quadro 4 – Características dos proprietários de estabelecimentos rurais de Rio Bonito do Iguaçu - 2017

Sexo	Nº de estabelecimentos
Masculino	2.334
Feminino	581
Não se aplica	04
TOTAL	2.919
Idade	Nº de proprietários
- 30 anos	415
30 - 60 anos	1.914
+ 60 anos	586
TOTAL	2.915

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010; IBGE, Censo Agropecuário, 2017. Adaptação: Follmann, 2019.

A expressividade do número total de estabelecimentos rurais presentes no município (2.919 estabelecimentos rurais), não diminui suas desigualdades. Da mesma maneira que Laranjeiras do Sul, Rio Bonito do Iguaçu apresenta dados desiguais sobre a situação da população rural. A população jovem do município só possui a propriedade da terra em 415 casos, representando apenas 17% do total de propriedades rurais. Caso semelhante ocorre com as mulheres, oficialmente proprietárias em apenas 581 estabelecimentos rurais, isto é, 19,9% do total municipal.

Tais dados evidenciam que, apesar das constantes reivindicações camponesas, em ambos municípios há desigualdades comuns na história e experiência de vida do campesinato. Desigualdades que podem provocar, entre outros efeitos, o êxodo rural juvenil e o envelhecimento da população presente no campo. Todavia, não se nega que a trajetória de lutas camponesas nos municípios remete-se a uma constante desigualdade social presente no meio rural brasileiro derivada principalmente pelo histórico de apropriação da terra no país e pelo modelo agrícola dominante.

A seguir, são destacadas algumas conquistas camponesas a partir da segunda metade da década de 1990. Compreende-se por conquistas camponesas os assentamentos rurais criados na década de 1990 em ambos os municípios, as inúmeras escolas do campo presentes nos assentamentos rurais, as cooperativas camponesas que atuam nos assentamentos e proporcionam produção de alimentos saudáveis à região, assim como o *campus* da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS), localizado no interior de um dos assentamentos analisados neste trabalho.

2.3.1 O Assentamento 8 de Junho em Laranjeiras do Sul

Interligado ao contexto histórico presente no Centro-Sul paranaense, formado através da destruição de territórios indígenas e doações de grandes sesmarias à pessoas de influência perante a Coroa portuguesa, o que ocasionou a manutenção, até os dias atuais de inúmeros latifúndios, o município de Laranjeiras do Sul possui em seu histórico a ocorrência de grandes propriedades rurais improdutivas, uma delas fora a conhecida Fazenda Rio Leão.

A apropriação das terras que conformavam a Fazenda Rio Leão deu-se por expropriação do campesinato que, há décadas, residia no local. Foi através de manipulação e de contratos fraudulentos que parte das terras passou ao domínio da referida fazenda e, portanto, deixaram de ser terras camponesas (FABRICIO, 2016). Tratando-se de uma propriedade improdutiva e adquirida ilegalmente, os camponeses sem-terra ocuparam as margens da BR-158 no ano de 1997, em frente à Fazenda Rio Leão.

A ilegalidade da área estava diretamente ligada à sua origem histórica, a qual remontava às madeireiras instaladas na região para a exploração da mata nativa de araucárias. Segundo relatos de moradores da região, advogados das madeireiras alegavam a necessidade de assinatura de contrato de venda dos pinheirais. Porém, na realidade, era uma espécie de desistência da área em razão das empresas, o que ocasionava a desapropriação dos camponeses (FABRICIO, 2016). Como é destacado na seguinte fala,

O acampamento surgiu há 22 anos atrás, no dia 8 de junho, com dezessete famílias excedentes do Ireno Alves. Porque foi assentado lá e sobrou essas famílias e daí começou no dia oito de junho, na beira da BR. E daí como nós morava ali no Rio Bonito, na terra do sogro, nós resolvemos acampa. [...] E assim foi vindo família de tudo quanto é... Santa Catarina, do Paraná, né? De todas as regiões, brasiguaios... O acampamento chegou a ter duzentas e poucas famílias, mas como demorou bastante tempo, foi desistindo o povo. Que resistiu mesmo, foi trinta e três famílias. Quando a área saiu nós tava em

trinta e três família só. Daí nós fizemo assim, cada coordenador de grupo podia chama mais um e a direção chamou o resto. [...] [Porque foi ocupada a fazenda?] Era uma área especulada pelo Movimento já. Desse lado da BR só tinha toco velho de pinus, do outro lado ali era só uns cavalo pastando, um poquinho de animal, mas bem poquinho mesmo. Daí tinha os peão da fazenda e do lado de cá tinha uns posseiro, que fazia uns 40 ano que tavo aqui. E tinha conhecido do Movimento que sempre dizia que essa área era grilada, que os avós tinha terra e vendia a madeira e quando vio, não sabiam ler nem nada, tinha assinado o papel da terra e não da madeira. Até tem uma das nossa companheira assentada aqui, que o avô dela morava aqui e que teve que sair. Ela sempre diz “Ali ó, ali nós morava quando eu era pequena” (Camponesa 1, Assentamento 8 de Junho, 25 de Janeiro de 2019).

A primeira tentativa de ocupação da Fazenda Rio Leão aconteceu, de fato, um ano após o início do acampamento. Pois o mesmo, estando às margens da BR-158 era, na verdade, ocupação de área pertencente à União, e os camponeses contavam com respaldo de impossibilidade de pedido de despejo por parte do proprietário da fazenda (FABRICIO, 2016). Todavia, tanto a primeira quanto a segunda tentativas de ocupação da fazenda foram mal sucedidas, contando com repressão de jagunços mandados pela fazenda. A fala do Camponês 5, destaca alguns pontos da ocupação que, posteriormente, originou a conquista do assentamento

No começo, meu irmão foi um dos primeiro, tinha sete família quando ele veio acampa. Então eu tive perto da luta desde o começo. Eu trabaiava em Rio Bonito na cooperativa, antiga Caminsk, que faliu lá e eu fali junto. Daí a gente veio [...]. O movimento busca essas área de terra improdutivo e sem documento, essa ali [Rio Leão] era uma área de uma madeireira de Curitiba que tava sendo usada pelo Mariano Kushinsk, ele usava mas não era dele e por isso que foi ocupado ali (Camponês 5, Assentamento 8 de Junho, 14 de dezembro de 2018).

Destaca-se, na fala do Camponês 5, a instabilidade enfrentada pelos camponeses na época da ocupação. Quando o mesmo relata sua falência junto à cooperativa em que trabalhava, destacou informalmente que perdeu não apenas o emprego, mas tudo que havia investido, o acampamento foi a única solução para a dificuldade em que se encontrava naquele momento.

Apesar da resistência camponesa, somente três anos após os primeiros barracos de lona preta serem erguidos às margens da BR-158 e depois de duas tentativas de ocupação da área é que a Fazenda Rio Leão foi desapropriada pelo INCRA. Isto ocorreu no dia 11 de novembro de 1999 e beneficiou, originalmente, 74 famílias camponesas com lotes de aproximadamente 14 hectares cada (FABRICIO, 2016). Diz-se originalmente, pois as famílias conquistaram, juntamente com movimentos sociais e outras famílias camponesas da região, a criação de um campus da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) dentro do

assentamento, o que ocasionou a realocação de três famílias. A figura 3, a seguir, destaca o portal de entrada do assentamento 8 de Junho.

Figura 3 – Portal de entrada do Assentamento 8 de Junho



Fonte: Acervo da autora, 2018.

O Assentamento 8 de Junho recebeu essa denominação pelo fato de que, exatamente no dia 08 de junho de 1997, o acampamento dos camponeses sem-terra se ergueu às margens da BR-158. Contava, inicialmente, com 17 famílias, número que se alterou com o passar dos dias (FABRICIO, 2016). A área reivindicada pelos camponeses possuía entorno de 1.400 hectares, utilizados de maneira insatisfatória para o conjunto da sociedade e considerada pelo INCRA como improdutiva (FABRICIO, 2016). Descumpria, assim, parte da função social da terra que, segundo a Constituição Federal de 1988,

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I- aproveitamento racional e adequado;

II- utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III- observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV- exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (BRASIL, 1988, grifos do autor).

O campus da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS), localizado no Assentamento 8 de Junho em Laranjeiras do Sul, é também uma conquista camponesa. Foi através da mobilização camponesa em conjunto com o MST, cujo objetivo era a redução de desigualdades no campo, que a UFFS fora conquistada (FABRICIO, 2016). As três famílias que cederam seus lotes para a construção da Universidade na área do assentamento foram, posteriormente, realocadas no Assentamento Celso Furtado, no município de Quedas do Iguaçu/PR. (FABRICIO, 2016).

Os camponeses do Assentamento 8 de Junho também conquistaram, em sua trajetória de lutas e reivindicações sociais, a Cooperativa Agroindustrial 08 de Junho (COPERJUNHO), que nasceu do interesse de camponesas assentadas em produzir coletivamente e gerar renda extra para suas famílias. O histórico de formação da cooperativa foi explicitado na fala da jovem 20,

A cooperativa foi fundada em 2007 [...]. A primeira organização que teve foi em 2001 quando foi criada a Associação Comunitária Social, Esportiva e Cultural 8 de Junho, que daí na associação é todos os assentados eles são associados a essa associação. Ela surgiu pra viabilizar os recursos do INCRA, tudo, mas, pra ter uma organização dos assentados mesmo, então foi criada a associação. Em 2004 as mulher começaram a se organizar. Desde o acampamento em 1997, os primeiros grupos a se organizar foram as mulheres. As mulheres, as jovens começaram a se organizar desde a pastoral da criança, questão da desnutrição nos acampamentos, que tinham muito, né? Então elas foram, com clube de mães, se organizando. Elas faziam artesanato... e foi. Elas queriam porque queriam montar uma fábrica de costura [...], mas daí em 2004, veio o projeto das cozinhas comunitárias [...] e veio uma cozinha comunitária aqui pro assentamento e daí as mulheres viram que poderiam trabalhar nesse lado, a fazer panificados, desde macarrão, pão, bolacha [...]. E em 2004 elas conseguiram fazer um contratinho com a secretaria municipal de educação de Laranjeiras e entregavam na época, acho que era cinquenta pão na semana [...]. E foi dali que elas começaram (Jovem 20, 29 anos, Assentamento 8 de Junho, 14 de dezembro de 2018).

É notável a mobilização das mulheres do assentamento 8 de Junho em prol da constituição de uma associação que viria a se tornar, posteriormente, a Cooperativa

Agroindustrial 8 de Junho. A organização das mulheres camponesas presentes no assentamento possibilitou a organização coletiva e a viabilização da COPERJUNHO. Segundo o site da COPERJUNHO (sem datação),

[...] um grupo de mulheres tinha a vontade de estruturar alguma atividade produtiva coletiva, primeiramente se organizaram em um clube de mães, onde realizaram diversos cursos, como processamento e aproveitamento de alimentos, corte e costura, panificação e artesanato.

No ano de 2005 o grupo recebeu equipamentos para uma cozinha comunitária da Secretaria Estadual de Trabalho. A produção começou com três mulheres, que além de produzir para o consumo da comunidade, começaram a entregar os produtos para as escolas municipais, e assim através da Associação Comunitária do Assentamento acessaram pela primeira vez o Programa Aquisição de Alimentos - PAA.

A cooperativa foi oficializada no dia 12 de dezembro do ano de 2007, devido a trâmites burocráticos que impediam que uma associação de caráter comunitário realizasse a comercialização de produtos. Ainda assim, a Associação Comunitária Social, Esportiva e Cultural 8 de Junho continua existindo. Sua atuação e administração realizam-se pelos residentes do Assentamento 8 de Junho e estão diretamente interligada à COPERJUNHO. A COPERJUNHO possui como objetivos a direção coletiva, sustentabilidade, o trabalho com produtos de origem agroecológica, a capacitação, formação e desenvolvimento social dos assentados (as) (COPERJUNHO, sem datação). A figura 4 a seguir destaca parte das instalações da cooperativa.

Figura 4 – Instalações da COPERJUNHO



Fonte: Acervo da autora, 2018.

Portanto, os camponeses que contestaram em 1997 uma área improdutiva e adquirida por meios ilegais, fazem do Assentamento 8 de Junho um espaço de conquistas, desenvolvimento social e humano. Um espaço que possui um histórico de lutas, de contestação às desigualdade impostas aos camponeses. Hoje, o assentamento é um espaço que beneficia não apenas as famílias assentadas, mas toda a sociedade regional. Pois através das reivindicações dos camponeses conquistou-se uma universidade, uma cooperativa e um assentamento. Isso demonstra, ainda mais, a importância e necessidade da realização de uma ampla reforma agrária no Brasil.

2.3.2 Os assentamentos Ireno Alves dos Santos, Marcos Freire e Dez de Maio, em Rio Bonito do Iguazu-PR

Os três assentamentos que serão destacados a seguir abrangem, em conjunto, um total de aproximadamente 1.600 famílias camponesas. Apesar de cada assentamento possuir uma datação oficial de criação do Projeto de Assentamento (PA), muitos camponeses os consideram como um único assentamento. Isso se deve ao fato de tratarem-se de assentamentos conquistados pela luta unificada dos camponeses sem-terra através do MST. A luta em questão deu-se sobre o imóvel conhecido como Pinhal Ralo, que ainda hoje possui cerca de 12 mil hectares de terras devolutas sob domínio da madeireira Araupel S/A.

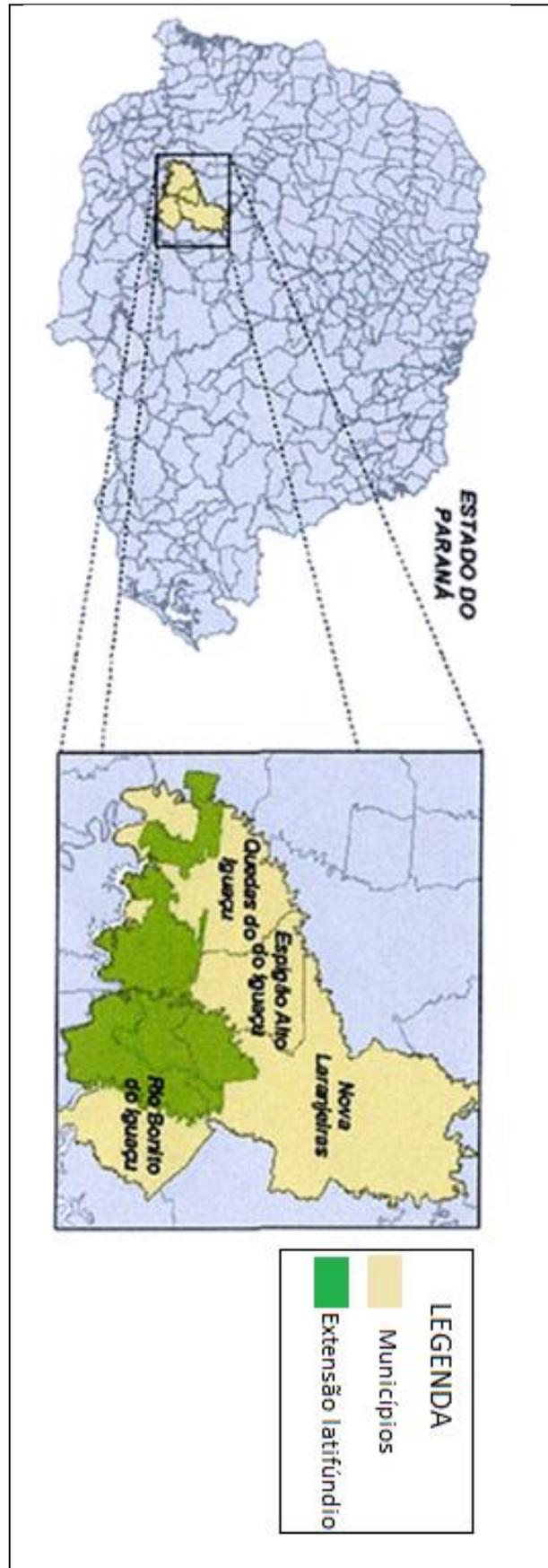
A apropriação histórica das terras que conformavam o imóvel Pinhal Ralo está diretamente ligada às práticas de doações de grandes áreas à pessoas com influência na corte portuguesa. Todos os repasses de posse remontam ao século XIX. O primeiro detentor das terras que, atualmente, conformam o imóvel Pinhal Ralo foi o casal Maximiano e Ponciana Nogueira, cujos herdeiros encarregaram-se da transferência imediata das terras a Luis Vicente de Souza Queiroz (SILVA, 2011; ROOS, 2015). Após a morte deste, a posse das terras passou à Francisca Paula de Souza Queiroz, a Baronesa de Limeira (SILVA, 2011; ROOS, 2015). No ano de 1913, o então presidente do estado do Paraná, Carlos Cavalcante de Albuquerque, reconheceu como legítimo o título de posse aos herdeiros da Baronesa de Limeira (SILVA, 2011; ROOS, 2015). A legitimação do imóvel deu-se posteriormente à sua obtenção, algo corriqueiro na mesorregião Centro-Sul paranaense, na qual destaca-se a permanência da propriedade latifundiária e legitimação de terras devolutas adquiridas ilegalmente (ROOS, 2015).

Após o reconhecimento de posse em favor dos herdeiros da baronesa, os mesmos repassaram as terras para José Ermírio de Moraes e Paulo Pereira Ignácio. Esses, por sua vez, transferiram em 1940 a posse do imóvel para a Companhia de Papel e Celulose do Iguazu, a fim de incorporarem capital (SILVA, 2011; ROOS, 2015). Somente no ano de 1972, as terras foram transferidas da Companhia de Papel e Celulose do Iguazu para a Giacommet Indústria e Comércio de Produtos Agropecuários Ltda. (SILVA, 2011; ROOS, 2015).

A constituição da Giacommet enquanto indústria madeireira remonta “À década de 1970, com a união de dois grupos do ramo madeireiro: a Madeireira Giacommet S. A. e a Marodin Exportação S. A., formando no Rio Grande do Sul, a então denominada Giacommet Indústria e Comércio de Produtos Agropecuários Ltda.” (ROOS, 2015, p. 160). Constituiu, em seguida, a Giacommet-Marodin Indústria de Madeiras S. A. e, na década de 1990, mudou sua razão social para Araupel S/A, sua atual denominação. O domínio das terras do imóvel Pinhal Ralo e do imóvel Rio das Cobras¹⁰ culminou na formação do maior latifúndio de terras contínuas do sul do país, abrangendo cerca de 100 mil hectares (ROOS, 2015). A figura 5 demonstra a abrangência do latifúndio Giacommet-Marodin.

¹⁰ O imóvel Rio das Cobras também fora contestado pelos camponeses sem-terra, que no ano de 2005 vieram a conquistar o Assentamento Celso Furtado, através da desapropriação de parte do referido imóvel. Atualmente, há o acampamento Dom Tomás Balduino localizado no município de Quedas do Iguazu, contestando os títulos de posse do referido imóvel.

Figura 5 - Abrangência do latifúndio Giacomet-Marodin (até 1996)



Fonte: Boletim FAEP, apud ROOS, 2015. Adaptação: Follmann, 2019.

A extensão do latifúndio Giacomet-Marodin perpassava pelos municípios de Rio Bonito do Iguaçu, Laranjeiras do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Quedas do Iguaçu e Três Barras do Paraná. Foi neste íterim que os camponeses sem-terra ocuparam o imóvel Pinhal Ralo, no ano de 1996. Vale destacar que a ocupação ocorrida em 1996, não fora a primeira no referido latifúndio, visto que outras duas ocupações ocorreram nos anos de 1970 e 1980, porém sem sucesso para os camponeses (JANATA, 2012). O fato de ocupar o latifúndio Giacomet-Marodin denunciava, também, o histórico de violência do mesmo. Nas ocupações do passado, a repressão por jagunços e pela Polícia Militar era constante (JANATA, 2012). Não raro, haviam casos de tortura e assassinatos pelos jagunços da Giacomet-Marodin (JANATA, 2012). Também vale destacar o caráter ilegal das posses do latifúndio, o qual fora legalizado posteriormente à sua obtenção. Além da exploração/destruição da mata nativa de araucárias para a constituição de áreas com predominância de silvicultura.

O cenário político à época da ocupação era de constante avanço às políticas neoliberais. A nível nacional, tinha-se como presidente da república FHC, cujos governos foram marcados pela chamada reforma agrária de mercado, “reforma agrária dos Correios”, venda de empresas estatais para o capital privado e criminalização dos movimentos sociais camponeses, principalmente do MST. No Paraná, o então governador Jaime Lerner não fugia à regra. Foi justamente neste íterim que camponeses organizados entorno do MST planejaram e efetivaram as ocupações nas áreas sob domínio da então Giacomet-Marodin.

A ocupação do latifúndio Giacomet-Marodin iniciou-se com dois acampamentos ao longo da BR-158: um no município de Laranjeiras do Sul e outro em Saudade do Iguaçu. Ambos os acampamentos tinham como destino a área, às margens da BR-158, já nos domínios do latifúndio acima referido. Como fica explícito a seguir,

O acampamento [Buraco] ele se forma a partir de outros dois acampamentos menor, um do pessoal que se organizou do Sudoeste, de Saudades do Iguaçu e outro da região Centro, de Laranjeiras. E é essa a origem do pessoal dos dois acampamentos que viero e se organizaram as margens do Rio Xagu ali, onde tinha um pedaço aberto [...] E dentro dessa área havia uma microbacia, né? Que se formava uma grande microbacia e ali o pessoal se reunia, tinha reunião, usava pra fazer assembleia e daí a pessoa da organização ficava no alto e o pessoal ficava em baixo. Daí sempre que tinha reunião ou assembleia o povo dizia “vamo pro buraco” e ficou o nome do local (Camponês 4, Comunidade Guadalupe, Assentamento Ireno Alves dos Santos, 20 de novembro de 2018).

A ocupação do latifúndio Giacomet-Marodin ocorreu no dia 17 de abril de 1996, quando da efetivação do acampamento Buraco, no município de Rio Bonito do Iguaçu. No local, conhecido como “Buraco”, às margens da BR-158, cerca de 3.000 famílias,

aproximadamente 12.000 pessoas, uniram-se na esperança da conquista da terra. A figura 6 retrata a realização de assembleia, no acampamento “Buraco”, durante a realização de uma assembleia, no ano de 1996.

Figura 6 - Assembleia no acampamento “Buraco” – Rio Bonito do Iguazu -1996



Fonte: KOMINECKI, 2017.

A diversidade encontrada no acampamento era impressionante. Eram camponeses posseiros, meeiros, boias-frias, desempregados rurais e urbanos, filhos de camponeses expropriados, atingidos pelas construções de grandes obras, principalmente hidrelétricas, que retratavam em suas histórias de vida a desigualdade presente no campo brasileiro (ROOS, 2015). Originários de vários municípios paranaenses, eram o retrato fiel da outra “face” da tão famigerada “modernização” que avançava sobre o campo no Brasil. A figura 7 enfatiza a origem das famílias camponesas do acampamento “Buraco”.

Figura 7 - Origem das famílias camponesas do acampamento “Buraco”

DE ONDE VÊM OS ACAMPADOS	
Município ... Total de famílias	
Barreirinha	2
Campo Bonito	11
Cantagalo	54
Capanema	24
Cascavel	9
Chopinzinho	88
Coronel Vivida	25
Cruzeiro do Iguaçu	7
Dois Vizinhos	9
Espigão Alto	2
Foz do Iguaçu	725
Honório Serpa	80
Laranjeiras do Sul	257
Lindoeste	28
Mangueirinha	162
Matelândia	4
Medianeira	26
Nova Laranjeiras	129
Palmas	39
Pato Branco	3
Planalto	12
Quedas do Iguaçu	130
Rio Bonito do Iguaçu	46
São João	29
São Jorge do Oeste	48
São Miguel do Iguaçu	103
Saudade do Iguaçu	49
Santa Izabel do Oeste	21
Sulina	48
Toledo	4
Virmond	7
Paraguai	105
Outros	570
Total	2.888

Fonte: Defesa Civil/Governo do Paraná

Fonte: Folha de Londrina, 1996 *apud* JANATA, 2012.

A constituição do acampamento fora o primeiro obstáculo, mas não o único. A localidade do acampamento constituía-se em uma depressão, próxima ao Rio Xagu. Além do espaço reduzido, as baixas temperaturas do local e a necessidade de preparo dos alimentos exigiam a queima de lenha em fogões improvisados, o que originava uma constante fumaça a pairar sobre o local. A falta de alimentação, de roupas adequadas para o frio e ausência de saneamento básico, fez com que muitos adoecessem no acampamento.

A insalubridade e superlotação do acampamento “Buraco” fizeram com que um grupo de camponeses ocupasse o chamado “Portão”, que consistia no portão de entrada do imóvel Pinhal Ralo. Todavia, o mesmo era guarnecido por um grupo de “jagunços”, os quais foram detidos pelos camponeses e levados às autoridades de Laranjeiras do Sul (HAMMEL; SILVA; ANDREETA, 2007; ROOS, 2015). Embora a atitude tomada pelos camponeses em ocupar o portão de entrada do imóvel tenha amenizado a superlotação do acampamento “Buraco”, não resolveu o problema da alimentação ainda persistente (HAMMEL; SILVA; ANDREETA, 2007; ROOS, 2015). Era necessário ocupar, definitivamente, o latifúndio Giacomel-Marodim. Segundo Hammel, Silva e Andreeta,

O povo, ansioso e faminto, andou 14 km, para dentro da fazenda e todos repetiam o lema: “É NECESSÁRIO PLANTAR”. Na área que estava sendo

negociada, cultivou-se milho, feijão e verduras. Organizou-se 83 núcleos de trabalho, numa área ocupada de 2.500 hectares. [...] A esperança de dias melhores enchem o peito de orgulho e vontade de trabalhar à terra (HAMMEL; SILVA; ANDREETA, 2007, p. 52).

A mobilização e organização camponesa demonstravam a necessidade de produção de alimentos para a manutenção das famílias presentes no acampamento. Ao mesmo tempo, evidenciavam a negligência do Estado em relação à reforma agrária no país. O momento do rompimento do portão de acesso à sede do latifúndio Giacomet-Marodin, em 1996, marcou a ocupação do mesmo, e foi registrado por Sebastião Salgado (figura 8).

Figura 8 - Ocupação do latifúndio Giacomet-Marodin – Rio Bonito do Iguaçu - 1996



Fonte: SALGADO, Sebastião *apud* GIOVANAZ, 2017.

O apoio da Igreja, sobretudo das Pastorais da Terra e da Criança, com complementos para alimentação (multimistura), além do plantio e colheita gêneros alimentícios e a criar alguns animais amenizavam as dificuldades do dia-a-dia (ROOS, 2015). Porém, o histórico de violência praticado pelo latifúndio¹¹ não foi diferente para os camponeses sem-terra de Rio Bonito do Iguaçu.

Em 16 de janeiro de 1997, quando camponeses trabalhavam em uma área de cultivo do acampamento, um grupo foi surpreendido por pistoleiros à serviço do latifúndio

¹¹ Alguns dos fatos violentos ocorridos contra camponeses, estão retratados no documentário “Giacomet-Marodin: um histórico de violência e devastação”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vgefYZJCxv4&t=327s>>.

(JANATA, 2012; ROOS, 2015). A emboscada resultou no assassinato de dois camponeses, José Alves dos Santos, de 34 anos, e o jovem Vanderlei das Neves, de 17. Segundo Janata (2012, p. 80), “No mesmo dia da morte dos dois acampados, foi publicado no Diário Oficial o decreto de desapropriação de 16.852,16 hectares, que acabou assentando primeiramente 934 famílias, ainda em 1997, cerca de um ano após a ocupação”. Deu-se início, assim, ao projeto de assentamento (PA) Ireno Alves dos Santos - a figura 9, destaca o portal de acesso ao Assentamento Ireno Alves dos Santos. Foi necessário o assassinato de dois camponeses para que parte das terras públicas sob domínio da antiga Giacomet-Marodim fosse desapropriada. Diz-se antiga, pois no mesmo ano a razão social do latifúndio fora alterada, de Giacomet-Marodim para Araupel S/A. Isso se deu não apenas, mas muito em função da repercussão dos assassinatos do dia 16 de janeiro.

Figura 9 - Entrada do Assentamento Ireno Alves dos Santos



Fonte: Acervo da autora, 2018.

Ainda assim, aproximadamente 300 famílias foram beneficiadas com a desapropriação e criação do PA Ireno Alves dos Santos (JANATA, 2012). A extensão do imóvel Pinhal Ralo era condizente com a necessidade das famílias assentadas. Porém, na realidade “havia terra para todos, mas faltava interesse por parte do governo de que todos pudessem ter seu pedaço de terra para produzir” (HAMMEL; SILVA; ANDREETA, 2007, p.

53). A solução encontrada pelos camponeses excedentes foi uma nova ocupação, nos domínios do latifúndio Giacomet-Marodim, na localidade conhecida como “Paraíso” (HAMMEL; SILVA; ANDREETA, 2007; JANATA, 2012; ROOS, 2015).

A resistência camponesa implicou na criação de um novo projeto de assentamento (PA), no ano de 1998. No ato, foram desapropriados mais de 10.000 hectares de terras sob domínio do latifúndio Giacomet-Marodim. Assim, criou-se o PA Marcos Freire, que inicialmente, beneficiaria 602 famílias (ROOS, 2015). Entretanto, a disposição inicial dos lotes fora reprovada pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP), pela desconsideração de áreas de Reserva Legal. A nova redistribuição contou com apenas 578 famílias beneficiárias, o que gerou um excedente de 19 famílias, que permaneceram acampadas em comunidades do próprio Assentamento Marcos Freire demandando terras (ROOS, 2015).

As reivindicações para a criação do assentamento Dez de Maio estão ligadas à fundação do Assentamento Celso Furtado, no município de Quedas do Iguaçu/PR. Isto pois 60 famílias, das 69 beneficiadas pela criação do Assentamento Dez de Maio, são oriundas do município de Quedas do Iguaçu/PR e foram consideradas excedentes no ato da criação do Assentamento Celso Furtado. Como fica evidente na fala a seguir:

Depois da conquista do Ireno Alves e do Marcos Freire, outros acampamento foram surgindo na região, tudo eles entorno da BR-158 ali. Que daí deu origem também ao assentamento 8 de Junho das pessoas que se organizaram, tem o assentamento do Porto Barreiro, a Manasa que fala, tem a Sete Mil que é mais pras banda de Santa Maria e também dali deu origem ao acampamento lá da Bacia e do Silo que se originou o assentamento lá, o Celso Furtado. E com a criação do assentamento Celso Furtado aquela área, mais mil e trezentos hectares do lado de cá, que pertence a Rio Bonito ela foi desapropriada, ou seja, do mesmo criação do assentamento Celso Furtado que se originou o assentamento aqui, o Dez de Maio, que daí foram assentada 69 família (Camponês 4, Comunidade de Guadalupe, Assentamento Ireno Alves dos Santos, 20 de novembro de 2018).

Contudo, são evidentes alguns conflitos internos referentes ao histórico de conquista do Assentamento Dez de Maio. Algumas lideranças de um grupo independente ao MST, quando informadas da possibilidade de criação de um novo assentamento, influenciaram algumas famílias camponesas a ocuparem o local, reivindicando seu lote de terra (ROOS, 2015). Outras famílias também estavam presentes na área, porém estas, sendo excedentes da criação do assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu/PR, foram destinadas pelo INCRA à área que corresponderia ao Assentamento Dez de Maio (ROOS, 2015). O impasse se resolveu quando os camponeses acampados ocuparam o INCRA em Curitiba/PR e exigiram uma solução (ROOS, 2015). Como resultado, criou-se o Assentamento Dez de

Maio, em 26 de setembro de 2005. Foram beneficiadas 60 destas famílias originárias dos acampamentos no município de Quedas do Iguaçu, mais outras nove famílias oriundas do grupo independente (ROOS, 2015). Totalizando, assim, 69 famílias beneficiadas. A figura 10 retrata o ponto de acesso aos assentamentos Marcos Freire e Dez de Maio.

Figura 10 - Entrada para os assentamentos Marcos Freire e Dez de Maio



Fonte: Arquivo da autora, 2018.

Diante deste histórico, pode-se afirmar que os assentamentos localizados nos municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu são oriundos da resistência camponesa. Representam a territorialização camponesa, isto é, a conquista do território pelas famílias camponesas. O que antes era território dominado por relações capitalistas, terra de negócio, transformou-se em terra de trabalho, de reprodução do campesinato. Entretanto, não marcou o fim dos impasses e da necessidade de luta pela terra. A fala a seguir destaca a importância da luta por reforma agrária, não apenas para as famílias camponesas beneficiadas de maneira direta, mas para o conjunto da sociedade:

[A conquista dos assentamentos] representa dignidade, pra nós, pra nossas família [...] Representa um pouco de liberdade, porque a gente trabalhava de meeiro, arrendatário e tudo que a gente produzia tinha que dar a metade [...]. É uma coisa que você conquistou, que você tá aí vivendo do fruto do seu

trabalho, da sua luta (Camponês 4 Comunidade de Guadalupe, Assentamento Ireo Alves dos Santos, 20 de novembro de 2018).

A organização camponesa no interior dos assentamentos possibilitou a construção e manutenção de cooperativas. Entre estas, destaca-se a Cooperativa Agroecológica Ireo Alves (COOPAIA), a qual possui como eixo norteador a viabilização e comercialização da produção camponesa orgânica e agroecológica. O histórico de conquista da cooperativa fica explícito na seguinte fala:

A COOPAIA ela surgiu, a partir, principalmente do trabalho de desenvolvimento e política pública da Ater, que através do INCRA tinha um projeto de acompanhamento técnico dos assentamentos Ireo Alves, Marcos Freire e Dez de Maio, aonde quem desenvolvia esse trabalho era o CEAGRO, que é um Centro de Desenvolvimento e Capacitação e Agroecologia, situado em Laranjeiras do Sul, que desenvolvia o acompanhamento técnico, e o objetivo da ATER é muito forte, ligado a questão da produção orgânica, agroecologia, aí o...através desse desenvolvimento, foi se constituindo grupos de organização, principalmente para a certificação da produção orgânica através do grupo da Ecovida Luta Camponesa. Então, surgiu, principalmente o grupo pioneiros aqui na comunidade de São Francisco, Sede no Assentamento Ireo Alves e assim foi surgindo outros grupos no assentamento. A partir desse momento aí, nós tivemos a... o desenvolvimento da produção da família e aí as mesma começaram, principalmente puxado pelo grupo Pioneiros a discutir a criação de uma ferramenta pra viabilizar a comercialização da produção das famílias, né? Então aí, começou-se a discussão e chegou-se na conclusão de que a melhor ferramenta era a criação de uma cooperativa e é aí que surgiu a COOPAIA (Camponês 2, Comunidade Arapongas, Assentamento Ireo Alves dos Santos, 17 de Julho de 2018).

A consolidação da COOPAIA está diretamente ligada à organização camponesa para a melhoria da qualidade de produção e de alimentos no interior dos assentamentos. Além da comercialização da produção camponesa, a cooperativa também atende à demandas de programas como o PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Tanto PAA quanto PNAE possibilitam a venda direta da produção camponesa, principalmente de hortaliças, ao governo. A COOPAIA também atende à demanda destes programas governamentais através da produção de panificados, que, embora ainda em fase inicial, contribui para a geração de renda de algumas famílias camponesas.

É na luta pela terra, pela conquista da terra pelos camponeses de ambos os municípios estão inseridos, no cenário de lutas camponesas. Atualmente, os acampamentos presentes em Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguacu, destacam a importância da continuidade da luta pela terra, mas também a expressividade contida na juventude camponesa, que desempenha um papel fundamental na reprodução do campesinato.

Os acampamentos que compõem o escopo de investigação do trabalho são o acampamento Recanto da Natureza, no município de Laranjeiras do Sul/PR, originado no ano de 1999 com a ocupação da então Fazenda Rio Verde. A ocupação da parte restante do imóvel Pinhal Ralo, que permanece sob posse do latifúndio Araupel S/A, é reivindicada pelos camponeses do município de Rio Bonito do Iguaçu. Sua reivindicação se manifesta através do acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio.

2.3.3 O Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio: herança de luta e reivindicação por reforma agrária

O acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio está historicamente ligado às conquistas camponesas no município de Rio Bonito do Iguaçu, sobretudo na década de 1990. O imóvel Pinhal Ralo, contestado em 1996, não foi totalmente desapropriado quando da criação dos assentamentos Ireno Alves dos Santos, Marcos Freire e Dez de Maio no ano de 2005. O mesmo permaneceu com cerca de 12 mil hectares de terras consideradas devolutas, ou seja, pertencentes à União.

Durante quase os 20 anos de existência dos assentamentos em Rio Bonito do Iguaçu, o título de propriedade da terra do imóvel Pinhal Ralo por parte da Araupel S/A. sempre foi contestado pelo MST. Todavia, a ocupação deste imóvel deu-se somente em 2014, à altura do início do acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio. A figura 11, a seguir, destaca o portal do acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio.

Figura 11 - Portal do Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio



Fonte: Acervo da autora, 2018.

O acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio pode ser caracterizado como um acampamento com duas fases iniciais. E isso devido à característica peculiar do início da ocupação, quando famílias camponesas formaram o “acampamento base” em um lote da comunidade Arapongas, parte do assentamento Ireno Alves dos Santos. Como se destaca na fala de uma das entrevistadas,

O acampamento ele é uma coisa pensada, desde a época do assentamento Ireno Alves, quando já foi... a fazenda do Ireno Alves foi ocupada. Que naquela época era Giacomet e ficou esse restante pra cá, já era né? As lideranças políticas, já prometiam né, já tinham essa visão que o restante da fazenda ia ser ocupada futuramente, né? Principalmente pelos filhos dos assentados, ou pelos moradores próximos daqui da nossa região. No ano de 2012, 2013, por aí, começou a se discutir e a planejar a próxima ocupação que ia ser feita aqui, né? Que aconteceu em maio de 2014, onde mais de 3000 cadastrados ocuparam ali, um... um... lote de um assentado ali da comunidade do Arapongas né? E foi permanecido ali por quase três meses, que a gente chama de acampamento base (Jovem 4, 24 anos, Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, 01 de maio de 2018).

O “acampamento base” (figura 12) contribuiu para a organização e planejamento da efetiva ocupação do restante do imóvel Pinhal Ralo, sob domínio da Araupel S/A. Da mesma maneira, contribui para chamar a atenção de autoridades e órgãos públicos às questões da terra no estado e no país. Denuncia, também, a precariedade dos programas governamentais para a reforma agrária.

Figura 12 - Organização do Acampamento Base no ano de 2014



Fonte: Acervo da autora, 2014.

Durante o período de quase três meses em que as famílias acampadas permaneceram na comunidade Arapongas, organizaram-se as equipes e setores do acampamento. A ocupação do imóvel Pinhal Ralo ocorreu na madrugada do dia 14 de julho de 2014. Como destacado na fala de uma jovem entrevistada,

E no mês de junho, julho (agora não me lembro comadre! - julho), no mês de julho, na madrugada do dia 14 de julho foi quando foi ocupada a fazenda aqui, o restante agora da fazenda da Araupel, onde na época tinha mais de três mil cadastrados, entorno de oito, nove mil pessoas, no dia da ocupação. Então, agora em maio de 2018 é, o acampamento comemora quatro anos de ocupação (Jovem 4, 24 anos, Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, 01 de maio de 2018).

Durante a consolidação do acampamento e ao longo de seus quatro anos de luta pela reforma agrária, a juventude camponesa possuiu papel de destaque. Desde o “acampamento base” até a efetiva ocupação do imóvel Pinhal Ralo, a juventude camponesa, oriunda dos

assentamentos de Rio Bonito do Iguaçu e de municípios da mesorregião Centro-Sul paranaense, teve destaque pelo engajamento na luta pela terra. Haja visto que,

Basicamente 40% da população de acampados hoje são filhos de assentados, né? De Rio Bonito e de nossa região né? Mangueirinha, Quedas do Iguaçu, tem bastante então, filhos de assentados. E muitos desses filhos de assentados fazem parte da equipe que coordena o acampamento hoje (Jovem 4, 24 anos, Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, 01 de maio de 2018).

As experiências vivenciadas pelos camponeses e pelos jovens camponeses, no interior do acampamento contribuíram para a consolidação do mesmo. Após a efetiva ocupação do imóvel, o acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio modificou suas estruturas organizativas. A partir do grupo unificado em um mesmo local, o acampamento subdividiu-se em quatro grupos ao longo da extensão da área ocupada:

Depois que se construiu essa organização política de se dividir em mais espaços, que também não foi um processo que logo se dividiu em quatro espaços, mas que foi... Teve a primeira experiência, aí foi fazendo análise e foi vendo que... tendo condições para ir ampliando, né? Muito por essa questão de dominar o território e de ampliar a produção, que não tinha como uma família se deslocar do seu... Do lugar lá que tava todo mundo, pra ir o final lá da fazenda, do latifúndio, pra produzir. Então, foi muito por essa necessidade (Jovem 7, 23 anos, Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, 06 de novembro de 2018).

Os espaços mencionados pelo Jovem 7 constituíam, pois, o conjunto do Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio. Eram os seguintes: grupo Herdeiros 1, grupo Guajuvira, grupo Alojamento e grupo Lambari. As principais demandas, como destacado pela Jovem 7, eram a dominação da área ocupada e a necessidade de produção de alimentos às famílias acampadas. A subdivisão do acampamento em quatro espaços distintos, mas correlacionados, impulsionou uma nova divisão. Em meados de junho de 2018, as famílias acampadas realizaram a divisão individual dos lotes. Tal ato culminou na ocupação da totalidade da área reivindicada pelos camponeses e no remanejamento familiar para os lotes divididos.

O acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, ou apenas Herdeiros da Terra, como denominam as famílias acampadas, é fruto da luta camponesa. Essa luta destaca, também, o papel da juventude camponesa na manutenção de sua reprodução social enquanto camponeses.

São cerca de 1.250 famílias camponesas acampadas que lutam e reivindicam o direito de acesso e permanência na terra. Se faz jus, assim, à carga histórica que o conceito de

campesinato carrega consigo, qual seja, de classe social cujas raízes estão diretamente ligadas às desigualdades impostas ao campo brasileiro, mas que jamais deixaram de lutar. Dentro destas famílias, se encontram jovens camponeses que, por diversas razões, retornaram ao campo, ou seguem resistindo com seus progenitores, com o objetivo da conquista da terra. Atrelados à luta pela terra e por reforma agrária, os jovens camponeses presentes no interior do acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio¹² representam a continuidade da luta pela terra no município de Rio Bonito do Iguaçu, marcando no território em disputa sua presença e suas reivindicações.

O acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio representa a necessidade da realização de uma ampla reforma agrária no país, bem como a continuidade da resistência camponesa. O acampamento Recanto da Natureza, no município de Laranjeiras do Sul, possui seu histórico ligado à luta pela terra, por reforma agrária e por agroecologia, como será exposto a seguir.

2.3.4 O Acampamento Recanto da Natureza: reforma agrária e a luta por um projeto de agricultura agroecológica

O histórico do Acampamento Recanto da Natureza não é recente e destaca as dificuldades enfrentadas pelas famílias camponesas na luta para conquista da terra. A área em que se encontra o acampamento, a Fazenda Rio Verde, foi ocupada no dia 30 de março de 1999 por 46 famílias camponesas sem-terra. Em 2019, o acampamento Recanto da Natureza completou 20 anos de ocupação (ZENERATTI; DUARTE; MARTINS, 2017). O histórico da ocupação da fazenda é retratado na fala do Camponês 2:

Foi de um grupo, né? Que ficamo sabendo que tinha uma terra aqui, de uns fazendeiro, que tava meio desativada, que os fazendeiro não usava, aqui. Daí se reunimo, fizemo umas duas reunião [...] pra se organizar e dia trinta de março resolvemos ocupa pela manhã, no clarea o dia, clareamo na fazenda aqui. Tinha um capataz aqui na fazenda, mas daí foi feito até tipo um acordo com ele, né? Pra ele da uma olhadinha se não tinha algum problema. Nós viemo um dia antes faze uma vistoria e daí no dia trinta nós já viemo com a turmada e entremo. Daí os cara queriam tira nós desde que nós entremo e na

¹² Segundo dados informados por uma liderança local, os jovens presentes nos assentamentos compõem cerca de 30% da população local total. Partindo do pressuposto de que cada família camponesa possui 4 membros, seriam aproximadamente 500 pessoas na faixa etária de 15 a 29 anos residindo no acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio.

peleia temo aí até hoje (Camponês 2, Acampamento Recanto da Natureza, 10 de novembro de 2018).

A área ocupada possuía cerca de 340 hectares. Destes, aproximadamente 70 ha foram destinados às áreas de preservação permanente (ZENERATTI; DUARTE; MARTINS, 2017), o que ocasionou a diminuição do número de famílias no acampamento. Das 46 famílias presentes no início da ocupação, atualmente o acampamento conta hoje com 22 famílias (ZENERATTI; DUARTE; MARTINS, 2017). Como fica evidente na fala a seguir,

Eu trabaiava de peão, né? De arrenda daí o meu irmão foi lá pra me convidar pra vim se acampa, que ia sai o assentamento. Daí eu vim acampa, decidi que teria que para de trabaia com patrão, de vive mandado e consegui um lote pra gente, né? [...] Daí já faz dezenove ano que temo aí. [...] No começo, comezinho memo, era dezessete família. Daí hoje temo em vinte e uma (Camponês 1, Acampamento Recanto da Natureza, 10 de novembro de 2018).

As dificuldades que se apresentaram às famílias camponesas do Recanto da Natureza se iniciaram à altura do rompimento com a orientação do MST. Para o Movimento, o acampamento devia estar estruturado para enfrentar as retaliações do latifúndio. Para tanto, era necessário que as famílias permanecessem acampadas próximas umas das outras (ZENERATTI; DUARTE; MARTINS, 2017), o que não ocorrera no acampamento em questão. As famílias do acampamento Recanto da Natureza decidiram dividir a terra e passar a produzir em suas parcelas individuais. Pois, diante das dificuldades diárias, as famílias camponesas do Recanto da Natureza decidiram por, meios próprios, dividir a área ocupada em lotes, para a produção familiar em bases agroecológicas. Caracterizou-se, assim, o rompimento com a orientação do MST no tocante à organização das famílias acampadas. O rompimento com estratégias do MST, também se estendeu para com o Estado. De acordo com Zeneratti, Duarte e Martins (2017, s.p.),

É importante destacar ainda, que tal ruptura se estendeu ao Estado, pois a revelia dos processos legais para a desapropriação da área e formação do assentamento, os camponeses decidiram não esperar pela regularização da terra para começarem a constituir a comunidade, inclusive formaram uma associação para organizar a produção, a comercialização e a vida social no acampamento. Esta sem pormenores é a mais salutar das estratégias de luta com vistas à territorialização dos camponeses envolvidos.

Atualmente, os camponeses do acampamento Recanto da Natureza usufruem de algumas conquistas, frutos diretos de suas reivindicações. Destaca-se a participação das famílias camponesas junto ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Além de

possibilitar a venda do produto camponês diretamente à União, o programa também beneficia as comunidades escolares abrangidas pelo PNAE. Essas escolas, assim, passam a ter acesso à alimentos produzidos por camponeses e de forma agroecológica. A figura 13 retrata parte da produção agroecológica em um lote no interior do acampamento Recanto da Natureza.

Figura 13 – Horta agroecológica no Acampamento Recanto da Natureza



Fonte: Acervo da autora, 2018.

Além da participação junto ao PNAE, as famílias camponesas do acampamento conquistaram a instalação de uma agroindústria de processamento no interior do acampamento. Esta permite a negociação da produção camponesa em preço de mercado, sem a necessidade de atravessadores, além da diminuir de desperdícios dos produtos, como se destaca na fala a seguir

No passar dos tempos nós fomos se organizando pra construí uma coisa aqui dentro, pra nós fazer as coisas e não depende muito dos outros. Daí foi corrido atrás de projetos pra construí uma coisa aqui dentro. Daí foi que nós conseguimos a agroindústria, né? Aqui dentro do Recanto. E essa agroindústria a gente conseguiu através de projetos, mas esses projetos foi porque nós fizemos a associação aqui, daí nós conseguimos trazer a agroindústria, conseguimos trazer carro pra venda... Por isso que nós conseguimos se virar com as próprias pernas, né? Daí, agora a gente tá vendendo no PNAE, mas é nós que fizemos o controle de tudo que vai pra fora, né? [...] [Quais são os produtos da agroindústria do Recanto?] É panificação, pão, macarrão e bolacha. [...] mas, o panificado é mais pro

PNAE, pras escola daí, né? (Camponês 1, Acampamento Recanto da Natureza, 10 de novembro de 2018).

A organização camponesa no interior do acampamento Recanto da Natureza, através da criação da Associação de Pequenos Agricultores do Assentamento Recanto da Natureza, proporcionou a construção e viabilização de uma agroindústria para a comercialização da produção interna. A conquista da agroindústria representa para os camponeses o controle sobre seu próprio trabalho, sobretudo por facilitar a venda direta de sua produção. A figura 14 retrata a logomarca dos produtos comercializados pela referida agroindústria.

Figura 14 – Logomarca da Agroindústria Recanto da Natureza



Fonte: CEAGRO, 2015.

Apesar das conquistas elencadas, há dificuldades cotidianas enfrentadas pelas famílias camponesas do Recanto da Natureza. O fato de não se haver criado, ainda, um assentamento pelo Estado é uma delas. O vínculo com a terra é essencial à reprodução

camponesa (MOURA, 1986). Assim, a não criação do assentamento torna-se um empecilho para a reprodução do campesinato, pois obriga os camponeses a buscarem estratégias diversificadas para a sua continuidade. Além disso, a incerteza para com o futuro assola as famílias camponesas. E isso, pois a não criação do assentamento abre caminhos à possíveis ações judiciais prejudiciais às famílias acampadas, como, por exemplo, ordens de despejo ou de “reintegração de posse”.

Os acampamentos aqui destacados representam, a constante luta pela terra em que o campo brasileiro está inserido. Da mesma maneira, retratam as desigualdades ainda presentes no espaço agrário da mesorregião Centro-Sul paranaense, historicamente ligadas à apropriação desigual da terra. A luta pela terra e por reforma agrária na mesorregião Centro-Sul paranaense caracteriza-se, assim, como uma luta constante contra o latifúndio. Ao mesmo tempo, também sintetiza a combatividade presente no campesinato brasileiro, cujas buscas por adentrar e permanecer na terra representam garantias à sua reprodução social. Esse fato se reflete, ainda, nas estratégias encontradas pela juventude camponesa para sua reprodução social, como será destacado no próximo capítulo do presente trabalho.

CAPÍTULO III A JUVENTUDE CAMPONESA NOS TERRITÓRIOS DE LUTA POR REFORMA AGRÁRIA NOS MUNICÍPIOS DE LARANJEIRAS DO SUL E RIO BONITO DO IGUAÇU/PR

*“Fez por fim, então, a rebeldia
Que nos dá a garantia
Que nos leva a lutar
Pela Terra
Pela Terra, terra”
(Canção da Terra – Pedro Munhoz)*

O presente capítulo possui como objetivo debater, analisar e compreender as diferentes realidades que se apresentam à juventude camponesa nos territórios de luta pela terra e por reforma agrária nos municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu/PR. Objetiva-se, pois, compreender as possibilidades postas à juventude, seus desafios e as contradições inerentes ao espaço em que os jovens camponeses estão inseridos cotidianamente.

O capítulo está subdividido em duas seções. A primeira (compreendida entre os tópicos 3.1 e 3.2) é destinada à compreensão teórica da categoria jovem e juventude camponesa, bem como dos desafios e contradições enfrentados por esta juventude. A segunda seção (tópicos 3.3, 3.4 e 3.5), visa analisar a realidade percebida nas áreas em estudo. Pautando-se nos dados obtidos em campo, busca-se identificar como o jovem camponês encontra diferentes caminhos em sua reprodução socioterritorial. Por outro lado, também são destacados os diferentes desafios impostos a estes jovens cotidianamente; desafios estes que, muitas vezes, estão diretamente correlacionados ao próprio modo de vida do campesinato e ao espaço rural.

3.1 DIFERENTES TEMPORALIDADES DA JUVENTUDE E SUAS DEFINIÇÕES

A juventude, fase da vida humana, apresenta-se como uma das mais complexas categorias analíticas. Sofrendo diferentes abordagens e tratamentos de acordo com cada sociedade e em cada temporalidade histórica distinta. Cassab (2011, p. 146) destaca que, “Definir o momento da juventude e o sujeito jovem significa entender essas categorias como sendo históricas e culturais. O que pressupõe a compreensão de que os jovens e a juventude

são distintas no tempo e no espaço”. Segundo Stropasolas (2002, p. 150), “‘Juventude’ é, pois, uma palavra que dissimula disposições e posições sociais extremamente diferentes [...]”. Pois leva em conta diferentes abordagens e realidades sociais.

Percepções sobre a juventude datam desde a Roma Antiga, quando a juventude era marcada pela subordinação patriarcal e por ritos de passagem, como a troca de vestimenta. De acordo com Cassab (2011, p. 147),

[...] a entrada no mundo jovem, na sociedade romana, a partir do rito de passagem simbolizado pela troca de toga *praetexta* da infância pela toga *viril*, que ocorria por volta dos 15 anos para os jovens meninos. A cerimônia do abandono da toga *praetexta* significava que o jovem tornava-se um cidadão livre e gozava de plenos direitos. [...] quando o jovem trocava sua toga, ele era conduzido, em cortejo, para o Capitólio e o Fórum. A escolha desses lugares também é carregada de forte simbolismo, já que era a “praça pública”, lugar central da vida política da cidade.

A troca de toga simbolizava a passagem da infância para o mundo jovem. Preconizava, ao mesmo tempo, a inserção do sujeito como cidadão de direitos, dando ao mesmo a possibilidade de participação da vida política e pública da cidade.

Já na Idade Média, a juventude era tratada como fase turbulenta, violenta e até mesmo perigosa, comumente associada à desordem (CASSAB, 2011). Era diante da necessidade de “conter os ânimos” dos jovens, que a prática de envio dos mesmos para cruzadas era adotada (CASSAB, 2011; TAQUES, 2016). Para além das cruzadas, o incentivo e a prática do matrimônio eram vistos como forma de conter os ânimos juvenis (CASSAB, 2011; TAQUES, 2016).

A partir dos séculos XVIII e XIX, as concepções sociais passam a reconhecer a juventude como fase de vida, na qual os indivíduos jovens teriam suas maneiras de ver o mundo, sentir ou reagir à diversas situações (CASSAB, 2011). Nesse período, as diferenças de classes sociais ficam evidentes na realidade juvenil. Segundo Cassab (2011, p. 153) “[...] Enquanto os jovens da burguesia eram liberados do trabalho e constantemente supervisionados pela família e pela escola, os filhos de operários, afastados da escola, eram precocemente inseridos no mundo do trabalho, quando não incorporavam a figura do delinquente”. Para os jovens abastados eram garantidos o conhecimento, à erudição e “um futuro promissor”. Já aos jovens operários restavam as fábricas e as ruas.

É na passagem do século XIX para o XX que recaem sobre a juventude, principalmente sobre a juventude operária, concepções que ainda perduram. Entre estas concepções, destaca-se o suposto caráter vagabundo, desordeiro e libertino dos jovens pobres (CASSAB, 2011). Estas percepções abrem precedentes para a aparente necessidade de

disciplinarização dos sujeitos jovens e, até mesmo, de uma constante vigilância entre os períodos de infância e vida adulta dos sujeitos (CASSAB, 2011).

Durante o século XX, as visões sobre a juventude e os sujeitos jovens não sofreu grandes alterações em relação ao século anterior. As concepções sobre a delinquência juvenil, recaídas principalmente sobre os jovens pobres, ainda eram evidentes. Todavia, neste mesmo período é atestado o protagonismo jovem em movimentos populares, como as manifestações de estudantes, o movimento da contracultura e o movimento *hippie* (CASSAB, 2011). Tal apontava à incessante busca por mudanças na sociedade.

Embora apresentem-se diferentes recortes e entendimentos sobre a juventude, alguns autores destacam que a juventude é, na realidade, categoria social da sociedade moderna. Como explicita Paulo (2011, p. 58),

Embora os recortes que definiam as “idades da vida” tivessem sido delineados antes mesmo deste período, é nele que essas idades vão ser delineadas em torno de um disciplinamento que separa os indivíduos por gerações impondo para as crianças, jovens e adolescentes espaços individualizantes por grupos de idade.

A sociedade moderna, dessa maneira, passa a tratar as fases da vida como individualizadas. É, portanto, na modernidade que a juventude passa a ser reconhecida como uma fase de transição entre a inocência da infância e as responsabilidades da vida adulta. Assim, mecanismos foram criados com intuito de preparar os jovens para a vida adulta. Entre estes mecanismos encontra-se a escola. Para Paulo (2011, p. 60)

[...] a escola, como uma instituição criada especificamente para jovens, tem como característica o controle do tempo e a normatividade do comportamento. Dentro de tais instituições, a juventude possui a função social de maturação.

[...] a criação da instituição escola é responsável pela demarcação de fases de vida, na qual o sujeito será isolado, separado do convívio com os adultos, até serem disciplinados para a vivência da outra fase: a vida adulta.

Dessa maneira, a escola atuaria como um mecanismo preparatório dos jovens para a vida adulta, além de possuir um caráter disciplinador. No Brasil, Paulo (2011) destaca que, desde meados da década de 1960, a categoria social juventude é alvo de estudos e tentativas de compreensão. Contudo, estas pesquisas sempre estiveram voltadas para determinados grupos sociais, nas diferentes realidades pelas quais o país passou. Somente na década de 1990 a categoria jovem foi percebida em sua heterogeneidade e diversidade.

Corriqueiramente, a juventude é tida como a fase das controvérsias e turbulências, onde, não raro, seus agentes são tidos como transgressores e rebeldes. Como destacam Kummer e Colognese (2013, p. 204), “Entende-se que a categoria jovem seja uma das mais complexas de definir entre as faixas etárias e momentos da vida humana. Isto por que se supõe que seja um período de transição e como tal se encontra em ambiente movediço e variável”. Todavia, também pode ser entendida como época de transformação, de criticidade ampla sobre a sociedade e o mundo.

Alguns autores destacam a juventude como uma fase da vida humana influenciada pelas vivências cotidianas em sociedade, situada entre a tenra infância e a vida adulta (KUMMER; COLOGNESE, 2013). Ou seja, que se refletirá de maneiras diferentes para cada indivíduo, assim como varia de sociedade para sociedade. Outras abordagens, como destacado por Capelo, Martins e Amaral (2013), afirmam que as análises deveriam partir do entendimento do indivíduo. Necessitando que o próprio sujeito se reconheça como jovem, rompendo assim, com possíveis rotulações vinculadas às faixas etárias.

Para entidades como a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), juventude corresponde ao recorte etário daqueles que possuem entre 15 e 24 anos. Leva-se em consideração, pois, o ingresso ao mercado de trabalho (aproximadamente aos 15 anos de idade) e o término da idade escolar, com a finalização dos estudos aos 24 anos, aproximadamente (OLIVEIRA; LIMA, 2017). Para outros autores, tais como, Abramovay et al. (1998), o recorte etário mais aceito é caracterizado pelos indivíduos entre 15 e 29 anos. Inclusive este recorte etário é reconhecido como o mais apropriado pelo Estatuto da Juventude Brasileiro.

Sobre o recorte etário para a categorização de juventude, fica evidente a concepção de juventude enquanto fase de transição, entre a infância e vida adulta. Para Bordieu (2003, p. 152, grifos do autor) “na divisão [...] entre os jovens e os velhos, está em questão o poder, a *divisão* (no sentido de partilha) dos poderes”. Portanto, é uma relação de poder, de manutenção de determinados poderes, que está implícita sobre a diferenciação entre juventude e velhice.

Assim, “[...] *juventude* é percebida [...], como uma categoria social que, via de regra, relega aqueles assim identificados a um espaço de subalternidade nas relações sociais” (CASTRO, et. al., 2009, p. 43, grifos das autoras). É, uma categoria marcada por relações de hierarquia social.

A diversidade da juventude brasileira está relacionada às distintas realidades vivenciadas pelos jovens no país. Realidades distintas não apenas na aparente contradição

campo-cidade, mas em diferenciações de vivências, cultura e situação socioeconômica. Há, segundo alguns autores, uma pluralidade de juventudes (CASTRO et al., 2009; KUMMER; COLOGNESE, 2013), focalizadas a partir dos estudos realizados entre as décadas de 1980 e 1990, cujos olhares compreendem a diversidade juvenil brasileira (CASTRO et. al., 2009).

Se tratando do Estatuto da Juventude, o mesmo foi sancionado pela ex-presidente da República do Brasil, Dilma Roussef, no ano de 2013. Além de especificar o recorte etário entre 15 e 29 anos para a juventude no Brasil, elenca 11 direitos básicos que devem ser assegurados para esta. No caso: direito à cidadania, à participação social e política, e à representação juvenil; direito à educação; direito à profissionalização, ao trabalho e à renda; direito à diversidade e à igualdade; direito à saúde; direito à cultura; direito à comunicação e à liberdade de expressão; direito ao desporto e ao lazer; direito ao território e à mobilidade; direito à sustentabilidade e meio ambiente; direito à segurança pública e ao acesso à justiça (ESTATUTO DA JUVENTUDE, 2013).

O Estatuto da Juventude abriu caminhos para a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e para as Políticas Nacionais de Juventude (PNJ). Estas, por sua vez, abrangem um conjunto de políticas destinadas à diversidade juvenil no país. Entre estas políticas, está presente a política para a Juventude Rural. Segundo a Secretaria Nacional de Juventude,

A pasta de Juventude Rural da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) surgiu na perspectiva de promover ações que garantam qualidade de vida no espaço rural para juventude do campo. O objetivo é dar autonomia e emancipação da agricultura familiar, camponesa e dos povos e comunidades tradicionais. Para isso a SNJ vem somando esforços para integrar políticas já existentes e potencializar as iniciativas da juventude rural, criando e facilitando condições para sua permanência e sucessão no campo com base nos preceitos agroecológicos e sustentáveis (SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE, 2014).

Outras duas linhas de políticas públicas foram conquistadas e são destinadas à população jovem do campo. São elas: o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-Jovem (PRONAF-Jovem). Enquanto o PRONACAMPO visa ampliar o acesso à educação por parte dos jovens do campo, o PRONAF-Jovem é uma das formas vislumbradas pelos jovens camponeses para autonomia perante a família. Apesar de tardiamente ter-se sancionado e reconhecido o Estatuto da Juventude Brasileiro, alguns avanços foram conquistados. Os

programas criados especificamente¹³ para o público jovem permitiram o reconhecimento da importância dessa categoria social para o país. Todavia, ainda há muito o que avançar, principalmente se tratando de juventude camponesa. Esse tema será abordado no próximo tópico deste trabalho.

Diante dos aspectos apresentados ao longo deste tópico, se considera como jovem, no presente estudo, aqueles sujeitos que tem entre 15 e 29 anos. Reconhece-se, portanto, a importância e a legitimidade do Estatuto da Juventude Brasileiro, norte para políticas públicas voltadas às distintas realidades dos jovens brasileiros, estejam eles presentes em ambientes considerados urbanos ou rurais.

3.2 JUVENTUDE CAMPONESA: DIVERSIDADE E HETEROGENEIDADE EM CAMPO

O campo brasileiro constitui-se como um espaço multicultural e diverso. Apresentando realidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, camponesas e outras vinculadas à lógica do agronegócio capitalista. Essa diversidade também se reflete sobre os jovens. A juventude presente no campo “[...] Entendida como uma categoria social específica, também se configura diante da diversidade e da heterogeneidade” (KUMMER; COLOGNESE, 2013, p. 207). Pois as realidades presentes no campo brasileiro vão moldando as diferentes realidades juvenis, sendo “[...] Necessário considerar que o mundo rural, no qual esse jovem pertence, é heterogêneo, multifacetário e multidimensional, necessitando ser entendido em sua especificidade” (PAULO, 2011, p. 73).

Diante da diversidade na qual se configura o campo brasileiro, é necessário distinguir sobre qual juventude se está dissertando. Algumas entidades e pesquisadores, como Abramovay et al. (1998), Kummer e Colognese (2013) e o próprio Estatuto da Juventude, utilizam da nomenclatura “juventude rural” em referência aos jovens presentes no campo. Outros autores, como Castro e Barcellos (2015), afirmam que a nomenclatura “juventude rural” não abrange a diversidade de povos, modos de vida e de produção presentes no campo brasileiro. Se trataria, pois, de uma categoria homogeneizadora de identidades e que não representaria por completo a realidade da juventude camponesa.

¹³ Para ter acesso a todos os programas voltados para a juventude brasileira, acessar: <<http://juventude.gov.br/juventude/programas>>. Acesso em: 25 mai. 2018.

Delimitar conceitos homogeneizadores para identificar os sujeitos jovens presentes no campo resultaria em subestimar a realidade. Pois invariavelmente a realidade é mais complexa do que os conceitos delimitados. Todavia, se faz necessário um recorte sobre as categorias em análise e sobre os sujeitos que compõem o escopo de investigação.

Quando se trata de juventude camponesa, deve-se lembrar que o campesinato deve ser entendido como classe social, e que estes sujeitos jovens estão inseridos na realidade e cotidiano desta classe social. Para Capelo, Martins e Amaral (2007, p. 217-218),

As juventudes, tanto urbanas quanto rurais, são muitas e devem ser compreendidas a partir da situação de classe e dos pertencimentos socioculturais que configuram as múltiplas identidades juvenis, entre outros critérios que imprimem especificidades aos jovens, conforme suas condições de existência.

Neste viés, deve-se compreender a juventude camponesa através do contexto de classe social do campesinato. Classe essa que resiste e é constante e contraditoriamente recriada pelo modo capitalista de produção. A juventude camponesa em estudo está inserida em um contexto de pertencimento e reivindicações sociais do campo. Pois,

O campo não é só lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terras. É o território dos camponeses, dos quilombolas, das nações indígenas, dos assentados, dos acampados, dos ribeiros, dos reassentados... É no campo que estão as florestas, o lugar de renovação constante da vida e, sobretudo, de uma forma especial de socialização e sociabilidade (CAPELO; MARTINS; AMARAL, p. 222, 2007).

É neste campo diversificado que a juventude camponesa se faz presente. De acordo com Taques (2016, p. 38), “A juventude camponesa carrega em si traços que a diferenciam de outras juventudes. Estes traços são definidos pela maneira como se relacionam com os meios de produção [...]”. Igualmente, o contexto social no qual estes jovens estão inseridos também influencia na definição de juventude camponesa.

Ser jovem camponês corresponde à intrínseca relação entre este sujeito e o modo de vida do campesinato, cuja característica principal está relacionada ao trabalho de caráter familiar. Também é possuir laços estreitos com a terra. Esta, por sua vez, compreendida como o maior bem para o camponês, porém, não por seu valor monetário e, sim por ser o elemento principal à sua reprodução.

A compreensão de juventude camponesa perpassa o reconhecimento das reivindicações desta classe social. Se tratando do contexto da presente pesquisa, a juventude camponesa é reconhecida, também, por sua relação com as reivindicações sociais. Reivindicações estas

presentes no processo de luta pela terra, cujo resultado é a conquista de territórios camponeses: os assentamentos. Da mesma forma, são reclamações presentes na atualidade da questão agrária brasileira, marcada pelos conflitos agrários e pela não realização da reforma agrária.

3.3 CAMPO E FAMÍLIA: SUBORDINAÇÃO E CAMINHOS DISTINTOS PERANTE A JUVENTUDE CAMPONESA

Historicamente, o mundo rural é tratado como espaço cujas relações são arcaicas ou atrasadas. Associa-se ao campo a ideia de espaço natural, de ausência de cultura e civilização, enquanto o espaço urbano representa o contrário deste estigma (KUMMER; COLOGNESE, 2013). Sobre o campo recai “[...] uma desqualificação simbólica que associa o rural, o camponês, a roça, o trabalhador rural, o agricultor familiar à imagens de atraso. [...] Trata-se de uma realidade que se repete na sociedade, onde o campo é desvalorizado frente à cidade” (CASTRO, 2007, p. 129).

Esse estigma sobre o espaço rural brasileiro também atinge os sujeitos que dele fazem parte. Os jovens camponeses enfrentam no cotidiano o estigma de viver no campo (CASTRO, 2007). Para Kummer e Colognese (2013, p. 214), “O jovem [...] se vê estigmatizado diante da aproximação entre o mundo rural e urbano. Isso decorre do fato que o centro de análise urbano é valorativamente superior. Ser ou parecer rural é ser diferente do padrão social”. Em contraponto, apresentar traços multiculturais, considerados por muitos no espaço rural como demasiados urbanos, moldam deslegitimações juvenis em seus espaços de origem (CASTRO, et al., 2009).

A deslegitimação que os jovens camponeses enfrentam em suas próprias comunidades e núcleos familiares vai de encontro com as representações do jovem no espaço rural. Isto é, se mantém o sujeito jovem em uma posição inferior, contrapondo a posição de superioridade daqueles que são considerados adultos. O “[...] *jovem rural* carrega o peso de uma posição hierárquica de subalternidade, ou seja, uma categoria percebida como inferior nas relações de hierarquia estabelecidas na família, bem como na sociedade” (CASTRO, et al. 2009, p. 39, grifos das autoras).

O jovem carrega consigo a responsabilidade “[...] pela continuação das lutas e permanência dos camponeses nos territórios conquistados pelos trabalhadores, na perspectiva de construção e consolidação do modo de vida camponês” (OLIVEIRA; RABELLO;

FELICIANO, 2014, p. 136). No entanto, a juventude camponesa está envolta em algumas contradições próprias ao seu espaço de convivência. Ora considerada inapta ao campo, ora como a única esperança para o campesinato. Mesmo que tal afirmação continue sendo negada, no tempo presente. Nas palavras de Castro et. al. (2009, p. 46, grifos das autoras), “[...] O *jovem* é percebido como pouco confiável, ainda que assuma posição de destaque nos discursos sobre a continuidade da agricultura familiar e camponesa”.

Se é no núcleo familiar que os jovens camponeses encontram seu refúgio, é também, neste mesmo espaço que se sustenta a fonte de muitos conflitos (KUMMER; COLOGNESE, 2013). Isso se dá pelas diferenças geracionais, de gênero e pela característica patriarcal ainda presente no campo brasileiro. Visto que, são “[...] duas importantes características do grupo doméstico camponês: sua estabilidade e seu alicerce patrimonial que coloca a terra como importante para existência e continuidade do grupo. Sendo assim, **a família é patriarcal, indivisa e patrimonial**” (PAULO, 2011, p. 74, grifos nossos).

Tendo a família camponesa um caráter patriarcal, uma vez que a mesma “[...] não foge à tradição da sociedade patriarcal que centra no pai a função de mediatizar todo o trabalho, outorgando a ele também o controle sobre todos os que com ele vive” (OLIVEIRA; RABELLO; FELICIANO, 2014, p. 139), relações hierárquicas e de subalternidade são impostas aos jovens camponeses. Estas mesmas relações são, não raro, responsáveis pela decisão do jovem em sair do campo. Pode-se destacar que “[...] A falta de voz em relação à tomada de decisões e participação nos lotes da família tem se mostrado como um elemento intrínseco à [...] decisão de abandonar o campo” (OLIVEIRA; RABELLO; FELICIANO, 2014, p. 148).

À figura patriarcal está submetido o poder de decisão sobre a propriedade camponesa e, conseqüentemente, sobre as escolhas tomadas pelos jovens (KUMMER; COLOGNESE, 2013). O que pode influenciar em suas decisões de permanência ou saída do campo. Porém, essa submissão à figura patriarcal não se dá da mesma maneira entre os jovens do sexo masculino e jovens do sexo feminino. Enquanto os rapazes são tratados como futuros camponeses e, por isso, aprendem e acompanham o pai nas atividades cotidianas consideradas produtivas e, conseqüentemente, são submissos a este, as moças além de não serem consideradas como futuras camponesas, enfrentam também a submissão à figura matriarcal (KUMMER; COLOGNESE, 2013). As mesmas vivem “[...] uma dupla submissão. Primeiro, pela autoridade etária em relação à mãe e segundo, uma autoridade de gênero em relação ao pai ou aos irmãos do sexo masculino” (KUMMER; COLOGNESE, 2013, p. 213).

A submissão feminina presente no campo brasileiro não diz respeito apenas aos afazeres desempenhados na unidade camponesa. A circulação e convivência das jovens camponesas também perpassa por relações patriarcais. Muitas vezes, o controle sobre a circulação e participação das jovens em espaços públicos é vinculado à permissão paterna. A circulação e participação destas é possível apenas se acompanhadas de seus irmãos mais velhos ou de pessoas de confiança (CASTRO, et. al., 2009). Isto contribui na opção destas em sair do ambiente rural, culminando na migração destas jovens para espaços urbanos (CASTRO, et. al., 2009; KUMMER, COLOGNESE, 2013).

É, pois, a subordinação à figura patriarcal que pesa na decisão de muitos jovens em permanecer ou sair do ambiente camponês. No entanto, não representa o único obstáculo para permanência ou decisão por sair da zona rural. Quando os jovens camponeses (de ambos os sexos) decidem sair do campo, o fazem buscando autonomia perante o núcleo familiar, melhores condições de vida e acesso à educação, principalmente, ao ensino superior. Nas palavras de Kummer e Cologne (2013, p. 212) “Ninguém migra se não por vislumbrar uma melhoria tácita de vida no local onde passará a viver”. A dificuldade de acesso à escolarização no meio rural, somada à precariedade das escolas do campo não possibilitam o acesso amplo e universal do ensino aos jovens camponeses. Há, portanto, uma desigualdade de acesso e continuidade no processo de escolarização (CASTRO, et. al., 2009).

A migração juvenil para centros urbanos nem sempre é permanente. Apesar do núcleo familiar camponês apresentar-se como espaço gerador de conflitos, também se destaca pelas maneiras diversas pelas quais possibilitam a reprodução do campesinato. Dentre estas, encontra-se a chamada “migração sazonal”, cuja prática propicia a reprodução do campesinato. Pois, “O êxodo rural e a migração são processos antigos no Brasil. Especialmente em contextos de escassez de terras e dificuldade de reprodução dos agricultores, a migração sazonal tem sido uma estratégia de reprodução familiar e revela-se uma prática antiga dos agricultores” (CASTRO, et. al., 2009, p. 56).

Em tempos de escassez de trabalho na unidade camponesa, alguns membros da família, principalmente jovens, partem para centros urbanos em busca de renda extra através da venda de produtos agrícolas, trabalhos ocasionais na construção civil ou, ainda, como assalariados temporários em abatedouros (aves, bovinos, suínos). Rosas (2007), destaca justamente este caráter de reprodução do campesinato através da migração sazonal para venda de abacaxi produzido em Marataízes/ES e comercializado por jovens camponeses no Rio de Janeiro/RJ.

Outra forma de reprodução camponesa consiste na prática do assalariamento. É comum, no campo brasileiro, encontrar jovens camponeses que saem diariamente do sítio ou lote familiar para trabalharem em espaços urbanos próximos à sua residência. Isso se dá, principalmente, pela busca de autonomia perante a família, na forma do salário mensal, e pela barreira da dificuldade de acesso à terra, além da necessidade de ajuda monetária para a família.

Além da migração sazonal e do assalariamento, outra maneira encontrada pelos jovens para a reprodução camponesa é o retorno ao campo. As decepções no espaço urbano e as dificuldades enfrentadas, assim como a necessidade de ajuda no sítio/lote da família, sobretudo em razão da idade dos pais, tornam-se motivos para o retorno destes jovens. Nesse fluxo “inverso” de retorno ao campo, os jovens regressam com uma “bagagem” de conhecimentos obtidos na vivência no espaço urbano. Através dele, possibilitam a junção de conhecimentos adquiridos no campo e na cidade.

Mesmo com estratégias diferentes para a permanência ou retorno ao espaço rural, o obstáculo de maior peso para a permanência do jovem no campo é a falta de acesso à terra. Segundo Oliveira, Rabello e Feliciano (2014, p. 148), “O jovem é um dos mais prejudicados com a lentidão e a falta de perspectiva da Reforma Agrária”. Diante disso, engajar-se na luta por terra e reforma agrária, juntamente aos movimentos sociais, principalmente o MST, tem-se tornado uma alternativa para a reprodução dos jovens enquanto camponeses.

É na luta pelo acesso e permanência na terra, bem como por reforma agrária, que muitos jovens camponeses têm renovado suas expectativas para com o campo. É através da possibilidade de conquista da terra que muitos jovens vislumbram seu retorno para o campo. Para além do acesso e permanência na terra, a participação juvenil nos movimentos sociais abre portas de acesso à cultura, cursos de formação e interação com acampamentos/assentamentos de diferentes regiões do país (CASTRO, et. al., 2009).

Os movimentos sociais camponeses, principalmente o MST, proporcionam ao jovem camponês não somente a oportunidade de conquista e permanência na terra. Proporcionam a possibilidade de autonomia, reconhecimento social e político nos círculos sociais que estes jovens frequentam. A luta por reforma agrária, dessa forma, também perpassa a consolidação da juventude enquanto sujeito político.

Os jovens, assim, criam e recriam possibilidades para sua reprodução enquanto camponeses. “[...] Mobilizam-se para romper com as cercas que inviabilizam sua reprodução social” (OLIVEIRA; FELICIANO, 2016, p. 223). Apesar de algumas das alternativas encontradas parecerem, à primeira vista, contraditórias, elas são mecanismos de ampliação de

horizontes à juventude camponesa. A escolha entre ficar ou partir não deve ser encarada como imutável, visto que, “Entre ficar e partir atuam muitas variáveis. Mesmo por que, partir ou ficar não são alternativas sem volta. São apenas possibilidades reatualizadas a cada ponto da trajetória destes jovens” (KUMMER; COLOGNESE, 2013, p. 217).

Permanecer, partir ou retornar para o campo, portanto, são possibilidades apresentadas aos jovens camponeses para seu futuro próximo, porém não eterno. As convivências e experiências cotidianas também pesam sobre as decisões tomadas por estes sujeitos. Os jovens constroem e desconstroem caminhos em busca de suas perspectivas de futuro, que podem se espelhar ou não em decisões individuais ou coletivas no núcleo familiar.

Essas características e possibilidades da continuidade da reprodução camponesa expressam, também, a diversidade presente no campo brasileiro. Da mesma maneira, deixa claro o protagonismo juvenil no seio das sociedades camponesas, e muitas vezes não reconhecido perante a família, comunidade e sociedade em geral.

Por meio destas alternativas e possibilidades, visa-se compreender a reprodução socioterritorial da juventude camponesa presentes nas áreas de luta pela reforma agrária, nos municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguazu/PR. Correlacionando a juventude camponesa, presente nas áreas de luta por reforma agrária, de ambos os municípios, com os históricos de luta pela terra e por reforma agrária. Diante disso, no próximo tópico abordar-se-ão questões diretamente relacionadas às juventudes camponesas dos referidos municípios.

3.4 A SUBORDINAÇÃO JUVENIL PRESENTE NO INTERIOR DAS FAMÍLIAS CAMPONESAS NOS TERRITÓRIOS DA REFORMA AGRÁRIA EM ESTUDO

Para o campesinato, a terra é fonte de vida e trabalho. É através da terra, da conquista ou posse desta, que o campesinato se reconfigura e se reproduz socialmente. Como destaca Paulo (2011, p. 74), são “[...] Duas importantes características do grupo doméstico camponês: sua estabilidade e seu alicerce patrimonial que coloca a terra como importante para a existência e continuidade do grupo”.

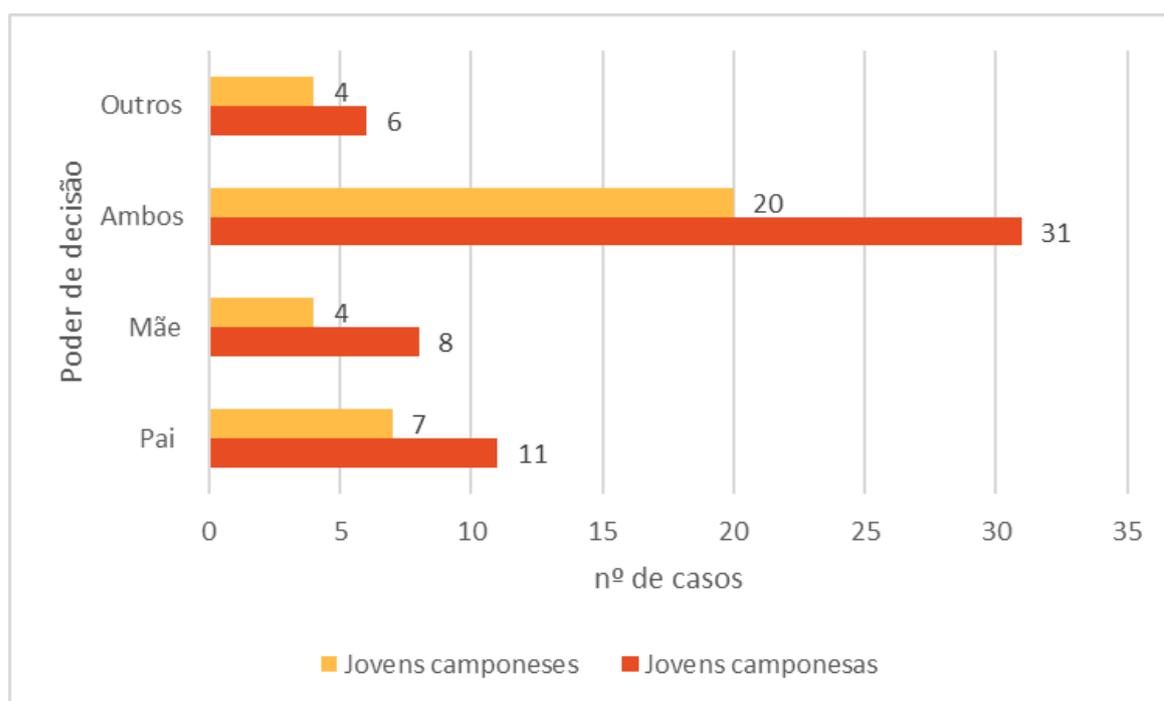
Todavia, a reprodução do campesinato também está relacionada às novas gerações do campo. Para Castro et. al. (2009, p. 39, grifos das autoras), os jovens, ou a categoria jovem, “[...] É fortemente valorizada e constantemente acionada nos discursos dos pais e dos movimentos sociais rurais, associada à renovação e ao *futuro*, ou seja, como categoria-chave na reprodução da produção familiar”. Entretanto, os discursos de valorização e

reconhecimento desta juventude são contrapostos a uma realidade que não condiz com os mesmos.

Há, no campo brasileiro, uma hierarquização familiar resultado direto das relações patriarcais presentes no interior das famílias camponesas. Estas relações patriarcais e hierárquicas, por sua vez, estão diretamente ligadas ao poder de decisão nas unidades camponesas, à dominação do conhecimento e saber agrícola e, até mesmo, à escolha de qual filho permanecerá na unidade camponesa futuramente.

Predominam-se relações sociais pautadas no peso da autoridade paterna. O patriarcalismo no campo não se restringe, assim, à dominação-exploração do feminino pelo masculino. É também representado pela dominação-exploração-submissão daqueles indivíduos considerados jovens (CASTRO, 2007). Do mesmo modo, as relações camponesas cujo agente central é a figura paterna ultrapassam os limites da unidade familiar (CASTRO, 2007). Ou seja, estas também estão presentes nos espaços de convivência em comunidade.

Relações hierárquicas centram nos progenitores a responsabilidade e dominação sobre os rumos do lote ou unidade familiar camponesa. Relações estas que não fogem da realidade presente nas áreas em estudo. Quando questionados sobre as decisões tomadas no lote camponês, os jovens destacaram as figuras dominantes nestes processos de decisão e gerenciamento do lote. O gráfico 5 destaca em quem está centrado o poder de decisão sobre as unidades familiares camponesas analisadas, segundo os próprios jovens camponeses.

Gráfico 5 - Poder de decisão nas unidades camponesas dos assentamentos¹⁴

Fonte: questionários desenvolvidos pela autora durante o ano de 2018.

Analisando os dados expostos pelo gráfico, nota-se o reconhecimento dos progenitores, pai e mãe, como tomadores de decisões no lote da família. Possuindo a expressividade de 51 casos do total observado. O que leva a crer que a unidade familiar possui o casal como tomadores de decisão e que este processo não está centrado em um único indivíduo. Os jovens que reconheceram os pais como tomadores de decisão sobre a unidade familiar afirmam não participar da mesma. Caracteriza-se, assim, a ausência de participação da juventude nas decisões e processos de gerenciamento das unidades camponesas.

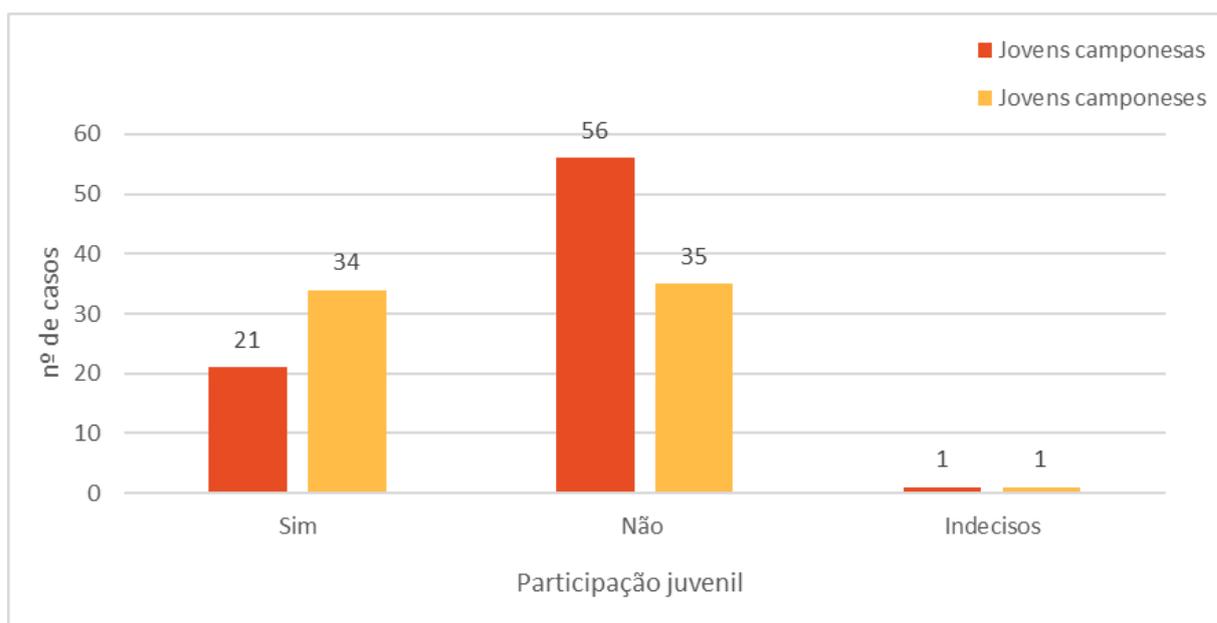
Há disparidades visíveis quanto ao gerenciamento das unidades camponesas presentes nos assentamentos. Apesar da maioria dos jovens que não se identificaram como participantes nas tomadas de decisão no lote familiar, apontaram ambos os progenitores como gerenciadores da unidade camponesa. Entretanto, tal equidade não se apresenta ao se analisarem casos em que os sujeitos progenitores são apontados individualmente. Assim, ao averiguar casos em que apenas um dos progenitores possui o poder de decisão e gerenciamento sobre a unidade familiar, as disparidades são evidentes. São dezoito casos em que o pai é representado como tomador das decisões e responsável pelo gerenciamento das

¹⁴ Dados relacionados a jovens que não se identificaram como participantes nas decisões tomadas nas unidades camponesas.

unidades camponesas, superando os doze casos onde a mãe é apontada como aquela que desempenha tal papel.

De semelhante destaque, nota-se a peculiaridade das respostas dos jovens camponeses sobre as decisões tomadas na unidade camponesa e sua relação com o convívio destes jovens. Se tratando do gerenciamento individual (pai ou mãe), há diferenciações entre as respostas de jovens camponesas e jovens camponeses. As jovens camponesas identificaram com maior frequência apenas um de seus progenitores – pai ou mãe – como gerenciadores das unidades camponesas, se comparadas às respostas dos jovens camponeses. Supõe-se, assim, que as jovens camponesas estejam submetidas à duas “formas” distintas de subordinação, matriarcal e patriarcal, ou que as mesmas não participam das decisões tomadas nas unidades camponesas. Todavia, a participação juvenil ou a não participação não se restringe apenas ao caso das jovens camponesas e perpassa todo o universo juvenil camponês. O gráfico 6, a seguir, destaca a participação dos jovens camponeses nas tomadas de decisão nas unidades camponesas.

Gráfico 6 - Participação dos jovens nas decisões tomadas no lote familiar



Fonte: questionários desenvolvidos pela autora durante o ano de 2018.

São claras as diferenciações entre jovens do sexo masculino e as jovens do sexo feminino nas decisões tomadas nas unidades camponesas. Essas disparidades ficam explícitas quando, em 56 casos, não há a participação das jovens camponesas nas tomadas de decisão. Em comparação, há 35 casos em que os jovens do sexo masculino não possuem participação. Isso evidencia a participação inferior das jovens camponesas nas decisões no lote familiar, ao

mesmo tempo em que lança luz à participação precária do jovem – de ambos os sexos – nos processos de decisão e gerenciamento das unidades camponesas. Se há participação juvenil nas decisões tomadas pelo núcleo familiar e nas unidades camponesas, esta participação ainda é incipiente.

Ocorre, também, que a participação elencada pelos jovens camponeses sobre as decisões tomadas no lote familiar, é compreendida pela opinião dos mesmos. Todavia, não foram identificadas situações em que estes jovens exercessem a posição de gerenciadores ou mesmo que, contribuam para o gerenciamento da unidade camponesa. Isso se dá pelo fato de que o lote familiar é tido como propriedade dos pais, o que os legitimaria como proprietários e gerenciadores, eximindo o jovem de qualquer participação efetiva. Como fica explícito na fala a seguir

Quando o jovem consegue trabalho, muitas vezes tem o trabalho, mas não tem autonomia nenhuma, né? Quem gerencia isso é o pai, por que também, o agronegócio... A sociedade capitalista e o agronegócio como modelo de produção pro campo dessa sociedade capitalista, tá muito baseado nessa questão do patriarcalismo, né? E no campo essa questão é muito forte. Então, é uma condição que o jovem se coloca muito insuportável dentro de casa, né? Não tem autonomia de ajudar a gerenciar o lote, o trabalho, a finança, muitas vezes não tem autonomia pra poder sair de casa, principalmente pra jovens mulheres, né? (Jovem 7, Acampamento herdeiros da Terra de 1º de Maio, 23 anos, 06 de novembro de 2018).

Essa hierarquização corrobora com a manutenção da figura do pai como detentor do saber e do poder na unidade camponesa. Como destaca Stropasolas (2007), a afirmação social da família camponesa sempre esteve interligada à figura masculina, tendo em vista as categorias criadas para tal como, por exemplo, chefe da família, proprietário, arrimo de família, dentre outros.

Do mesmo modo, “[...] O homem adulto (pai) é a autoridade máxima dentro do grupo doméstico. Essa **autoridade está fundamentada na cultura patriarcal** e ao fato dele ser detentor do saber agrícola que transforma a terra em terra de trabalho” (WEISHEIMER, 2007, p. 242, grifo nosso). Na ausência da figura paterna, a mãe passa a exercer o papel de “arrimo de família”, mas nem por isso a realidade hierárquica entre jovens e adultos é alterada.

Para o camponês 2, a participação dos jovens nas decisões tomadas nos lotes familiares ou em espaços de cooperação é um tema “Bastante complexo, por que muitas vezes, acaba aí, tem a própria hierarquia familiar, onde os pais não dão muito espaços pros jovens desenvolver atividade... é sempre difícil trabalhar esse tema” (Camponês 2,

Arapongas, Assentamento Ireno Alves dos Santos, 17 de julho de 2018). Já na fala da Jovem 20, destaca-se que a hierarquia presente na família camponesa reforça o abandono do campo pelos jovens camponeses, como se destaca a seguir

Eu vejo por experiência dos meus familiares, dos meus primos, foram embora procurar emprego em outros lugares, por não conseguirem ter essa autonomia dentro dos lotes. Desde vim com ideia nova, ideia de fazer até um controle de entradas e saídas dos lotes, né? Melhor aproveitar um espaço [...]. Ainda existem pessoas, como posso dizer, famílias mais tradicionais, aquelas famílias que não aceitam mudanças... Queira ou não queira o filho acaba trabalhando fora, fica morando ainda aqui, mas acaba trabalhando na cidade [...] (Jovem 20, 29 anos, Assentamento 8 de Junho, 14 de dezembro de 2018).

A resistência às novas ideias trazidas ao campo pelos jovens camponeses é presente nas famílias camponesas dos assentamentos que compuseram a pesquisa. Essa situação corrobora com a deslegitimação dos próprios jovens camponeses, visto serem tidos, em alguns casos, como incapazes ao gerenciamento das unidades camponesas. Há, portanto, um paradoxo nos discursos e nas práticas correlacionados ao papel do jovem camponês. “O jovem é percebido como pouco confiável, ainda que assuma posição de destaque nos discursos sobre a continuidade da agricultura familiar camponesa e dos movimentos sociais, por exemplo” (CASTRO, et. al., 2009, p. 46). Enquanto ocupa papel de destaque nos discursos, como futuro do campesinato, o jovem (de ambos os sexos) é tido como pouco confiável para gerir a unidade campesina ou mesmo parte dela.

Essa ausência da participação juvenil nas decisões, bem como a falta de espaço para atividades destinadas aos jovens, corrobora com a negação do estilo de vida camponês. Para muitas famílias, a melhor escolha para o jovem é sua migração para espaços urbanos. Como se destaca na fala de um interlocutor,

Mas, eu acho que uma dificuldade assim, não no meu caso, mas de outros jovens, eu acho que é a falta de apoio dos pais mesmo. Que os pais querem que o jovem se forme e vá procurar um emprego, né? Não querem que o filho tenha a mesma vida, não sei se pelas dificuldades que é morar no campo, mas, enfim... (Jovem 11, 26 anos, Juriti, Assentamento Ireno Alves dos Santos, 07 de julho de 2018).

Rosas (2007), destaca a existência de uma crise no campesinato, a crise da negação e recusa do estilo de vida levado pelos pais, destes jovens camponeses. O que também se destaca na fala de um dos interlocutores,

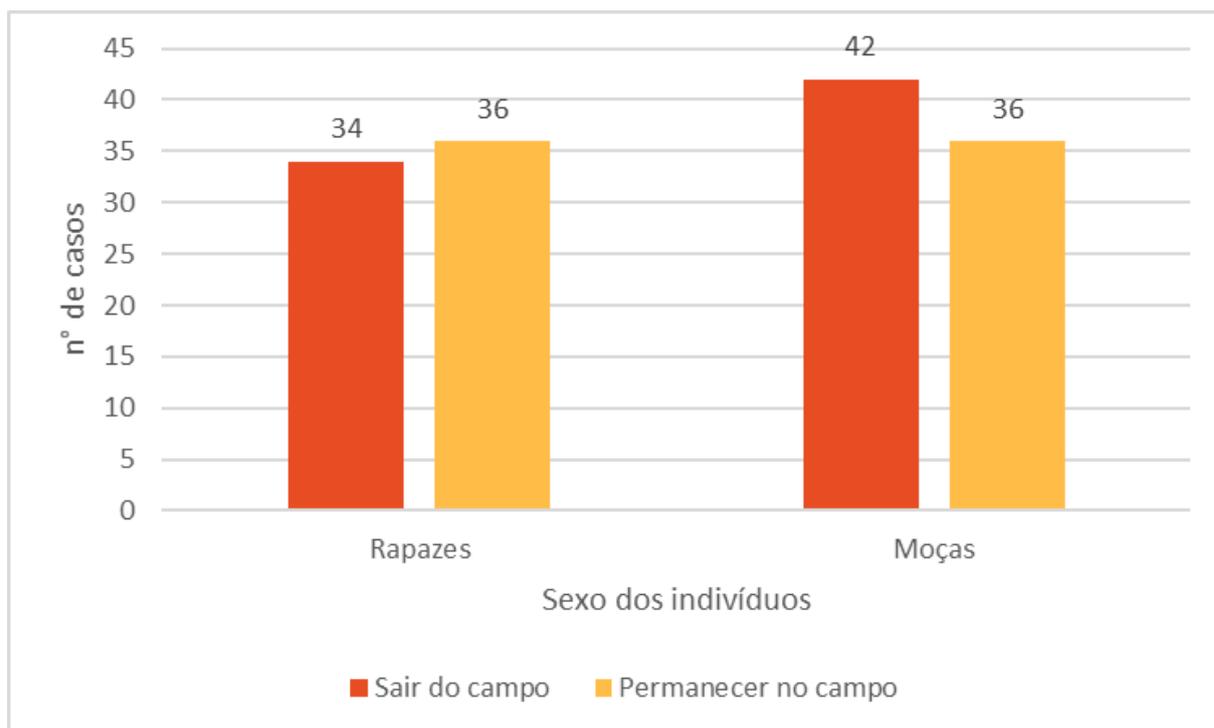
A juventude olha pro pai dele e fala assim "nossa, meu pai trabalha aqui há cinquenta anos, ele não tem nem uma casa direito, ele não conseguiu, né? Eu não quero essa vida pra mim" Uma negação da vida dos próprios pais. Só

que como... ele acha... Se ele tivesse na cidade não seria diferente. [...] E os pais muitas vezes vê isso, "ah, eu não quero essa vida pro meu filho, não quero..." E aí tem a cabeça, como se a cidade fosse dar solução pra isso, né? (Interlocutor 1, Laranjeiras do Sul, 09 de agosto de 2018).

A negação presente no campo, pela juventude, não é apenas a negação da vida dos pais. Mas, sim, a negação das dificuldades ainda enfrentadas pelos camponeses para sua permanência no campo. Assim, como é uma negação das contrariedades enfrentadas pelos próprios jovens, os quais atribuem ao campo suas frustrações, sejam elas por relações conflitivas e desiguais no núcleo familiar camponês, sejam pelas objeções que transcendem este espaço.

A ausência da realização da reforma agrária, de forma ampla e irrestrita, resulta na impossibilidade de muitos jovens permanecerem no campo. Da mesma forma, os espaços de reforma agrária existentes no país, os assentamentos rurais, não foram pensados para suportar novas famílias além daquelas beneficiadas à época de sua consolidação (OLIVEIRA; FELICIANO, 2016). Isso também se deve ao fato de as unidades camponesas, ou lotes, dos assentamentos não atenderem ao módulo fiscal dos municípios em estudo. Ou seja, não atendem à área mínima recomendada para que uma unidade camponesa seja considerada economicamente viável. Nos municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguazu, o módulo fiscal mínimo é de 18 hectares (INCRA, 2013). Todavia, nos assentamentos de ambos os municípios, os lotes, ou unidades camponesas, possuem áreas que variam entre 14 e 15 ha. Não atendendo, portanto, à área mínima de um módulo fiscal. Outros aspectos, como a falta de infraestrutura e de políticas públicas que viabilizem a geração de renda nos assentamentos também contribuem.

Diante dessa realidade, é notória a designação de apenas um jovem camponês para dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos na unidade camponesa. Aos demais, quando existentes, a migração para espaços urbanos torna-se um caminho possível. O gráfico 7, a seguir, destaca a intencionalidade dos jovens camponeses em relação à permanência no campo.

Gráfico 7 - Pretensão juvenil para com o campo¹⁵

Fonte: questionários desenvolvidos pela autora durante o ano de 2018.

A migração para o espaço urbano pode ocorrer de maneiras distintas. Para alguns jovens, o campo não se caracteriza em um espaço almejado nem para desenvolvimento de trabalhos, nem para moradia. Para outros, apesar de desenvolverem trabalhos no ambiente urbano, o rural está presente em seu cotidiano, seja pelos familiares residirem nos assentamentos, seja por residir nestes espaços. Como se destaca na fala da Jovem 9 e do Jovem 10:

[Quais são as fontes de renda que vocês têm?]

(Jovem 10) É o leite e a lavoura! [E daí a Jovem 9 trabalha fora?] E a... é empregada. [Por que motivo, você tomou a decisão de trabalhar fora?]

(Jovem 9) Por que eu gosto!

(Jovem 10) Mas até novembro só. Quando nós se conhecemos ela já trabalhava de empregada!

(Jovem 9) Eu morava na cidade e já estava trabalhando na loja. Quando eu vim morar pra cá tipo não pensava né? Pensava assim, daqui dois anos parar de trabalhar, quando a gente tiver melhor, né? Mas... Sei lá. [Mas, na sua visão, você ter esse emprego na cidade ele contribui para vocês permanecerem no campo?] Na verdade, assim, em partes, tipo... As vezes quando a gente se apura, se aperta beleza, mas eu acho que não favorece em nada, porque é um ganho, um gasto meu, né? Tipo não tem, um exemplo assim, "aí o salário de lá vai bancar e tal" não. Na verdade, tô indo por ir, tem que ir agora, né? Mas, se não já tinha parado. [A distância exige muito?]

¹⁵ Podem ocorrer diferenças entre o total de questionários desenvolvidos e os números totais de alguns gráficos, devido ao fato de que nem todos os jovens responderam determinadas questões.

Sim, hum hum. (Jovens 9 e 10, 29 e 22 anos, respectivamente, Juriti, Assentamento Ireno Alves dos Santos, 11 de agosto de 2018).

Para muitos jovens, como a Jovem 9, ter a possibilidade de trabalhar na cidade e continuar residindo no campo contribui para sua renda individual, mas não para sua permanência no campo ou para a manutenção da família. Contudo, a mesma destacou, em uma conversa informal, as distâncias percorridas diariamente, as dificuldades em épocas chuvosas e a baixa remuneração como desafios constantes. O jovem se vê diante de possibilidades distintas: permanecer no campo, na unidade camponesa, e continuar interligado ao trabalho familiar, ou buscar sua independência financeira, mesmo que para isso seu ganho mensal seja reduzido pelas despesas de deslocamento e alimentação.

O caráter familiar da produção camponesa surge, para alguns jovens, como empecilho à obtenção de rendas individuais. As necessidades juvenis de lazer, ou mesmo aquisição de algum bem de consumo, muitas vezes não são supridas face às necessidades apresentadas pela família camponesa. Uma vez que o trabalho é desenvolvido pelos membros da família, a renda obtida é destinada para a manutenção da família como um todo. Como se destaca na fala de um dos interlocutores: “[Só você trabalha com a horta?] Não, é no coletivo. [Todos os membros da família?] Sim! [A renda também é dividida entre a família?] Sim! É pras despesas da família, né?” (Jovem 11, 26 anos, Juriti, Assentamento Ireno Alves dos Santos, 07 de julho de 2018).

A busca por sua própria renda, portanto, faz parte do cotidiano de alguns jovens analisados. Todavia, possuir uma fonte de renda fora do ambiente rural não corresponde com o rompimento de laços com o campo. Como destaca Rosas (2007), estes jovens saem para permanecer no campo. A renda obtida pelos jovens, fora do ambiente rural, não contribui efetivamente para com a família camponesa, mas possibilita ao jovem, individualmente, sua reprodução e, de certa forma, sua independência face ao núcleo familiar camponês.

No entanto, não são apenas aspectos de relações de hierarquia que se fazem presentes no núcleo familiar camponês. As relações de gênero também permeiam o cotidiano dos jovens camponeses e marcam, evidentemente, desigualdades ainda presentes na sociedade como um todo. Essas relações desiguais vivenciadas pelas jovens camponesas são objeto do próximo subtópico.

3.4.1 As questões de gênero no cotidiano da juventude camponesa em pesquisa

Compreender a juventude no campo implica reconhecer que estes sujeitos estão inseridos em um espaço que, por vezes, mostra-se contraditório. Da mesma maneira, “[...] pensar a juventude é também abordar o conjunto de problemas enfrentados e as expectativas de como resolvê-los” (STROPASOLAS, 2007, p. 281). Este conjunto de problemas pode ser caracterizado pelas relações sociais presentes nas comunidades em que os jovens estão inseridos, bem como nas unidades camponesas. Para além, estas relações podem ser consideradas hierárquicas e desiguais no que tange à divisão dos trabalhos entre gênero e faixa etária.

Sobre as relações desiguais presentes no espaço campesino, há de se destacar as relações de gênero, sejam estas ocorridas no interior da unidade camponesa familiar, sejam nas comunidades em que os sujeitos estão inseridos. Para tanto, o conceito de gênero aqui abordado é aquele compreendido por Saffioti (2015), isto é, o gênero como uma construção social de masculino e feminino. Partindo desta compreensão, a construção do ser masculino e feminino dar-se-ia pela ação em sociedade. Esta por sua vez, delimitaria o que é papel “do homem” e o que é de responsabilidade “da mulher” (REFATI, 2015).

Essa construção social de masculino e feminino é identificada nas relações sociais presentes no campesinato. Também estão presentes, no ambiente camponês, as construções sociais do que é função de um ou de outro indivíduo, sobretudo aquelas compreendidas pela diferenciação de gênero, ou seja, homem e mulher. Na fala de uma das interlocutoras,

Com certeza que existe muita desigualdade de gênero! Desde uma opinião que a gente fala em casa, né? Pro pai, pra mãe... o pai já fala "o que que você sabe menina?" Tipo, "o que você sabe? não sabe de nada, né?" Muita influência é porque a gente é mulher, preconceito mesmo. Aqui em casa mesmo... Pra mim ir sozinha pra um lote, eles não deixa (Jovem 8, 24 anos, Açude Seco, Assentamento Ireno Alves dos Santos, 18 de agosto de 2018)

A desigualdade de gênero é explicitada através do papel feminino na unidade camponesa de produção. Historicamente, o papel feminino no campo brasileiro corresponde à manutenção do ambiente doméstico e da família em detrimento ao papel masculino, de provedor, protetor e gerenciador da unidade camponesa. O trabalho feminino, no campo, sempre foi tido como “ajuda”, de caráter complementar aos trabalhos masculinos (WEISHEIMER, 2007). O não reconhecimento do trabalho feminino se deve

[...] ao fato de a sua socialização ser dirigida para a realização do trabalho doméstico. Dessa forma [...] sua participação no trabalho agrícola como complementar e subordinado ao trabalho masculino, o que reforça a desvalorização da força de trabalho feminina no contexto de relações sociais de gênero que se caracteriza por uma distribuição desigual de poder e oportunidades, neste caso, no interior da família (WEISHEIMER, 2007, p. 243).

Há, portanto, uma construção social de gênero que retrata o trabalho feminino camponês como subjugado e/ou complementar à força de trabalho masculina., da mesma forma que carente de renda monetária. Ou seja, pelo trabalho feminino ser considerado ajuda, ou mesmo, complementar ao trabalho masculino, é vedado de renda monetária, não gerando renda à unidade camponesa.

Da mesma maneira, a jovem camponesa, através de sua socialização para os afazeres do ambiente doméstico e subjugação de seu trabalho, é tida como não capacitada para gerenciar a unidade camponesa. Contrariamente, o jovem do gênero masculino é tido como o apto para dar prosseguimento às atividades na unidade camponesa. A maior ou menor capacitação associada aos jovens, homens e mulheres, têm relações diretas com os afazeres desempenhados por estes/as nas unidades camponesas. Sobre as atividades desenvolvidas pelos jovens, nas unidades camponesas dos assentamentos em estudo, destacam-se os pontos da tabela 4 a seguir:

Tabela 4: Atividades sob a responsabilidade dos jovens nas unidades camponesas dos assentamentos

Atividade	Jovens camponesas	Jovens camponeses
Não desempenham nenhuma atividade específica	26	30
Afazeres domésticos (casa)	12	0
Casa + lavoura	3	0
Lavoura	9	8
Lavoura + ordenha (leite)	3	5
Leite	22	23
Empreitadas “por dia”	1	0
Leite + lavoura + casa	3	0
Casa + leite	1	0
Manutenção de maquinário agrícola	0	1
Alimentação do gado	0	3
Responsável pelos afazeres da unidade camponesa	0	2
Sem resposta	2	4
TOTAL	82	76

Fonte: questionários desenvolvidos pela autora durante o ano de 2018.

Apesar da diversidade de atividades tidas sob a responsabilidades dos jovens camponeses (de ambos os sexos) é notável maior expressividade em determinadas tarefas, como, por exemplo, a ordenha do gado leiteiro. De igual expressão, são os casos em que os jovens não possuem atividades sob sua responsabilidade, fato este que pode caracterizar o trabalho coletivo nas unidades camponesas.

Contudo, há visíveis diferenciações com relação ao tipo de atividades desempenhadas pelos jovens camponeses. É nítida a participação dos jovens camponeses do sexo masculino em atividades específicas como a ordenha do gado leiteiro e/ou os trabalhos na lavoura. Já as jovens camponesas desempenham um número maior de atividades. Apesar de outras atividades, como a ordenha do gado leiteiro, apresentarem maior recorrência, o trabalho doméstico atravessa variadas atividades sob responsabilidade destas jovens. Isso destaca a hierarquia do trabalho familiar imposta sobre estas jovens, em que as diferenças de gênero são sentidas no desenrolar do trabalho feminino camponês.

As diferenças de gênero são especialmente marcantes no meio rural, onde as tradições, embora reinventadas, são dominantes no que se refere ao comportamento de homens e mulheres delimitando, de forma muito clara, os papéis sociais, os espaços e as formas de vivenciá-los, bem como, demarcando a vivência do cotidiano (PAULO, 2011, p. 187).

Esta subjugação do trabalho feminino camponês refere-se à uma construção social e histórica, em que o trabalho feminino se realizaria correlacionado com os afazeres domésticos (WEISHEIMER, 2007). Enquanto o masculino, por sua vez, estaria relacionado às atividades produtivas. Segundo Paulo (2011, p. 171, grifos da autora), no campo

[...] uma das diferenças mais marcantes é a de gênero. Ou seja, apesar de muitas *moças* cotidianamente ajudarem no trabalho fora de casa, essa é uma atividade devida aos *rapazes*, sendo considerado estranho e “mal educado pelos pais” aquele *rapaz* que não ajuda seus pais na agricultura ou em qualquer outra atividade fora de casa. Em consequência, a *moça*, em geral, também participa menos das decisões dentro da família do que o rapaz.

O não reconhecimento do trabalho feminino decorre, portanto, das construções sociais do masculino e feminino no espaço camponês. Estas construções sociais de gênero, no campo, perpassam também as relações patriarcais presentes neste espaço. De maneira mais abrangente, estas relações patriarcais de dominação e exploração do feminino pelo masculino não fogem à regra da sociedade brasileira (SAFFIOTI, 2015), visto que

A família do campo não foge à tradição da sociedade patriarcal [...]. No campo, talvez estes resquícios sejam ainda mais fortes, e estejam presentes de forma ainda mais acentuada, dada as especificidades nos quais estes sujeitos estão inseridos, onde, na tradição que é passada através das gerações que posiciona o pai na função de chefe, a mãe como figura que toma decisões na ausência do pai, abaixo destes, o filho mais velho, ou o filho homem (OLIVEIRA; RABELLO; FELICIANO, 2014, p. 139).

Diante das relações patriarcais presentes no ambiente campesino, o mesmo não se caracteriza como um espaço de oportunidades para as jovens camponesas. Nesse sentido, a constante migração de jovens camponesas se traduz em busca por autonomia, reconhecimento e liberdade. Como destacado no relato a seguir: “[pretende continuar no campo?] Não! Quero ir pra cidade! [Por quê?] Colocar em prática meu trabalho, pra tirar meu próprio sustento e não depender mais dos meus pais” (Jovem 22, 17 anos, Comunidade Nova Santa Rosa, Assentamento Ireno Alves dos Santos, 04 de abril de 2018). A jovem 22 deixa evidente, pois, que sua dependência financeira do núcleo familiar camponês é um obstáculo a ser superado. Para muitas jovens, a oportunidade de obtenção de renda própria é o maior motivador para sua saída do campo. Todavia, o que também pesa em suas decisões de permanecer ou não no campo, são as reais oportunidades que lhes foram apresentadas, bem como a maneira com que o núcleo familiar camponês compreende seus objetivos e anseios, além da forma pela qual a família camponesa planeja o futuro de sua unidade. Isso é destacado na fala a seguir:

Eu queria, assim, eu queria lote ali [acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio]. Pra mãe, assim, é a maior loucura eu falar que queria lote ali. Porque eu me formei, porque eu sou mulher, porque sou menina... “Por que o que que eu quero com um lote? Por que que eu não vou arrumar um emprego na cidade e ficar tranquila?” Nem da própria família da gente a gente tem um incentivo, né? De permanecer no campo... [...] ela acha que eu poderia ter uma vida melhor, porque tem estudo, não ficar aqui lidando com vaca, na agricultura. E querendo ou não é um trabalho que exige mais esforço. [...] se eu fosse homem seria mais fácil, pro meu pai e minha mãe, pra eu permanecer no campo (Jovem 8, 24 anos, Açude Seco, Assentamento Ireno Alves dos Santos, 18 de agosto de 2018)

A concepção do espaço urbano como local de oportunidades para as jovens camponesas, surge em detrimento das dificuldades enfrentadas no espaço rural, além, das relações intrínsecas à família camponesa. As possíveis maiores oportunidades de emprego, corroboram com a busca por autonomia perante a família camponesa. Autonomia esta, que se torna uma tentativa de romper com as relações desiguais presentes no núcleo familiar camponês. As relações desiguais e conflitivas presentes no cotidiano das jovens camponesas são destacadas na seguinte fala

Por mais que tenha avançado muita coisa, no campo um dos elementos muito fortes que a gente tem que aprofundar mais a discussão é a situação das jovens. Assim, principalmente por causa do casamento com muita pouca idade, né? [...] Por que o jovem fica tão sem perspectiva que não se interessa por estudar, ou então não tem condições de estudar [...]. E a única alternativa que muitas vezes as meninas veem é casar. E daí, vai lá e casa com alguém, ou da sua idade ou, muitas vezes com alguém que tem uma idade muito superior e daí cada um tá num ciclo da vida, né? E acaba, em relação a isso, a imaturidade... acaba sofrendo muito com a questão do machismo mesmo, né? [...]. Por exemplo, a minha experiência de vida, eu saí de casa também porque eu não aguentava mais viver a situação de violência que é exposto, a partir do pai em relação a mãe e aos filhos. Essa questão de que a filha mulher não pode sair nem pra comunidade, não pode continuar estudando [...]. (Jovem 7, Acampamento herdeiros da Terra de 1º de Maio, 23 anos, 06 de novembro de 2018).

Para muitas jovens camponesas, sair da casa dos pais é a única alternativa perante as relações desiguais vivenciadas no núcleo familiar. A migração para o espaço urbano é, também, uma maneira de romper com as tradições e costumes presentes no campo. Como implícito na fala acima mencionada, às jovens que permanecem no campo, na casa dos progenitores, o caminho destinado a elas é o casamento. Muitas vezes, o matrimônio pode consistir na permanência de relações desiguais. Se, no núcleo familiar, a jovem solteira era subordinada a seus progenitores, no casamento, enfrenta relações desiguais perante seu companheiro.

Migrar ou abandonar a casa familiar camponesa é uma tentativa de rompimento das relações desiguais que as jovens camponesas enfrentam neste ambiente. Isto é, tentam romper com as relações desiguais de gênero, com a negação do trabalho feminino e com os traços culturais que subjugam o ser feminino. Há uma negação, por parte das jovens camponesas, em reproduzir as contradições vivenciadas no campo.

Essa negação não se remete, contudo, ao campo e, sim, às dificuldades vivenciadas pelos camponeses/as em seu cotidiano. Da mesma forma que se remete as relações sociais presentes no seio da família camponesa. Tais aspectos foram destacados pela jovem 18 durante uma conversa informal no mês de janeiro de 2019. Nesta conversa, a mesma destacou que saiu do campo por uma oportunidade de emprego oferecida no município de Laranjeiras do Sul. Esta vaga de emprego era entendida, pois, como uma chance única. No mesmo sentido, a jovem ainda enfatizou que não gostaria de permanecer no campo e trabalhar como a sua mãe. Ainda assim, mesmo diante deste relato, é notável a inclinação que algumas jovens têm para com o campo. Algumas jovens camponesas destacam seu desejo de regressarem ao campo, porém, em realidades distintas das vivenciadas no momento de seu relato.

Quando questionadas se retornariam ao campo, sobretudo no caso de conquista da terra, destacou-se o reconhecimento do campo como ambiente de condições de vida mais pacatas, além da possibilidade de produção do próprio alimento e de suas raízes culturais:

Apesar da cidade ser meu sonho, eu amo o campo, pois é dele que sai todo o nosso alimento para nosso sustento (Jovem 17, 16 anos, Sede, Assentamento Ireno Alves dos Santos, 04 de abril de 2018).

(Sim) por quê apesar de minha carreira profissional estar relacionada a cidade, eu acho o campo um lugar muito bom pra se ter uma família (Jovem 18, 17 anos, Arapongas, Assentamento Ireno Alves dos Santos, 18 de março de 2018).

Porque quem acostuma no campo sempre volta. Eu tenho minhas origens aqui. (Jovem 19, 16 anos, Juriti, Assentamento Ireno Alves dos Santos, 12 de março de 2018).

Para estas jovens, o campo é sinônimo de laços familiares e culturais. Nesse sentido, retornar ao campo seria uma possibilidade apenas diante da eminente conquista da terra e do rompimento com aspectos de suas experiências cotidianas, como a dependência familiar ou a obrigatoriedade do matrimônio com um jovem camponês. Diante das desigualdades de gênero “[...] Uma vida como esposa de agricultor – conhecendo outras alternativas possíveis – pode ser rejeitada ou objeto de resistência, diante das aspirações de vida em outro meio cultural e ocupacional” (STROPASOLAS, 2007, p. 286).

Retornar ao campo seria possível, para as jovens, somente em condições distintas daquelas em que as mesmas foram ou estão inseridas. Muitas jovens camponesas “[...] não querem ser simplesmente mulheres de agricultores, elas querem ser agricultoras e exercer os direitos daí decorrentes” (STROPASOLAS, 2007, p. 286).

Entretanto, o caminho de regresso ao campo diante do constante avanço capitalista sobre o espaço agrário brasileiro é desafiador. Irremediavelmente, uma das formas encontradas para a conquista da terra, ou mesmo para o retorno ao campo, é a vinculação dos/as jovens aos movimentos sociais camponeses, entre eles o MST. A algumas jovens camponesas e, da mesma forma aos jovens camponeses, a vinculação ao MST, por exemplo, possibilita a conquista da terra e retorno ao campo, além de sua legitimação enquanto camponeses, independentes da propriedade de seus progenitores. Neste sentido, tentar-se-á compreender como a vinculação da juventude camponesa junto ao MST possibilita novos caminhos para estes jovens camponeses e jovens camponesas, diante dos desafios presentes no campo e no interior do campesinato na atualidade.

3. 5 JUVENTUDE E RESISTÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES DO MST PARA A JUVENTUDE CAMPONESA EM ESTUDO

Para o campesinato, a base familiar é essencial para a sua reprodução. Do mesmo modo, as novas gerações são parte desta reprodução. Constantemente, seja pelas famílias camponesas, seja pelos movimentos sociais camponeses, como o MST, os jovens são considerados como o futuro do campesinato (CASTRO, et. al., 2009). Essa valorização da juventude pode soar, por vezes, contraditória, sobretudo tendo em vista os aspectos anteriormente discutidos. Todavia, também pode remeter à preocupação para com a continuidade do campesinato e dos próprios movimentos sociais.

Para os movimentos sociais camponeses, como o MST, a juventude sempre esteve presente desde sua formação. Seja a juventude que fez parte de suas bases originais, seja a juventude nos acampamentos atuais, os jovens sucessivamente participaram na construção da luta pela terra e por reforma agrária. No entanto, as discussões acerca destes sujeitos tão distintos entre si, porém integrantes de uma mesma classe social, o campesinato, só surgiram no MST durante a década de 1990 (MARTINS, 2009). Sendo assim, “Especialmente nos fins dos anos de 1990, a juventude passa a ser um dos seus desafios diante da necessidade de se criar mecanismos para a sua permanência no campo, abrir maiores espaços para a sua participação na organicidade do Movimento e uma reflexão sobre a sua condição” (MARTINS, 2009, p. 160).

De acordo com Castro (2009, et. al), apesar da juventude fazer parte das bases originais do Movimento, estes sujeitos não se reconheciam enquanto jovens e, sim, como agricultores, trabalhadores e camponeses. Somente nas últimas décadas é que as demandas e especificidades da juventude tomaram corpo no interior do MST e, assim, passaram a compor sua base de ação e reivindicação enquanto juventude camponesa. Resultado da inserção das demandas e especificidades da juventude nas bases de ação do MST, sobretudo em relação à reprodução do campesinato e continuidade da existência do próprio movimento, é a participação significativa maior da juventude em marchas, protestos e eventos do Movimento (CASTRO et al., 2009).

A participação da juventude em atos do Movimento, por todo o país, também se faz presente durante as ocupações e acampamentos. Nas áreas em estudo, se destaca a participação da juventude camponesa na consolidação do Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio. Como destacado na fala da interlocutora,

A gente sempre fala que a ocupação da área, tanto aqui de Rio Bonito quanto de Quedas, foi um processo de luta da juventude, né? Dos filhos das famílias que já estavam no assentamento Ireno Alves e Marcos Freire. Tanto que, boa parte das famílias que hoje estão no acampamento, são oriundas desses espaços, né? Então são filhos dessas famílias que acamparam também, no processo do acampamento Buraco, conquistaram também os assentamentos Ireno Alves e Marcos Freire e continuaram a luta da sua família, né? Continuaram a luta por reforma agrária (Jovem 6, 26 anos, Juriti, Assentamento Ireno Alves dos Santos/ Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, 11 de agosto de 2018).

A juventude presente no acampamento está ligada às lutas pela terra ocorridas durante a década de 1990. Estas lutas possibilitaram a conquista de assentamentos rurais nos municípios da mesorregião Centro-Sul paranaense. Entre os assentamentos conquistados, destacam-se os assentamentos Ireno Alves dos Santos, Marcos Freire e Dez de Maio em Rio Bonito do Iguaçu, e Oito de Junho em Laranjeiras do Sul. Hoje, a juventude do acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio constitui parte significativa das pessoas que o compõem, como fica explícito a seguir,

Basicamente 40% da população de acampados hoje são filhos de assentados, né? De Rio Bonito e de nossa região, né? Mangueirinha, Quedas do Iguaçu, tem bastante então, filhos de assentados. E muitos desses filhos de assentados fazem parte da equipe que coordena o acampamento hoje. Tanto pela juventude, que nós temos a frente de massa da juventude, né? Que é coordenada por filhos de assentados do Ireno Alves. Então, ela se organiza (a juventude) da seguinte forma: se inserindo nas diversas atividades, né? Permanecendo, morando, vivenciando no acampamento, né? E também participando dessas atividades (Jovem 4, 24 anos, Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, 01 de maio de 2018).

A vinculação da juventude junto ao MST possibilita sua inserção nos espaços de luta pela reforma agrária, assim como sua reprodução enquanto jovens camponeses. Esta reprodução se dá pela participação ativa dos jovens nos acampamentos. Buscando inserção em diferentes espaços e mobilizam-se em prol das reivindicações por reforma agrária.

A formação política dentro do Movimento, torna-se um caminho para a reprodução do jovem enquanto camponês. A essência da luta pela terra é a conquista da mesma, através da qual estes sujeitos se reproduzem como camponeses. Se integrar ao processo de luta pela terra possibilitou a muitos jovens camponeses, oriundos dos assentamentos dos municípios em estudo, o retorno para o campo. Como destacou um interlocutor, “Porque se não saísse isso [acampamento] os filho dos assentado tavo tudo fora, né? De fato, tavam, né? O pessoal... voltaram tudo e... 80, acho que chega a 90%, da piizada tinham saído. Agora voltaram aí, e

ganharam terra, né?” (Jovem 10, 22 anos, Juriti, Assentamento Ireno Alves dos Santos, 11 de agosto de 2018).

O fato de muitos jovens retornarem ao campo através da consolidação do acampamento destaca os laços existentes entre estes e o espaço camponês. Todavia, também denuncia a falta de oportunidades da juventude nos assentamentos já conquistados. Em conversa informal com a Jovem 4, a mesma relatou negativamente sua experiência no espaço urbano. Nesse sentido, a decisão de retornar ao campo (ela e seu esposo) para residir no lote de sua família se constituiu em uma maneira encontrada para sua reprodução social. A decisão de aderirem a luta pela terra surgiu nos primeiros dias após a ocupação do imóvel Pinhal Ralo e constituição do acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio.

A participação da juventude na consolidação do Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio não se deu apenas por seus cadastros junto ao MST e ao referido acampamento. A estruturação das escolas itinerantes e a atuação da juventude junto às mesmas, também recebe destaque. Lutar por educação é uma das reivindicações do MST, visando a conquista e manutenção de escolas do campo, voltadas para a realidade dos camponeses sem-terra assentados, ou nas escolas itinerantes, que partem da realidade dos acampamentos espalhados por todo o país. Um dos diferenciais defendidos pelo Movimento, é seu caráter social, da educação, onde

Defendemos uma educação portadora e cultivadora de valores humanistas e socialistas, preocupada também com o cuidado da natureza e que se desenvolva na perspectiva da *práxis*: prática e teoria articuladas pelos processos de transformação do mundo e de auto-transformação humana [...] A escola é um lugar próprio ao aprendizado de juntar teoria e prática, através da apropriação/produção do conhecimento que se articula à reflexão sobre as vivências dos sujeitos nos diferentes processos sociais formadores. (MST, 2006, p. 9).

Portanto, uma educação que cumpra o papel de construção do conhecimento, mas que, igualmente, esteja voltada ao desenvolvimento crítico e social de cada jovem e criança. Uma das reivindicações e conquistas dos camponeses, incluindo os jovens camponeses, junto ao Movimento, foram as escolas itinerantes. Escolas onde um dos objetivos é dar continuidade a alfabetização de crianças e a oferta de ensino voltado para a realidade em que, crianças e jovens estão inseridos, durante o período de ocupação. Nas áreas em estudo tal fato pode ser percebido, como se destaca na fala de uma das interlocutoras,

A escola Itinerante herdeiros do Saber, ela surge do processo de ocupação da fazenda Araupel, ainda da área ainda, que não tinha sido desapropriada e continua ainda de posse da fazenda, né? E a escola ela surge como garantia

do direito de acesso a escolarização, né? Desde o espaço em que as crianças estavam inseridas. Estavam vivendo com sua família e estavam também em processo de luta, né? Então, a escola ela surge em 2014, num primeiro momento ela surge para a garantia dos anos iniciais, do primeiro ao quinto ano, e no ano de 2015 ela começa a funcionar desde os anos finais do ensino fundamental, sexto ao nono ano, e daí o ensino médio, primeiro ao terceiro ano do ensino médio. E ela surge como uma maneira que essas crianças pudessem continuar junto com suas famílias no processo de ocupação e também conseguisse frequentar a escola. Até porque a dinâmica do movimento sem-terra, é garantir uma proposta que apresente e faça com que as crianças se sintam parte da luta pela terra. Então, a escola itinerante ela tem uma proposta pedagógica específica, né? Que trabalha com os princípios do movimento sem-terra e trabalha também essa questão da realidade onde elas estão inseridas, né? A realidade do campo e também a realidade da reforma agrária. Então, a escola itinerante ela surge mesmo, como uma garantia, tanto de acesso a escolarização tanto de uma educação diferenciada, né? Que trabalha com os princípios da educação do campo e também a educação do movimento sem-terra (Jovem 6, 26 anos, Juriti, Assentamento Ireno Alves dos Santos/Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, 11 de agosto de 2018)¹⁶.

A escola itinerante, possui um caráter único, destacado pela compreensão da escola ir à realidade do aluno. Ou seja, a criança ou jovem inserido na luta pela terra necessita de um espaço escolar voltado à sua realidade. Uma realidade de ocupação, luta pela terra e por reforma agrária. A figura 15, a seguir, destaca parte da escola Itinerante Herdeiros do Saber.

¹⁶ Alguns jovens, inseridos no contexto da luta pela terra, no acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, foram entrevistados quando visitavam seus familiares, em localidades dos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire.

Figura 15 - Escola Itinerante Herdeiros do Saber



Fonte: Acervo da autora, 2018.

A escola itinerante, destaca a preocupação do MST, para a garantia de um direito básico: a educação. Do mesmo modo, salienta a preocupação na formação das novas gerações inseridas na luta por reforma agrária. Diante disso,

Nosso projeto de educação se relaciona com a construção de um projeto popular para a agricultura brasileira articulado a um novo projeto de Nação, soberana e justa. Tarefa que também implica em trabalhar um imaginário de valorização do campo e de recuperação da auto-estima muitas vezes roubada de quem vive e trabalha nele (MST, 2006, p. 9).

A população jovem também tem sua participação no acampamento diretamente correlacionada com a construção da escola itinerante Herdeiros do Saber. O que evidencia a preocupação dos jovens camponeses, no seguimento de seus estudos e com a alfabetização das crianças do acampamento, comumente reconhecidas como Sem-Terrinhas. Como fica explícito na fala a seguir,

Na época em que a escola itinerante foi construída, levantada a juventude teve uma participação muito especial, que foi feito todo o estudo pra construção da escola e até hoje a juventude está presente bastante na escola, sabe, **na preparação de mística, quando tem algum evento, algum visitante.** Ou até mesmo manifestação é a juventude que coordena sabe, na

parte de comunicação, da diversão, da animação sabe. Então hoje é desse jeito (Jovem 4, 24 anos, Acampamento Herdeiros da Terra de 1° de Maio, 01 de maio de 2018, grifo nosso).

A participação da juventude no processo de constituição da escola itinerante, retratada na figura 15, ressalta a presença de jovens envolvidos nas reivindicações por reforma agrária, nas áreas em estudo. Tal fato, corrobora com o que afirmam alguns autores, como Castro et. al. (2009, p. 57-58),

Alguns trabalhos [...] identificam os jovens como agentes cruciais para a reprodução social do campo e para a continuidade dos assentamentos rurais e das identidades sociais vinculadas. De certa forma, essa juventude também parece ser crucial para a continuidade da luta, ou seja, para a reprodução dos movimentos sociais do campo.

No entanto, há contradições quanto a autonomia e o protagonismo juvenil dentro do próprio MST e dos espaços da reforma agrária (acampamentos e assentamentos). Em vários momentos, a participação da juventude camponesa no Acampamento Herdeiros da Terra de 1° de Maio, foi entendida por alguns interlocutores, através das atividades de mística e recreativas, estas correlacionadas à Escola Itinerante Herdeiros do Saber. Nos relatos de alguns jovens a valorização da mística e da escola fica evidente, como se destaca a seguir,

[...] **tem bastante coisa que o jovem pode ajudar. Tipo, mística sempre tem na escola pra fazer**, e daí o jovem mostra pros adulto como que, como que... faz as coisas no acampamento, sabe? Tem bastante adulto que não entende, tipo, reunião toda semana, essas coisas. Daí eles tentam mostra pras pessoa mais velha, que sempre tem que ter essas reunião pra mostra a luta, né? (Jovem 2, 19 anos, Acampamento Herdeiros da Terra de 1° de Maio, 01 de setembro de 2018, grifo nosso).

Na fala da Jovem 2, a posição do jovem é reconhecida através da “ajuda” às pessoas tidas como mais velhas. A mística ganha destaque quando a jovem afirma que “sempre tem pra fazer”. A mística, como instrumento para a afirmação do campesinato e da legitimidade da luta pela terra, torna-se uma prática corriqueira no interior do acampamento. Outra jovem também destaca a importância da mística para o setor da juventude,

[...] E assim, tarefas que na organicidade do dia a dia, **eram discutidas e delegadas para o coletivo de juventude**. Eles eram um coletivo que fazia muita mística. Que assim, quando tinha uma demanda de mística, precisava ter um coletivo organizado que pensasse, fizesse e tivesse criatividade então era sempre delegado pra nós, por exemplo (Jovem 7, 23 anos, Acampamento Herdeiros da Terra de 1° de Maio, 06 de novembro de 2018).

Nota-se que a mística possui papel de destaque junto ao coletivo de juventude do referido acampamento. Todavia, questiona-se a representatividade da juventude quando sua

participação se resume à organização e realização de místicas nos espaços de acampamento. Não se nega, contudo, a importância da mística como instrumento de luta e forma de tocar os espectadores durante sua realização. Se questiona, em verdade, o papel atribuído aos jovens como desenvolvedores de mística. A Jovem 7 destaca que nem sempre o coletivo de juventude fora responsável somente pelas místicas,

O coletivo de juventude ele já existe desde o começo. Assim, inserido dentro da estrutura organizativa. Tem o alto setor, os coletivos, e o coletivo de juventude é um que existe desde o começo como definição política, mas, como algo que teve funcionalidade, dentro da realidade. No começo, quando o acampamento era todo junto, né? Que não tinha aquela configuração espalhada pelos quatro espaços, já tinha o coletivo de juventude. Daí as jovens faziam atividade de formação naquele início, né? Mas, também atividades de oficinas, se envolviam em trabalhos do próprio acampamento, trabalhos organizativos ou trabalhos de mutirão, enquanto jovem, enquanto coletivo de juventude. Até que então o acampamento acabou se dividindo em quatro espaços e esse coletivo de juventude também se dividiu [...]. Não deu certo criar coletivo de juventude em todos os espaços. Mas, principalmente no herdeiros um, que eu fazia parte e acompanhava, a gente conseguiu constituir um coletivo bem forte, assim... Era em torno de doze a quinze jovens que participavam, alguns saiam, outros entravam (Jovem 7, 23 anos, Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, 06 de novembro de 2018).

É notável que o coletivo de juventude possuía maior representatividade quando o acampamento se encontrava unificado em um único espaço. Com a divisão posterior em quatro espaços (Herdeiros 1, Guajuvira, Lambari e Alojamento), a organização da juventude se enfraqueceu, tendo experiências do coletivo em alguns espaços, fracassado. Muito pelo fato de que, os grupos ficaram afastados e a necessidade de organização da produção lhes tomava parte do tempo antes dedicado ao coletivo.

Foi a partir da divisão do Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio em quatro espaços distintos que o coletivo de juventude passou a assumir atividades relacionadas ao desenvolvimento de místicas e atividade de agitação e propaganda (confeção de faixas para manifestações e oficinas recreativas na escola itinerante). Segundo Castro et al. (2009), a participação da juventude, resumida a estas atividades, define os jovens como “tarefeiros”. Ou seja, apesar da participação dos jovens nas atividades, não parte dos mesmos as maiores decisões, ou mesmo, não cabe aos mesmos boa parte das decisões tomadas, inclusive sobre seu grupo pertencente.

Essa concepção da juventude como “tarefeiros” por parte de algumas lideranças e grupos reforça a deslegitimação do jovem enquanto sujeito políticos junto ao Movimento, ocorrendo em relações de subordinação desta juventude (CASTRO et al., 2009). O não

reconhecimento da juventude camponesa enquanto sujeitos políticos com reivindicações próprias, reforça a manutenção da hierarquização presente em alguns espaços, inclusive no interior dos movimentos sociais camponeses. Há de se reconhecer que, “[...] Apesar da inserção da juventude nos movimentos, percebe-se que ainda há um distanciamento entre discurso e prática (CASTRO et al., 2009, p. 189)”.

Apesar das contradições encontradas no interior dos movimentos sociais, quando se trata de juventude camponesa é nos ambientes de luta pela terra e por reforma agrária que os jovens camponeses encontram caminho para sua permanência e/ou retorno ao campo. Para muitos jovens, a vinculação aos movimentos sociais camponeses possibilitou não apenas seu retorno ao campo, como a conquista de autonomia perante o núcleo familiar, além de seu reconhecimento como jovens camponeses. Partindo da realidade dos jovens camponeses presentes no acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, nota-se o constante esforço destes sujeitos para permanecerem na luta por reforma agrária e para serem reconhecidos como camponeses que são. A partir de tais constatações, questiona-se se os caminhos e mecanismos encontrados pelos jovens camponeses, no interior dos assentamentos, contribuem efetivamente para a sua reprodução socioterritorial. Este questionamento norteará as discussões do tópico a seguir.

3.5.1 As conquistas camponesas e suas contribuições para com os caminhos tomados pela juventude: cooperativas e universidade

As conquistas camponesas elencadas no decorrer do presente trabalho, constituem parte significativa da realidade dos jovens camponeses investigados. Suas inserções em ambientes cujas raízes estão diretamente ligadas às reivindicações camponesas junto ao MST, ressalta a importância da reforma agrária para com o cotidiano destes jovens. Todavia, as conquistas que compõem o cotidiano destes jovens podem ou não afetar suas escolhas e oportunidades de permanecer ou não no campo. Diz-se que podem afetar ou não, pois o espaço destinado à convivência juvenil torna-se imprescindível para sua socialização.

As conquistas camponesas dos municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu, contribuíram e contribuem para a territorialização camponesa. Segundo Fernandes (1996, p. 182),

A territorialização da luta pela terra é aqui compreendida como o processo de conquistas de frações do território pelo Movimento dos Trabalhadores

Rurais Sem Terra e por outros movimentos sociais. Entendemos que o assentamento como fração do território é um trunfo na luta pela terra.

Conquistar uma fração do território representa a efetivação da territorialização camponesa no interior do território capitalista. Para Raffestin (1993, p. 143-144) “O território [...], é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”. Portanto, a territorialização camponesa é também um ato de poder sobre determinada porção do espaço, transformada em território.

As conquistas camponesas são compreendidas aqui para além da conquista dos assentamentos e das ocupações que se efetivaram em acampamentos, territórios de luta camponesa. Elenca-se como conquistas camponesas as cooperativas e associações, sendo elas: Cooperativa Agroecológica Ireno Alves, Cooperativa Agroindustrial 8 de Junho; e as associações: Associação Comunitária Social, Esportiva e Cultural 8 de Junho, vinculada diretamente à COPERJUNHO, e a Associação de Pequenos Agricultores do Assentamento Recanto da Natureza. Esta última possibilitou a criação da Cooperativa Agroindustrial, bem como a conquista do campus da Universidade Federal Fronteira Sul, no interior do assentamento 8 de Junho, em Laranjeiras do Sul.

As cooperativas e associações presentes nos assentamentos e no acampamento Recanto da Natureza são frutos diretos da organização camponesa. Constituem-se, também, como praticas recorrentes no interior do MST. Estas organizações revelam a necessidade de viabilização econômica enfrentada cotidianamente pelos camponeses. Entretanto, também representam a resistência camponesa frente à exploração de seu trabalho. Nesse sentido, é possível afirmar que,

[...] o MST defende a implantação de cooperativas nos assentamentos como uma forma de fortalecer a luta pela reforma agrária e por transformações estruturais na sociedade. As cooperativas devem contribuir para a conscientização política dos assentados e para a participação nas lutas dos trabalhadores [...] (FABRINI; ROOS, 2014, p. 43).

As cooperativas e associações são espaços de conscientização e organização camponesa. No entanto, estes espaços perpetuam constantes relações de poder entre os camponeses e, sobretudo, entre estes e os jovens camponeses. Estas relações de poder podem, ao fim, determinar a não participação da juventude nos espaços de cooperativas e associações. Como fica explícito na declaração a seguir,

Então, nós não temo, diretamente uma política específica pros jovens assim, na cooperativa, mas a ideia nossa és estar sempre envolvendo a família nas atividades produtivas que a cooperativa tem. Então, hoje nós temo dois

jovens que praticamente trabalho conosco, aqui no dia a dia, a ideia da cooperativa é sempre prioriza o trabalho pros filhos de associados ou associadas nos trabalhos que a cooperativa tem demanda (Camponês 2, Comunidade Arapongas, Assentamento Ireno Alves dos Santos, 17 de Julho de 2018).

Atualmente, a Cooperativa Agroecológica Ireno Alves (COOPAIA) conta com apenas dois jovens camponeses em seu quadro de colaboradores. Estes jovens desempenham tanto funções de assistência às famílias cooperadas quanto de atendimento ao público da pequena loja agropecuária anexada à Cooperativa, cujos produtos comercializados se restringem a algumas variedades de sementes de origem orgânica, formulações de sais minerais para o gado leiteiro, medicamentos veterinários e utensílios agrícolas. Apesar dos dois jovens colaborarem na cooperativa, constatou-se não haver registros de jovens camponeses associados à mesma. Este fato é reconhecido pelo Camponês 2 como uma questão de hierarquia familiar e de restrição dos espaços de participação da juventude.

A mesma cooperativa possui uma pequena indústria de panificados, cuja produção é encaminhada para o PNAE. Nessa, a situação com a juventude se repete. O camponês 2 destaca que, “Na panificadora, ela é desenvolvida por um grupo de mulheres da cooperativa, né? Então hoje, não tem nenhum jovem trabalhando [...]” (Camponês 2, Comunidade Arapongas, Assentamento Ireno Alves dos Santos, 17 de Julho de 2018). Compreende-se que, embora os trabalhos com panificados sejam recentes junto à cooperativa, a não participação juvenil retrata relações de hierarquia que transcendem os núcleos familiares, chegando até os espaços de comunidade.

Realidade um tanto distinta ocorre na COPERJUNHO. Por possuir maior demanda do quadro de funcionários, devido sobretudo aos contratos do PNAE e realização da feira no centro urbano do município de Laranjeiras do Sul, a cooperativa possui maior número de jovens em suas atividades. Como fica explícito na fala a seguir

A associação não tem nenhum jovem [...], muito porque os pais que ganharam lote, então foram os pais que começaram e são da associação. Agora, a cooperativa ela tem participação dos jovens sim, já se teve quase metade dos associados jovens e que hoje já passaram da fase dos trinta. Mas, quando [...] entraram na cooperativa eram jovens. [...] hoje, a maioria que trabalham aqui [...] são jovens, ou já passaram um pouquinho, mas quando começaram eram jovens. Tem eu, tem mais duas meninas que trabalham aqui... Todo ano quando a gente vai inserir novas pessoas, sempre procura inserir os mais jovens. Até por uma questão de não, de não tirar assim... Aqui, por exemplo, não é fixo, é trabalhado por dia. O dia que elas podem vir, elas vêm, não é fixo a semana inteira, pra quem trabalha na panificação, né? [...] É uma complementação na renda. Pra algumas é até uma distração,

pra poder sair de casa, que as vezes fica muito tempo em casa, né? (Jovem 20, Assentamento 8 de Junho, 14 de dezembro de 2018).

É notório, na fala da Jovem 20, a participação juvenil, principalmente das jovens, nas atividades de panificação da COPERJUNHO. A característica peculiar do trabalho na panificação, diárias, torna-se um elemento para a obtenção de renda das jovens envolvidas neste processo. Facilita não apenas a obtenção de renda própria mas a socialização destas jovens em comunidade. Outro fato que chama a atenção na fala acima citada, é a continuidade da participação juvenil. Ao dizer “já passaram dos trinta”, a Jovem 20 se refere a sujeitos integrados ainda jovens à cooperativa e que, hoje, se encontram em fase considerada adulta. Com isso, retrata-se a continuidade da participação juvenil na COPERJUNHO.

Sobre o trabalho desempenhado pelas jovens camponesas junto à cooperativa, a Jovem 21, destaca algumas de suas motivações para continuar desempenhando atividades junto à COPERJUNHO,

Eu trabalho lá, né? As vezes das sete as quatro [das 7:00 às 16:00], mas as tarde eu to em casa. Trabalho lá pertinho e ainda posso morar lá. Porque assim, se eu tivesse que trabalhar na cidade, ir todo dia, né? Daí é mais fácil morar aqui. Não saí de casa, né? Posso trabalhar na COPERJUNHO e ficar na roça, em casa, né? (Jovem 21, 28 anos, Assentamento 8 de Junho, 14 de dezembro de 2018).

Apesar disso, é notório a não participação dos jovens nos quadros de direção da associação. Esta que, é mantida pelos pais assentados. Há uma clara divisão neste ponto. Os jovens participam da cooperativa e dos trabalhos na panificação, mas não integram os quadros da associação, o que caracteriza a presença de relações hierárquicas dentro da comunidade e das famílias camponesas.

Realidade distinta ocorre no Acampamento Recanto da Natureza, onde a participação da juventude não foi verificada. Neste caso, constatou-se não haver jovens na comunidade. Isto se dá por distintos fatores. Em alguns casos, os jovens acima de 18 anos já não residem mais na comunidade; em outros, os adolescentes ainda apresentam idade inferior aos 15 anos, idade relacionada ao início da juventude. Aparentemente, as famílias do acampamento Recanto da Natureza tiveram filhos somente anos depois de seu estabelecimento, ou aquelas que deram seguimento à sua prole já não contam mais com os filhos/as no núcleo familiar. Ainda assim, tais fatos não diminuem a preocupação que alguns camponeses destacam para com a juventude da comunidade, como demonstrado na seguinte fala,

Duns doze ano têm uns quatro ou cinco, eu acho. Daí tem bastante uma piazadinha pequena, de doze ano pra baxo. Até temo vendo pra mais tarde eles faze as poupa de fruta ali junto, mas temo vendo ainda. Eu tenho dois piá, mas nenhum mora comigo, mas disque eles querem vim tocar a fazendinha ali, não sei se vem. Eles moram com a mãe, na cidade, semo separado. Um tem onze ano e outro tem dezesseis. Tô tentando traze ele, mas não sei... (Camponês 3, Acampamento Recanto da Natureza, 10 de Novembro de 2018).

Para o camponês 3, levar o filho mais velho para residir no campo é sinônimo de incentivo à permanência do mesmo no espaço rural e à manutenção do lote familiar, uma vez que os afazeres cotidianos são desempenhados apenas pelo camponês. Estimular os filhos a permanecerem no campo, ou, ao menos, a regressarem a este, é recorrente nos discursos dos camponeses que compuseram o estudo. Todavia, os incentivos destinados a juventude são escassos e muitos camponeses consideram o espaço urbano como o maior causador da migração juvenil camponesa. Como se destaca a seguir,

O jovem pensa mais em estuda, se forma [ensino médio] e ir pra cidade, arrumar um emprego, ganhar grandes salário. É isso que eu vejo, né? [...] Tipo acesso, né? Acesso, no campo as vezes não dá acesso a internet, a... as regalia que os jovem querem ter hoje, né? Daí aqui no campo não tem e na cidade tá mais fácil e daí eles prefere ir pra cidade (Camponês 1, Acampamento Recanto da Natureza, 10 de Novembro de 2018).

Para alguns camponeses, como no caso do Camponês 1, os jovens são constantemente afastados do campo pelas inúmeras facilidades aparentemente encontradas no ambiente urbano. O acesso a diferentes serviços é interpretado como o maior incentivador da migração juvenil. A busca por ensino superior ou por renda própria são, por outro lado, apontadas como problemas para a continuidade dos trabalhos nas unidades camponesas.

A conquista do campus da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS) em 2009, no interior do assentamento 8 de Junho, tentou romper com a lógica de migração imposta aos jovens que desejavam continuar sua formação acadêmica. A localização da universidade em uma área conquistada pelos camponeses demonstra a importância da organização camponesa e da luta por reforma agrária. Da mesma maneira, enfatiza a necessidade de se pensar a universidade para além de um espaço puramente acadêmico, isto é, desenvolver um espaço diretamente relacionado com a sociedade em seu entorno.

Para muitos dos jovens analisados, o campus da UFFS Laranjeiras do Sul, possibilitou a continuidade de sua formação sem se desvincularem do campo. Como é enfatizado na fala a seguir: “Eu escolhi a federal pela distância, por ser bem próxima, né? [E se não tivesse a UFFS aqui?] Eu ia ir pra fora, ia embora, não ia ficar parado. Ia pra UTFPR

[Universidade Tecnológica Federal do Paraná] em Guarapuava ou Dois Vizinhos” (Jovem 12, Assentamento 8 de Junho, 10 de setembro de 2018). Fica evidente, na fala do Jovem 12, que a presença da UFFS perto de sua residência lhe possibilitou a permanência em seu local de origem, evitando sua migração em busca de formação superior. O mesmo jovem destaca que, “[...] fica bem mais fácil estudar daí, né? Tá perto de casa, tudo” (Jovem 12, Assentamento 8 de Junho, 10 de setembro de 2018).

O fato da universidade estar fisicamente próxima dos jovens camponeses possibilita a permanência dos mesmos em seus locais de origem e, com isso, o não rompimento com a lógica familiar de produção. A universidade, no interior de um assentamento, representa não apenas novas oportunidades aos jovens camponeses, como evidencia a necessidade da luta por reforma agrária. Os jovens camponeses que obtiveram novas oportunidades a partir da criação do campus Laranjeiras do Sul, não se viam diante da chance de formação superior apenas, mas de estarem inseridos em um ambiente cujas realidades vivenciadas pelos mesmos, não foram negadas.

As conquistas camponesas, portanto, são instrumentos que podem ou não contribuir para a permanência da juventude no campo. As diferentes formas de organização e de reconhecimento da comunidade para com os jovens camponeses possibilitam a vinculação ou não dos mesmos às atividades, sejam elas de cooperativas ou associações. É claro, no entanto, que ainda há muito que se avançar sobre a participação e permanência da juventude camponesa nas áreas em estudo. Da mesma maneira, as discussões sobre o que leva o jovem a migrar para o espaço urbano não revelam apenas a visão, muitas vezes pejorativa que os camponeses possuem com relação aos jovens, é uma questão de oportunidades que transcende o próprio espaço de convivência destes jovens camponeses.

A juventude camponesa está envolta a diversas contradições que permeiam sua reprodução socioterritorial. Essas perpassam desde a hierarquização familiar, onde os progenitores são reconhecidos como gerenciadores das unidades camponesas, muito pelo fato de que exercem a dominação da propriedade destas unidades, eximindo os sujeitos considerados jovens de participação efetiva no gerenciamento dos lotes camponeses, às desigualdades de gênero, que evidenciam o não reconhecimento do trabalho feminino camponês. Os/as jovens camponeses vivenciam as contradições e desigualdades em seu ambiente de origem. Estes aspectos são responsáveis, em muitos casos, pelo abandono do espaço rural por estes sujeitos. Seu regresso, quando cogitado, é marcado pela vinculação dos mesmos a movimentos sociais camponeses, especialmente ao MST. Ao integrarem-se a estes movimentos, visam a luta e conquista da terra, sobretudo através de reivindicações por

reforma agrária. Conquistar a terra, para estes jovens, é sinônimo de reconhecimento como camponeses, de autonomia e rompimento com a hierarquia vivenciada no núcleo familiar.

É neste cenário de desigualdades e contradições que a juventude camponesa encontra distintos caminhos para sua reprodução socioterritorial. Caminhos que podem ser considerados contraditórios, como o assalariamento, mas que permitem aos jovens camponeses redesenharem sua trajetória no campo. Compreendendo que todas as escolhas são passíveis de mudança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Beba! (Beba!)
 Pois a água viva
 Ainda tá na fonte
 (Tente outra vez!)
 Você tem dois pés
 Para cruzar a ponte
 Nada acabou!
 Não! Não! Não!”
 (Tente outra vez – Raul Seixas)*

O presente trabalho teve como objetivo principal analisar e compreender a reprodução socioterritorial da juventude camponesa presente nas áreas de luta pela reforma agrária dos municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu, ambos localizados na mesorregião Centro-Sul paranaense.

Ao longo da história brasileira, da configuração do espaço agrário brasileiro, os camponeses se viram, constantemente, diante da necessidade de resistência. Seja para permanecer, adentrar ou retorna à terra. O avanço do capitalismo agrário, constantes casos de grilagens de terra e as grandes obras estatais, fizeram surgir no campo brasileiro, uma gama de movimentos sociais camponeses, entre eles destaca-se o MST.

O histórico de ocupação do estado do Paraná e de seu espaço agrário, não se diferenciam dos caminhos tomados pelo resto do país. As grilagens de terras, constante avanço do capitalismo sobre o campo e obras estatais foram responsáveis pela constante resistência camponesa presente no estado. Desde a década de 1940 – 1950 com as resistências camponesas do norte e sudoeste do estado até as ocupações, marchas, acampamentos e manifestações da atualidade, os camponeses paranaenses, com destaque para os camponeses dos municípios em estudo, têm buscado resistirem no campo.

Dessa resistência foram conquistadas frações do território capitalista, agora sob domínio dos camponeses. A territorialização camponesa se dá pela conquista de frações do território. A resistência possibilitou a conquista de quatro assentamentos e a consolidação de dois acampamentos que compuseram o estudo. Da mesma maneira que possibilitou a conquista do campus da Universidade Federal Fronteira Sul, dentro de um dos assentamentos, além das agroindústrias e cooperativas que se fazem presentes nas áreas de luta por reforma agrária.

É neste cenário que se insere a juventude camponesa. Diretamente vinculada com a luta pela terra, a juventude presente nos espaços que compuseram o estudo também resiste, ao seu modo. Vale destacar que compreende-se como jovens aqueles sujeitos que possuem entre 15 e 29 anos, como também é especificado no Estatuto da Juventude.

O ser jovem camponês está diretamente correlacionado ao modo de vida do campesinato e ao seu modo de produção, cuja característica marcante é o trabalho familiar. Mas, também podem ser destacadas as práticas de parcerias, meiguagem e a socialização da criança camponesa, que desde tenra idade já está inserida na lógica e realidade camponesa.

Apesar dos jovens camponeses vivenciarem as conquistas e estarem diretamente correlacionados às reivindicações camponesas, enfrentam cotidianamente, desafios intrínsecos ao seu local de origem, que afetam diretamente as possibilidades que lhes são apresentadas, seja pela permanência ou abandono do campo.

As entrevistas e questionários desenvolvidos ao longo da pesquisa, revelaram que a realidade da juventude que compôs o estudo não destoava da realidade apontada por alguns autores e autoras referenciados no trabalho. A juventude camponesa enfrenta as contradições de uma sociedade que ainda é patriarcal e hierárquica.

Constatou-se que a hierarquização para com os sujeitos jovens transcende a convivência do núcleo familiar camponês, extrapolando para espaços como as agroindústrias, associações e cooperativas. No interior do núcleo familiar camponês, o jovem se depara com a constante hierarquização familiar, principalmente quando se trata de gerenciamento das unidades camponesas. Não foram constatados nenhum caso de gerenciamento das unidades pelos jovens camponeses, apenas sua “participação” nas decisões tomadas. Participação esta que se restringe a “opiniões” proferidas pelos mesmos. O gerenciamento das unidades sempre está atrelado aos progenitores.

Da mesma maneira, as questões de gênero foram percebidas com grande evidência durante o desenvolver do trabalho. Se a hierarquização familiar atinge jovens camponeses de ambos os sexos, as questões de gênero e desigualdade para com as jovens do sexo feminino são marcantes. Foi possível perceber que a carga de tarefas desempenhadas pelas jovens camponesas sobressai a carga desempenhada pelos jovens do sexo masculino. Enquanto o jovem se socializa, desde muito cedo, com os afazeres tidos como masculinos, principalmente atrelados à figura paterna, as jovens são socializadas para os afazeres domésticos e enfrentam o não reconhecimento do trabalho feminino, encarado apenas como “ajuda”. Tais desigualdades também ocorrem quando as jovens não são reconhecidas como camponesas e como capazes de dar seguimento aos trabalhos nos lotes. Foram reconhecidos casos em que as

famílias preferem que as jovens migrem para o ambiente urbano, muito pelo fato de que são mulheres e devem buscar uma vida melhor.

O não reconhecimento das jovens, enquanto camponesas, molda as possíveis escolhas enfrentadas pelas mesmas. Assim como a hierarquização familiar enfrentada por jovens de ambos os sexos também contribui para as decisões tomadas pelos mesmos, ficar ou partir do campo.

Para alguns camponeses, o jovem escolhe a migração para o ambiente urbano, devido as facilidades encontradas no mesmo. Já, o que se pode perceber durante o desenvolvimento do trabalho foi que, os jovens migram ou permanecem pelas reais oportunidades que lhes foram apresentadas. Não são apenas “as luzes da cidade” que atraem a juventude camponesa, ou que a reprimem.

Um dos fatores apontados por alguns jovens, para a migração é a continuidade nos estudos. A conquista do campus da UFFS, no interior do assentamento 8 de Junho, possibilitou que muitos jovens permanecessem em seus locais de origem e prosseguissem com sua formação acadêmica. Romper com a lógica de migração juvenil, para conseguirem estudar foi um dos grandes avanços conquistados através do campus Laranjeiras do Sul. Todavia, o mesmo não abrange todos os cursos e ainda há muito o que se conquistar.

A participação juvenil nas associações, cooperativas e agroindústrias camponesas, ainda é restrita e marcada por relações desiguais. O que os jovens vivenciam em suas famílias, a hierarquização e subordinação, também é percebida no interior destes espaços. Embora alguns avanços sejam notáveis, como a participação das jovens na produção de panificados da COOPERJUNHO, o que se revela uma oportunidade para que as jovens camponesas obtenham renda extra-familiar e individual, mesmo sendo uma renda pequena.

O que se pode perceber é que há, no interior das famílias camponesas, uma constante hierarquização de cunho patriarcal e familiar. Onde a disputa pela manutenção do poder está disfarçada de relações hierárquicas e de gênero. E é esta disputa, ou desigualdades, que influenciam diretamente a permanência ou migração dos jovens camponeses.

Mas, a juventude camponesa também encontra caminhos para a sua reprodução socioterritorial. Seja pelo assalariamento, mesmo residindo no lote familiar, ou pela vinculação junto a movimentos sociais, com destaque para o MST. O assalariamento representa a renda individual dos jovens camponeses que seguiram por este caminho. Apesar de alguns jovens reconhecerem que quase não “compensa”, seus rendimentos individuais não são destinados para a manutenção da família camponesa, o que gera, de certa forma, uma independência financeira para os mesmos. Outro caminho encontrado pela juventude

camponesa, é a sua vinculação junto aos movimentos sociais, tais como o MST. A vinculação dos jovens junto ao MST, possibilitou para muitos destes, a independência da unidade camponesa de seus progenitores, o retorno ao campo e a conquista da terra. Além, da participação e envolvimento para com a luta pela terra. Ainda assim, há contradições a serem superadas, principalmente sobre o reconhecimento dos jovens camponeses como sujeitos políticos e possuidores de suas próprias reivindicações.

Ficou evidente que a reprodução socioterritorial da juventude camponesa se dá por distintos meios. Alguns jovens migram para o ambiente urbano, negando a realidade vivenciada no interior das unidades camponesas, seja pelas desigualdades hierárquicas ou pelas desigualdades impostas ao campesinato. Outros jovens permanecem no campo, pelas oportunidades que lhes foram apresentadas e ainda, outros jovens retornam ao ambiente rural. Estes últimos, por sua vez, retornam através da luta pela terra e pelas experiências que suas caminhadas lhes proporcionaram.

Deve-se encarar que permanecer, partir ou retornar para o campo são escolhas completamente mutáveis. Umas mais facilmente superadas do que as outras, mas ainda assim mutáveis. A juventude camponesa está neste constante ciclo de mutações, entre permanecer, partir e retornar. Todavia, as motivações que levam os jovens a migrarem só serão amenizadas quando as próprias famílias camponesas, inclusive movimentos sociais, passarem a reconhecer os sujeitos jovens como camponeses que são. Migrar é também o rompimento com a invisibilidade vivenciada por alguns jovens.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. et. al. **Juventude e agricultura familiar: desafios e novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998.

AMENI, C. S. **Era Temer já tem mais de 100 assassinatos por conflitos agrários**. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2018/02/01/era-temer-ja-tem-mais-de-cem-assassinatos-por-conflitos-agrarios/>> Acesso em: 03 jun. 2018.

ALBUQUERQUE, R. M.; ANDRADE, A. O estado do Paraná no alvo das eletroestratégias. In: JORNADA DO TRABALHO, 15, 2014, Guarapuava. Disponível em: <<https://anais.unicentro.br/trabalho/pdf/xvv1n1/210.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2018.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 05 jun. 2018.

CAPELO, M. R. C.; MARTINS, S. A.; AMARAL, W. R. Juventude do campo: refazendo caminhos pesquisados. In: JEOLÁS, L. S.; PAULILO, M. A. S.; CAPELO, M. R.C. (Org.). **Juventudes, desigualdades e diversidades: estudos e pesquisas**. Londrina: Eduel, 2007, p. 205-252.

CASSAB, C. Contribuição à construção das categorias jovem e juventude: uma introdução. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, p. 145-159, 2011.

CASTRO, E. G. Balanço e perspectivas. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 128-135.

_____. et. al. **Os jovens estão indo embora?: juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica; EDUR, 2009.

_____; BARCELLOS, S. B. Políticas públicas para a juventude rural brasileira. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, p. 549-570.

CAUSA OPERÁRIA. **UDR de Caiado assassinou Chico Mendes**. Disponível em: <<http://www.causaoperaria.org.br/blog/2016/05/05/udr-de-caiado-assassinou-chico-mendes/#.WsdqM4jwbIU>> Acesso em: 06 abr. 2018.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CAPACITAÇÃO AGROECOLÓGICA. **Assentamento Recanto da natureza de Laranjeiras do Sul entrega alimentos orgânicos na merenda escolar em escolas da região metropolitana de Curitiba**. Disponível em: <<https://www.ceagro.org/index.php/category/noticias>> Acesso em: 20 dez. 2018.

COCA, E. L. F. Debatendo o Conceito de Reforma Agrária: considerações sobre os tipos de assentamentos rurais no Brasil. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 8, n. 16, p. 170-197, ago. 2013.

COPERJUNHO. **A Cooperativa/História**. Disponível em: <<http://www.coperjunho.com.br/carregaPagina.php?menu=2&submenu=1>> Acesso em: 10 abr. 2018.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo no Brasil**. 2011. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>> Acesso em: 14 jun. 2018.

_____. **Conflitos no Campo no Brasil**. 2012. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>> Acesso em: 14 jun. 2018.

_____. **Conflitos no Campo no Brasil**. 2013. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>> Acesso em: 14 jun. 2018.

_____. **Conflitos no Campo no Brasil**. 2014. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>> Acesso em: 14 jun. 2018.

_____. **Conflitos no Campo no Brasil**. 2015. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>> Acesso em: 14 jun. 2018.

_____. **Conflitos no Campo no Brasil**. 2016. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>> Acesso em: 14 jun. 2018.

_____. **Conflitos no Campo no Brasil**. 2017. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>> Acesso em: 14 jun. 2018.

COSME, C. M. Os governos do PT e os Descaminhos com a Questão Agrária no Brasil: contribuições para um diálogo polêmico, necessário e imprescindível à classe trabalhadora. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 17, n. 1, p.312-343, jul. 2016.

DATALUTA. **Banco de dados da luta pela terra**. Presidente Prudente: NERA. 2012.

_____. **Banco de dados da luta pela terra**. Presidente Prudente: NERA. 2013.

_____. **Banco de dados da luta pela terra**. Presidente Prudente: NERA. 2014.

_____. **Banco de dados da luta pela terra**. Presidente Prudente: NERA. 2015.

_____. **Banco de dados da luta pela terra**. Presidente Prudente: NERA. 2016.

_____. **Banco de dados da luta pela terra.** Presidente Prudente: NERA. 2017.

DATALUTA-PARANÁ. **Banco de dados da luta pela terra no Paraná.** Marechal Cândido Rondon: GEOLUTAS, 2014.

ESTATUTO DA JUVENTUDE (Brasil). **Estatuto da Juventude:** atos internacionais e normas correlatas. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013.

FABRICIO, R. **A questão agrária e soberania alimentar:** o caso do Assentamento 8 de Junho em Laranjeiras do Sul – PR. Marechal Cândido Rondon, 2016, 147 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

FABRINI, J. E.; ROOS, D. **Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário.** São Paulo: Outras Expressões, 2014.

FERNANDES, B. M. **Espacialização e territorialização da luta pela terra:** a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo, 1994, 208 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade de São Paulo – USP.

_____. **Brasil:** 500 anos de luta pela terra. 2001. Disponível em: <www.researchgate.net/profile/Bernardo_Fernandes/publication/265995351_Brasil_500_anos_de_luta_pela_terra_1/links/546e25300cf29806ec2e8cf6.pdf> Acesso em: 14 jul. 2018.

_____. A luta pela terra: história e mobilização do MST. In: CARTER, M. (Org.). **Combatendo a desigualdade social:** o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 161-198.

FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48 ed. São Paulo: Global, 2003.

GARCIA, A. A sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 154-189, jul./dez. 2003.

GERHARDT, T. A.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIOVANAZ, D. **As contribuições dos assentamentos rurais para uma região em conflito.** 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/03/22/a-contribuicao-dos-assentamentos-rurais-para-uma-regiao-em-conflito/>> Acesso em: 14 abr. 2018.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro Séculos de latifúndio.** 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HAMMEL, A. C., SILVA, N. J. C., ANDREETA, R. **Escola em Movimento:** a conquista dos assentamentos. Rio Bonito do Iguaçú: Editora Progressiva, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas do Censo Demográfico de 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>> Acesso em: 30 mai. 2018.

_____. Censo Agropecuário 2017 – Resultados Preliminares. Disponível em: <<https://www.cidades.ibge.gov.br/brasil/pr>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (Brasil). **II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de vida no meio rural.** 2004. Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf> Acesso em: 06 abr. 2018.

_____. **Sistema Nacional de Cadastro Rural.** 2013. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2018.

_____. **Assentamentos – Informações gerais.** 2017. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod_sr=9&Parameters%5BPlanilha%5D=Nao&Parameters%5BBox%5D=GERAL&Parameters%5BLinha%5D=1> Acesso em: 30 mai. 2018.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.
Leituras Regionais: mesorregiões geográficas paranaenses. Curitiba: IPARDES, 2004.

_____. **Relação dos Municípios do Estado Ordenados Segundo as Mesorregiões e as Microrregiões geográficas do IBGE- Paraná.** 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/relacao_mun_micros_mesos_parana.pdf> Acesso em: 04 jun. 2018.

_____. **Perfil da Região Geográfica Centro-Sul Paranaense.** Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=708&btOk=ok> Acesso em: 07 jun. 2018.

JANATA, N. E. **“Juventude que ousa Lutar!”:** trabalho, educação e militância de jovens assentados do MST. Florianópolis, 2012, 278p. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação.

KOLLING, P. J. A luta pela terra no Sudoeste do Paraná: a revolta de 1957. In: Nunes, J. M.; SOUZA, J. U. (Org.). **Paraná Insurgente:** história e lutas sociais – séculos XVIII ao XXI. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018, p. 137-154.

KOMINECKI, A. **Implantação do maior assentamento da América Latina:** Ireno Alves e Marcos Freire. 2017. Disponível em: <<http://www.comcafe.net.br/implantacao-do-maior-assentamento-da-america-latina-ireno-alves-e-marcos-freire/>> Acesso em: 18 abr. 2018.

KUMMER, R.; COLOGNESE, S. A. Juventude Rural no Brasil: entre fiar e partir. **Tempo da Ciência**, Toledo, v. 20, n. 39, p. 201-220, 1º semestre 2013.

LIBARDI, D. et al. Organização e reivindicações camponesas. In: PAZ, F. M. **Cenários de economia e política:** Paraná. Curitiba: Prephacio, 1991, p. 77-119.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 11, n. 12, p. 57-67, jan./jun. 2008.

MARQUES, E. B. **A Espacialização das Ocupações de Terra no Estado do Paraná (1988-2006) e os Limites da Luta pela Reforma Agrária**. Marechal Cândido Rondon, 2008, 110p. Monografia (Graduação em Geografia) Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

MARQUES, G. S.; MARQUES, I. R. **Luta camponesa e reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Sundermann, 2015.

MARTINS, J. S. **Os Camponeses e a Política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

_____. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Reforma Agrária**: O impossível diálogo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

MARTINS, S. A. **A formação política da juventude do Movimento Sem Terra no estado do Paraná**. Florianópolis, 2009, 281p. Tese (Doutorado em Sociologia Política) Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

MIRALHA, W. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 9, n. 8, p. 151-172, jan./jun. 2006.

MOURA, M. **Camponeses**. São Paulo: Editora Ática, 1986

MST. **Caminhos da educação básica de nível médio para a juventude das áreas de reforma agrária**. In: Seminário Nacional Sobre Educação Básica de Nível Médio nas Áreas de Reforma Agrária, 1, Luziânia, 2006. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/caderno-de-estudo/mst-caminhos-da-educacao-basica-de-nivel-medio-para-juventude-das-areas>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

_____. **Programa agrário do MST**: lutar, construir, reforma agrária popular. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2013.

_____. **Reforma Agrária Popular**. 2015. Disponível em: <http://www.arquidiocesedepassofundo.com.br/site/download/romaria_da_terra/Reforma_Agraria_Popular-por-MST-RS.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2018.

NUNES, J. M.; SOUZA, J. U. (Org.). **Paraná Insurgente**: história e lutas sociais – séculos XVIII ao XXI. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018.

OLIVEIRA, A. U. **A geografia das lutas no campo**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 1994.

_____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, dez. 2001.

_____. **A “Não reforma agrária” do MDA/INCRA no Governo Lula.** 2006. Disponível em: < <https://neararj.files.wordpress.com/2010/06/a-e2809cnao-reforma-agrariae2809d-do-mdaincra-no-governo-lula.pdf>> Acesso em: 06 abr. 2018.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, L. B.; RABELLO, D.; FELICIANO, C. A. Permanecer ou sair do campo? Um dilema da Juventude Camponesa. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 15, n. 1, p. 136-150, jul. 2014.

_____; FELICIANO, C. A. Entre o campo e a cidade: reflexões sobre o espaço da juventude camponesa. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 17, n.2, p. 208-225, dez./2016.

_____; LIMA, R.S. Juventude Camponesa: unidade dialética campo-cidade. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa de Planejamento Urbano e Regional, 17, 2017, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo, 2017. Disponível em: < http://anpur.org.br/xviiianpur/principal/?page_id=1360>. Acesso em: 20 jan. 2018.

PAULINO, E. T. **Por uma Geografia dos camponeses.** São Paulo: Editora Unesp, 2006.

PAULO, M. A. L. **Juventude Rural: suas construções identitárias.** Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011.

PONTAROLO, L. P. **Francisco das Chagas Lima: a atuação de um padre secular no povoamento dos Campos de Guarapuava (1808-1828).** Curitiba, 2012, 112p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná.

PIVA, N. **A Revolta dos Possesiros**, 2012. Disponível em: < <http://www.insurgencia.org/a-revolta-dos-posseiros/>> Acesso em: 02 abr. 2018.

PREFEITURA DE LARANJEIRAS DO SUL. **Origem do Nome.** Disponível em: < <http://www.laranjeirasdosul.pr.gov.br/origem.php>> Acesso em: 10 abr. 2018.

PRIORI, A. Conflitos agrários e resistências: os camponeses de Porecatu. In: Nunes, J. M.; SOUZA, J. U. (Org.). **Paraná Insurgente: história e lutas sociais – séculos XVIII ao XXI.** São Leopoldo: Casa Leiria, 2018, p. 123-136.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Editora Ática, 1993.

REFATI, D. C. **O trabalho das mulheres e a agroecologia nos assentamentos Antonio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguaçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná.** Marechal Cândido Rondon, 2015, 153 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável), Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

ROOS, D. **Contradições na construção dos territórios camponeses no Centro-Sul paranaense**: territorialidades do agronegócio, subordinação e resistências. Presidente Prudente, 2015, 390 p. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, Faculdade de Ciências e Tecnologia

ROSAS, E. N. L. Do campo para a cidade: saindo para ficar. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.183-196.

SAFFIOTI, H. **Gênero patriarcado violência**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, J. V. T. **Colonos do vinho**: Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE (Brasil). **Juventude Rural**. 2014. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/juventuderural/o-que-e#.Wv8G80gvzIU>> Acesso em: 18 mai. 2018.

SERRA, E. Conflitos Rurais no Paraná: como foi que tudo começou. **Boletim Geográfico de Maringá**, Maringá, n. 1, v. 28, p. 75-89, 2010.

SILVA, A. M. **História da Cidade de Rio Bonito do Iguaçu Paraná**. 2011. Disponível em: <<http://quedasdoiguacunosahistorianossagente.blogspot.com.br/2011/06/historia-da-cidade-de-rio-bonito-do.html>> Acesso em: 10 abr. 2018.

SILVA, E.; REIS, J. J. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SORIANO, R. **“Dados da Reforma Agrária no governo Temer são mais que falha. É um projeto de aniquilamento”**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2018/03/07/dados-da-reforma-agraria-no-governo-temer-representam-mais-que-falha-e-um-projeto-de-aniquilamento.html>> Acesso em: 03 jun, 2018.

SHANIN, T. Lições Camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e Territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no Horizonte dos jovens**: o caso dos filhos (as) de agricultores familiares de Ouro/SC. Florianópolis, 2002, 288 p. Tese (Doutorado em Ciências Humanas/ Sociedade e Meio Ambiente), Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

_____. Um marco reflexivo para a inserção social da juventude rural. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 279-293.

TAQUES, W. C. **Agroecologia e Juventude Camponesa**: o estudo de caso da comunidade de resistência Emiliano Zapata m Ponta Grossa/PR. Marechal Cândido Rondon, 2016, 92 p.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável), Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

WEISHEIMER, N. Socialização e projetos de jovens agricultores familiares. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 237- 251.

ZENERATTI, F. L.; DUARTE, V. P.; MARTINS, M. **A luta pela terra e a formação do acampamento Recanto da Natureza em Laranjeiras do Sul/PR**. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 8, 2017, e Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 9, 2017, Curitiba. Anais eletrônicos... Curitiba, 2017. Disponível em: < <https://singa2017.wordpress.com/anais-do-singa-2017/gt-06/>> Acesso em: 14 mai. 2018.

ANEXOS

REFORMA AGRÁRIA POPULAR

MST-RS

“A liberdade da terra não é assunto de lavradores. A liberdade da terra é assunto de todos quantos se alimentam dos frutos da terra” (Pedro Tierra).

Para falar em reforma agrária primeiramente consideramos que a terra é um bem universal, o que significa que ela se destina aos homens e aos povos para usufruírem dos bens

necessários para viver dignamente. Na Constituição Federal de 1988, a terra esta ligada a uma missão especial.

O documento elenca cinco critérios para que uma propriedade cumpra sua função social: que seja produtiva; que seus recursos naturais sejam utilizados de forma racional e adequada; que haja compromisso com a preservação do meio ambiente; e que proporcione o bem estar dos proprietários e dos trabalhadores.

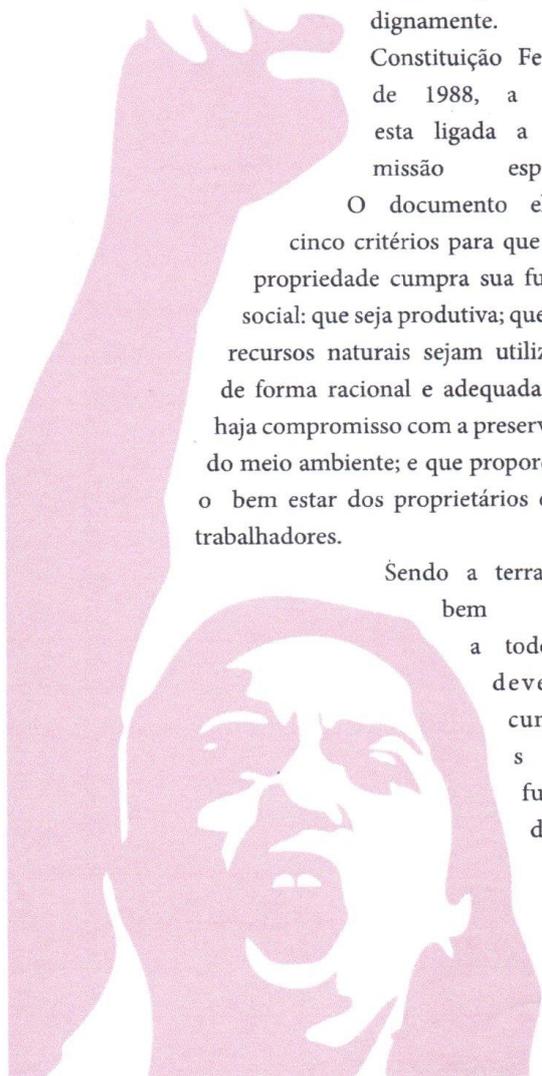
Sendo a terra um bem dado a todos e devendo cumprir sua função de



garantia do bem de todos, deve ser repartida. Como a atual estrutura fundiária é de concentração, deve haver a desapropriação dos grandes latifúndios, para fins de reforma agrária, para que eles sirvam de fonte de renda e de vida a tantas famílias, com o direito de tirar da terra seu sustento e produzir alimentos.

Em nossas lutas e mobilizações, defendemos uma reforma agrária não apenas com distribuição de terras, mas uma reforma agrária popular, que inclua a implantação de estratégias de infraestrutura social para o campo, com o fortalecimento das comunidades rurais, espaços de lazer, posto de saúde, estradas, casas, acesso as tecnologias de comunicação, de tecnologias voltadas à produção de alimentos, o direito à educação do campo e etc. Um projeto para o campo em que a produção agrícola seja diversificada, utilizando-se técnicas de produção agroecológicas, que busquem o aumento da produtividade das áreas e do trabalho, em equilíbrio com a natureza.

A industrialização no campo com



desenvolvimento das agroindústrias e uma política agrícola que incentive e qualifique a agricultura camponesa oferecendo condições para que os jovens permaneçam no campo, estão entre as necessidades mais urgentes na atualidade.

A reforma agrária popular é a continuidade da presença dos camponeses no campo. João Rodrigues Almeida, 61 anos, assentado há 25 anos, relata sua experiência:

“A vida no assentamento é simples, cultivamos os valores essenciais da existência do assentamento, os valores da cultura, de manter uma agricultura com sementes próprias.” [...] “A sociedade precisa da proposta da agricultura sustentável da agroecologia, o melhoramento das plantas, da genética e da pesquisa para ir cultivando produtos saudáveis, investir mais na educação e melhorar a renda para os jovens”.

Para ele, a *“reforma agrária popular é o avanço que os pobres podem ter. Todo pobre que acredita e luta pode transformar a sua vida, da família e do grupo onde vive. Para mim significa minha própria existência, minha própria vida. Se eu não tivesse entrado no programa com certeza minha vida seria bem menos humana do que é hoje. Temos aqui uma riqueza de mato, e onde existe mato e água se pode preservar a vida”.*

É com políticas públicas no campo que vamos enfrentar a pobreza e o êxodo rural que



Roseli Nunes, nasceu em 1954 e foi uma das grandes líderes da luta pela terra na ocupação da Fazenda Anonni, em 1985. É mãe da primeira criança que nasceu no acampamento Sepé Tiaraju, na mesma fazenda. Morreu atropelada por um caminhão durante manifestação na BR 386 em Sarandi, no dia 31 de março de 1987, com 33 anos. Sua memória fortalece e impulsiona a luta por reforma agrária. Marca a memória dos militantes com o compromisso de preferir “morrer lutando do que morrer de fome”.

o agronegócio tem imposto. É através delas que se pode garantir soberania alimentar para os camponeses, que são os verdadeiros produtores de alimentos e também para os trabalhadores da cidade. A reforma agrária popular vai além da distribuição de terras. Reflete a mudança de hábitos, de costumes e da relação com a terra, a natureza e o próprio homem. Ela engloba a construção de um projeto agrário que beneficia o campo e a cidade, e que é promotor de saúde, cooperação, igualdade, dignidade e justiça social.

Questões para debate

- 1) A terra é dom de Deus. Porque alguns insistem em ser donos de grandes áreas de terra deixando outros privados deste bem?
- 2) Você conhece algum latifúndio?
- 3) Qual a função da terra? Produzir alimentos ou negócios?

APÊNDICES

Apêndice “A” - Questionário desenvolvido com jovens presentes nos assentamentos



Mestrado em Geografia
Marechal C. Rondon

PESQUISA SOBRE A JUVENTUDE PRESENTE NOS ASSENTAMENTOS

OBS.: Seus dados não serão revelados para pessoas que não estejam envolvidas com o desenvolvimento da dissertação de mestrado intitulada “*A reprodução da juventude camponesa nos espaços de luta pela reforma agrária nos municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu/PR*”. Não há obrigatoriedade em participar da referida pesquisa, no entanto, em caso de aceite, o participante declara que todas as respostas contidas neste são verdadeiras e fazem jus a realidade. (RESPONDA ESTE QUESTIONÁRIO EM LETRA CAIXA ALTA).

Nome _____ **e** _____ **Idade:** _____

Sexo: Feminino () Masculino ()

Escolaridade: Ensino Fundamental incompleto () Ensino Médio incompleto ()
Ensino Médio completo () Ensino superior incompleto () Ensino superior ()

1-Comunidade em que reside? _____

2-Há quanto tempo reside neste local? _____

3-Quantas pessoas residem contigo? _____

4-Tem irmãos? Sim () Não ()
Se _____ sim, quantos? _____

5-Possui uma função (trabalho) específica(o) no lote da família? Sim () Não ()
Se _____ sim, qual seria? _____

6-Qual é a principal fonte de renda da família? Produção leiteira () Lavoura()
Outros: _____

7-Pretende seguir estudando? Sim () Não ()

Se sim, qual curso/aperfeiçoamento pretende realizar e em que instituição (UFFS, outra)? _____

Se não, qual(is) o(s) motivo(s)?

8-Quais atividades de lazer desenvolve em sua comunidade?

Se não desenvolve nenhuma atividade de lazer, por quais razões? _____

9-Quem irá suceder seus pais no lote da família? Por que razão? _____

10-Você participa das escolhas tomadas no lote da família? Sim () Não ()

Se sim, qual é sua contribuição efetiva nessas decisões? _____

Se não participa das escolhas no lote da família, a quem está centrado o poder de decisão? Pai (), Mãe () Ambos (), Outros: _____

11-Possui algum contato com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)? Sim (), Não ()

Se sim, como chegou a tal contato? _____

Se não, por quê?

12- Pretende permanecer no campo? Sim () Não ()

Porquê?

Se não, caso existisse a possibilidade de conquista da terra (ou mesmo a compra) retornaria ao campo?

Sim () Não ()

Porquê?

13-Possui parentesco com mais famílias em sua comunidade? Sim () Não ()

Se sim, como vieram residir na comunidade? Por quais razões?

14-O que o campo representa para você atualmente? É um espaço de oportunidades, para você? Justifique.

15-Em sua comunidade, os jovens como você, participam de algum grupo específico? Fazem parte de algum conselho comunitário? Participam de discussões sobre a comunidade?

16-O que o espaço urbano (cidade) representa para você? Por quê?

17-Para você o que é ser jovem camponês?

18-Quais são as principais dificuldades enfrentadas no campo, pela juventude?

19-Quais são seus principais sonhos/objetivos de vida, atualmente?

Apêndice “B” - Roteiro de entrevista semiestruturado



Mestrado em Geografia
Marechal C. Rondon

**ROTEIRO ENTREVISTA PARA JOVENS CAMPONESES E CAMPONESES DOS
ASSENTAMENTOS E ACAMPAMENTOS QUE COMPÕE A PESQUISA**

- 1 – O que é ser jovem camponês para você?
- 2 – Esta vinculad@ a luta pela terra? No MST?
- 3 – Como a convivência em comunidade, no acampamento/assentamento contribui com sua família?
- 4 – O que a terra/ a conquista da terra, significa para você?
- 5 – Quais as dificuldades encontradas pela juventude camponesa, no assentamento (acampamento)?
- 6 – E seu futuro? Pretende continuar no campo?
- 7 – Gostaria que seus filhos, ou futuros filhos, permanecessem no campo? Por quais razões?
- 8 – Qual é o campo que você vislumbra para as próximas gerações?
- 9 - Quais as principais dificuldades em ser jovem, no campo, no Brasil?
- 10 - Você tem acesso (ou conhece algum jovem que tenha) às políticas públicas voltadas para a juventude rural (PRONAF-Jovem; PRONACAMPO)?
- 11 - Como a agroecologia contribui para a juventude camponesa?

